

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VICTÓRIA SILVA LONGARAI**

**IMPACTOS DO COLONIALISMO BRITÂNICO SOBRE A ESTRUTURA  
SOCIOECONÔMICA INDIANA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA TERRA E A  
SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE 1896 E 1900**

**Porto Alegre**

**2024**

**VICTÓRIA SILVA LONGARAI**

**IMPACTOS DO COLONIALISMO BRITÂNICO SOBRE A ESTRUTURA  
SOCIOECONÔMICA INDIANA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA TERRA E A  
SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE 1896 E 1900**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2024**

### CIP - Catalogação na Publicação

Longarai, Victoria Silva  
IMPACTOS DO COLONIALISMO BRITÂNICO SOBRE A  
ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA INDIANA: UM ESTUDO SOBRE O  
USO DA TERRA E A SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE 1896 E 1900  
/ Victoria Silva Longarai. -- 2024.  
97 f.  
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Relações  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Índia. 2. Segurança Alimentar. 3. Fome. 4.  
Colonialismo Britânico. 5. Seca. I. Pereira, Analúcia  
Danilevicz, orient. II. Título.

**VICTORIA SILVA LONGARAI**

**IMPACTOS DO COLONIALISMO BRITÂNICO SOBRE A ESTRUTURA  
SOCIOECONÔMICA INDIANA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA TERRA E A  
SEGURANÇA ALIMENTAR ENTRE 1896 E 1900**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

---

Prof Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a minha mãe, Rita, minha maior incentivadora. Este trabalho, assim como a minha graduação e conquistas só foram possíveis graças ao seu apoio incondicional. Você e o pai me inspiram a ser melhor.

À UFRGS, da qual fui aluna por 11 anos, uma universidade pública de excelência que mantém seu rigor acadêmico e forma cidadãos conscientes e capazes de contribuir para a sociedade brasileira. Por conseguinte, agradeço a essa sociedade que financia, mantém e acredita no poder transformador da educação.

Aos professores, que me apoiaram e ajudaram me tornar a pessoa que sou hoje. Sou especialmente grata à Ivonne e à Simone pelas conversas, ensinamentos e oportunidades que vocês me mostraram. Estendo meus agradecimentos para minha orientadora, professora Analúcia Danilevicz. Esse trabalho não teria sido uma experiência tão satisfatória sem a sua ajuda. Obrigada por me motivar e tranquilizar durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus amigos João e Alana, por me incentivarem durante os últimos quatro anos e serem exemplos da pessoa que eu ainda quero me tornar. Também aos meus amigos da graduação, Ana, Gabriela, Giovana, Isabela, Luiza, Matheus e Mariana, deixo aqui o meu muito obrigada.

## RESUMO

Este estudo visa aprofundar a compreensão das políticas coloniais britânicas para a Índia entre os anos 1896 e 1900, destacando a questão da segurança alimentar durante períodos de falhas nas monções. Ao longo do final do século XIX e início do século XX, a região testemunhou a morte de milhões de pessoas, sendo frequentemente associada às secas que afligiram diversas partes da Índia Britânica. Este trabalho busca explorar as nuances das modificações na estrutura de produção relacionada à agricultura e comércio local, impulsionadas pela necessidade de criar um mercado consumidor para o império britânico. A pesquisa, fundamentada em uma metodologia qualitativa, envolve a análise de fontes primárias e secundárias, juntamente com revisões bibliográficas em campos que abrangem relações internacionais, climatologia, saúde e nutrição. Os resultados revelam que a administração britânica na Índia não apenas desestabilizou as estruturas econômicas e de assistência social locais, resultando no empobrecimento da população, mas também negligenciou sistematicamente as modificações nos termos de posse e uso da terra para produção agrícola provocadas pela introdução da Índia ao sistema capitalista liberal. Em contraponto à narrativa britânica, as evidências apresentadas refutam a atribuição da alta mortalidade durante as fomes ao clima hostil e à suposta corrupção dos nativos. A análise destaca a falha das safras provocada por um evento El Niño especialmente forte em 1898, que, contrariamente às alegações, não foi suficiente para causar escassez de alimentos ou interromper as exportações de grãos para a Europa. Além disso, as políticas de combate à fome entre 1870 e 1900 revelaram um declínio nutricional, exacerbado pela modificação da composição salarial nos campos de trabalho abertos pelo governo britânico. Este estudo se mostra complementar às obras de Amartya Sen (1981) e Mike Davis (2022), ampliando a avaliação das secas na Índia para incluir a qualidade nutricional oferecida à população e discutir a transformação da imagem indiana que permitiu a normalização da fome no território. Em síntese, a pesquisa proporciona uma análise abrangente dos impactos do colonialismo britânico sobre as estruturas sociais e econômicas indianas, enfatizando a necessidade de revisitar os elementos que culminaram na morte de 21 milhões de indianos no último decênio do século XIX.

**Palavras-chave:** Índia. Segurança Alimentar. Fome. Colonialismo Britânico. Seca.

## ABSTRACT

This study aims to deepen the understanding of British colonial policies in India between 1896 and 1900, focusing on the issue of food security during periods of monsoon failures. Throughout the late 19th and early 20th centuries, the region witnessed the death of millions of people, often associated with droughts that afflicted various parts of British India. This work explores the nuances of modifications in the production structure related to agriculture and local trade, driven by the need to create a consumer market for the British Empire. The research, grounded in a qualitative methodology, involves the analysis of primary and secondary sources, along with literature reviews in fields encompassing international relations, climatology, health, and nutrition. The findings reveal that the British administration in India destabilized local economic and social assistance structures, leading to the population's impoverishment and systematically overlooked changes in land ownership and usage terms for agricultural production induced by India's introduction to the liberal capitalist system. In contrast to the British narrative, the presented evidence refutes the attribution of high mortality during famines to a hostile climate and alleged corruption of the natives. The analysis highlights the crop failure caused by an extreme El Niño event in 1898, which, contrary to claims, was insufficient to cause food shortages or interrupt grain exports to Europe. Furthermore, famine relief policies between 1870 and 1900 revealed a nutritional decline exacerbated by changes in wage composition in labor camps opened by the British government. This study complements the works of Amartya Sen (1981) and Mike Davis (2022), expanding the assessment of droughts in India to include the nutritional quality offered to the population and discussing the transformation of the Indian image that normalized famine in the territory. In summary, the research provides a comprehensive analysis of the impact of British colonialism on Indian social and economic structures, emphasizing the need to revisit the elements that culminated in the death of 21 million Indians in the last decade of the 19th century.

**Keywords:** India. Food Security. Famine. British Colonialism. Drought.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Presença Britânica na Índia em 1750

Figura 2 – Divisão na Região Mysore em 1799

Figura 3 – Domínio Britânico na Índia em 1805

Figura 4 – Domínio Britânico na Índia em 1836

Figura 5 – Domínio Britânico na Índia Ao Final Da Administração Do Lorde Dalhousie (1856)

Figura 6 – Mapeamento das Fomes na Região Semiárida Indiana entre 1729 e 1900

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico I – Relação entre a ocorrência de fomes e dados históricos de precipitação instrumental convertidos para desvios da média da série

Gráfico II – Altura média masculina no sul da Ásia entre 1840 e 2000

Gráfico III – População indiana vivendo em pobreza extrema entre 1600 e 2011

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – porções diárias de alimentos recomendados no final do século XIX

Tabela 2 – Descrição das porções indicadas pelo código da fome de Madras de 1883

Tabela 3 – Dieta balanceada para adultos com nível de atividade moderada

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Linha do tempo da expansão do império colonial britânico nas ilhas britânicas e américas entre 1536 e 1732 com exclusão das disputas com a França na América do Norte

Quadro 2 – Produção industrial mundial entre 1750 e 1938.

Quadro 3 – Exportações e importações líquidas de grãos alimentícios para a Índia – 1890-91 a 1913-14 (em milhares de toneladas)

Quadro 4 – Mortalidade estimada por fome, 1876-1878 e 1896-1902

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	14
2	A EXPANSÃO DO IMPÉRIO BRITÂNICO PARA A ÍNDIA.....	18
2.1	A ASCENSÃO INGLESA AO POSTO DE HEGEMONIA MUNDIAL .....	19
2.1.1	<b>Pilhagem colonial e capitalismo incipiente</b> .....	19
2.1.2	<b>Revoluções do final do século XVIII</b> .....	23
2.2	A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO NA ÁSIA 27	
2.2.1	<b>Da presença restrita ao domínio territorial</b> .....	28
2.2.2	<b>A economia britânica atrelada à Índia</b> .....	33
2.3	EXPANSÃO DO CAPITALISMO LIBERAL PARA A ÁSIA .....	35
2.3.1	<b>Bases do capitalismo liberal europeu</b> .....	36
2.3.2	<b>Laissez faire na Índia no final do século XIX</b> .....	38
3	IMPACTOS DA ADMINISTRAÇÃO BRITÂNICA SOBRE A ECONOMIA E PROTEÇÃO SOCIAL INDIANOS. 41	
3.1	A ÍNDIA COMO EXPORTADOR DE COMMODITIES .....	42
3.1.1	<b>Destruição da manufatura indiana</b> .....	43
3.1.2	<b>Introdução da economia semi-monetizada</b> .....	45
3.1.3	<b>Impactos da transformação da estrutura agrária na produção de alimentos e no acesso à comida</b> .....	49
3.2	POLÍTICAS CONTRA A FOME DO FINAL DO SÉCULO XIX .....	52
3.2.1	<b>Qualidade nutricional da comida oferecida à população</b> .....	53
3.2.2	<b>Impactos da cultura local sobre a efetividade das casas de auxílio</b> .....	59
3.2.3	<b>Influência da agenda expansionista imperial no combate à fome</b> .....	62
3.3	OS EFEITOS DURADOUROS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COLONIAIS PARA A ÍNDIA .....	64
3.3.1	<b>Impactos de longo prazo da desnutrição</b> .....	65
3.3.2	<b>Hiato de desenvolvimento indiano</b> .....	68
4	A IMAGEM INDIANA E A MANUTENÇÃO DA PAX BRITÂNICA .....	70
4.1	A NORMALIZAÇÃO DA TRAGÉDIA .....	71
4.1.1	<b>Corrupção e abandono parental na fome de 1989</b> .....	72
4.1.2	<b>Clima hostil ou secas fabricadas?</b> .....	75
4.2	UM VICE-REI LEGITIMAMENTE IMPERIALISTA.....	78

<b>4.2.1</b>	<b>Denúncias da fome</b> .....	79
<b>4.2.2</b>	<b>Relatórios da Comissão da Fome de 1898 e 1901</b> .....	83
4.3	O LONGO COLONIALISMO BRITÂNICO .....	85
<b>4.3.1</b>	<b>Desafios do final do século XIX</b> .....	86
5	CONCLUSÃO .....	89
	Referências.....	94

## 1 INTRODUÇÃO

O potencial do comércio da Europa com a Índia foi um dos grandes objetivos que levaram à expansão marítima europeia no século XV para contornar a necessidade de utilização das rotas terrestres controladas por intermediários no Oriente Médio. Dentre os principais itens de desejo estavam as especiarias, sedas e pedras preciosas, que representavam uma oportunidade lucrativa para os estados que controlassem a atividade comercial e as rotas de transporte dos bens até a Europa. Até a metade do século XVIII, no entanto, a influência estrangeira na Índia se restringiu ao controle de postos costeiros, que eram regulados por governantes locais (Panikkar, 1959). Esse cenário começou a se transformar a partir de 1757, que inaugurou um longo período de influência e dominação britânica, com o estabelecimento e expansão da base territorial e, posteriormente, com a anexação ao Império Britânico, concluindo a expansão colonial na Índia.

No período colonial, a Grã-Bretanha introduziu uma série de transformações nas estruturas econômicas e sociais indianas para adequar a nova colônia ao sistema capitalista liberal. Essas mudanças impactaram, mais que tudo, a organização da produção agrícola local e da propriedade da terra, anteriormente baseada numa relação de reciprocidade entre as diferentes castas indianas e os governantes nativos, que se tornou base para a economia internacional da venda de commodities. Dessa forma, os elementos culturais locais que serviam para proteger a camada mais pobre da população foram apagados institucionalmente e, como consequência desse movimento, se instaurou um ciclo de pauperização rural ditado pelos preços internacionais de grãos (Polanyi, 2000). Quando esses preços subiam e as safras eram boas, os pequenos agricultores conseguiam pagar os aluguéis do arrendamento da terra, os impostos coletados pela coroa e os empréstimos tomados de agiotas para a compra de sementes e insumos para seu trabalho. No entanto, a falha das condições de produção ou cotação da venda empurravam os camponeses para regiões menos rentáveis. Complementar a isso, a Inglaterra promoveu o completo desmonte da manufatura indiana através da adoção de medidas fiscais para diminuir a lucratividade da operação e incentivar a produção e exportação de algodão cru para a metrópole, impulsionando a expansão industrial inglesa (Panikkar, 1959; Ghose, 1982).

A segunda metade do século XIX foi marcada por diversas crises humanitárias associadas a eventos naturais, sendo a mais notável delas as falhas das monções em regiões semiáridas do território indiano, causando perda da renda de parte da população. A morte de milhões de pessoas

decorrente da desnutrição e doenças correlatas entre o final do século XIX e início do século XX foi atribuída a esses eventos. Mesmo com as frequentes secas e fomes durante o último quarto do século XIX, a Índia se tornou um dos maiores fornecedores de grãos e algodão para o mercado inglês, não parando de exportar bens alimentícios, o que gerou críticas às políticas britânicas de combate à fome na colônia. O questionamento das medidas para a mitigação da fome no período colonial estiveram presentes em jornais e revistas da época, mas Mike Davis (2022) se tornou referência ao descrever como esses eventos moldaram o que chamamos de “Terceiro Mundo”. Em “*Holocaustos Coloniais*”, ele apresenta uma denúncia contundente da má formulação das medidas de combate a fome britânicas e enfatiza que a combinação do fenômeno *El Niño* somado a expansão imperialista na Ásia foram responsáveis pela alta mortalidade da Grande Seca Indiana (1876-1878).

A administração colonial de Madras redigiu o “Código da Fome Indiano”, com primeiro esboço em 1880 e versão final em 1883 e o governo imperial instaurou uma Comissão da Fome, que ficou incumbida de estipular, aplicar e divulgar as políticas descritas pelo Código, também nos anos 1880, como resposta à mortalidade dos anos 1870. Apesar das regulamentações, a fome voltou a matar a partir de 1896, e o número oficial de mortos entre 1896 e 1900 foi de 8 milhões (Davis, 2022). O discurso britânico, nessa ocasião, entendeu a narrativa de que o clima, somado a população crescente e falta de interesse desta nas medidas de combate à fome implementadas pela administração local eram os responsáveis diretos pela morte da população em períodos de seca e, que o governo aplicou políticas eficientes, resultando num baixo número de óbitos. (Durbach, 2020).

Considerando o exposto, este trabalho busca investigar de que maneira o colonialismo inglês alterou a estrutura socioeconômica da Índia e, através de sua administração, contribuiu para a normalização da escassez alimentar no país durante o final do século XIX. Nesse âmbito, esse estudo se inicia com três hipóteses. A primeira delas é que as fomes do final do século XIX foram resultado da diminuição da renda da população somada ao aumento dos preços dos grãos, não de falhas das safras. Em segundo lugar, que o fator climático não foi tão relevante quanto os documentos britânicos reportam nas secas que se iniciaram em 1896 e em 1898. Por fim, que a administração colonial trabalhou para disseminar a narrativa de que a Índia era um país pobre, superpopuloso, corrupto e com clima hostil para encobrir os efeitos da inserção desse espaço ao sistema capitalista liberal, processo responsável pelo empobrecimento dos nativos.

Para a verificação dessas teses, busca-se analisar os impactos das mudanças estruturais na economia e dinâmica de proteção social indianas associadas a inserção da Índia ao império britânico, além da transformação da imagem internacional da colônia, de forma a compreender como o governo, representado pelos vice-reis e comissões da fome, trabalhou para disseminar a narrativa de que os nativos e o clima indiano eram responsáveis pela alta mortalidade evidenciada na virada do século XIX para o século XX. Os objetivos específicos para este estudo são: 1) compreender como a Inglaterra desestruturou governos indianos nativos para anexar a Índia ao Império Britânico; 2) discutir os impactos da administração britânica sobre a economia e políticas de proteção social indianas; 3) analisar como o discurso britânico transformou a imagem indiana e contribuiu para a normalização da morte decorrente de desnutrição na colônia.

Ao abordar essa temática, esta pesquisa pretende contribuir com as análises pgressas de Digby (1901), Polanyi (2000), Sen (1981) e Davis (2022), incorporando estudos mais recentes das áreas da saúde, nutrição e climatologia. Tais áreas, que não puderam ser abrangidas completamente no século XX e início do século XXI, permitirão uma abordagem mais holística e atualizada, enriquecendo a compreensão dos fatores que contribuíram para a elevada taxa de mortalidade na Índia no final do século XIX. Além disso, esse estudo pretende denunciar a ausência de responsabilização da Inglaterra pelos danos econômicos e sociais causados durante o período colonial. A falta de compensação adequada para a Índia em relação ao expressivo número de vidas perdidas destaca a necessidade de reexaminar essa parte da história indo-britânica. A análise dos discursos disseminados pelos representantes britânicos, que culpavam os nativos e as condições climáticas locais, servirá como base para desvelar as estratégias de poder e controle utilizadas pelo Império Britânico para legitimar suas políticas liberais.

Com essas questões em mente, esse trabalho se divide em cinco capítulos, incluindo a introdução. O segundo capítulo aborda a trajetória inglesa ao posto de hegemonia mundial e dominação do território indiano, discorrendo sobre a ideologia liberal adotada pelo governo colonial. Em seguida, o terceiro capítulo explora os impactos da administração britânica na estrutura socioeconômica indiana, as medidas adotadas para combater a fome no final do século XIX e as consequências de longo prazo das políticas coloniais para o desenvolvimento humano e econômico da Índia. Depois, o quarto capítulo examina a narrativa britânica sobre a Índia e sua população, e a importância da disseminação desta para a manutenção da posição inglesa dentro do Sistema Internacional e validação das políticas liberais difundidas pela Inglaterra. Por fim, o último

capítulo reúne os pontos mais relevantes de cada um dos tópicos anteriores e apresenta uma conclusão acerca das evidências encontradas durante a pesquisa.

## 2 A EXPANSÃO DO IMPÉRIO BRITÂNICO PARA A ÍNDIA

A expansão colonial europeia, a partir das investidas espanholas e portuguesas nas américas, permitiu a exploração humana e de capital de povos não integrados ao sistema que os estados europeus se propuseram a construir. O colonialismo, segundo Ekkehart Krippendorff (1979, p. 65), pode ser definido como “uma paralisação ou distorção da história de um povo em favor da aceleração do desenvolvimento histórico de outros povos”, e foi utilizado extensivamente para a extração de riquezas, produtos e criação de mercado consumidor para os países europeus. Apesar do pioneirismo espanhol e português no modelo de exploração de cultivo em colônias na América do Sul e América Central, a França, a Holanda e a Inglaterra tiveram maior êxito em converter o acúmulo de capital em prosperidade econômica duradoura.

As transformações tecnológicas associadas à Revolução Industrial encabeçada pela Inglaterra durante o século XVIII pavimentaram o caminho para a consolidação da Pax Britânica ao final das Guerras Napoleônicas, em 1815, com o Congresso de Viena. Além disso, a Inglaterra implementou reformas sociais e econômicas que possibilitaram o estabelecimento da sua superioridade sobre a Holanda e a França, marcadamente as Revoluções Inglesas, a implementação do Comércio Triangular, e a publicação dos Atos de Navegação. Adicionalmente, mas não menos relevante, foi a asserção do domínio da Companhia das Índias Orientais sobre territórios indianos e a pilhagem decorrente disso, que financiou o investimento em tecnologia do estado inglês no decorrer do século XIX.

Nesse sentido, a passagem do modelo mercantil da acumulação como prosperidade para o modelo capitalista foi inspirada nas ideias liberais de base na Revolução Americana e Revolução Francesa, e foi o responsável pelo sucesso da modificação das relações econômicas entre os países europeus entre si e entre eles e suas colônias, favorecendo continuamente os estados centrais do sistema mundial, conforme a Teoria do Sistema-Mundo, de Fernand Braudel. A ascensão do ideal liberal justificou o expansionismo imperial inglês, assim como as políticas sociais para os países europeus e territórios sob sua administração. Ademais, foi ferramenta para o crescimento do capital industrial e financeiro, que possibilitaram e mantiveram a Inglaterra em posição hegemônica até o século XX.

Este capítulo discorrerá sobre os contextos histórico, econômico e social que favoreceram o crescimento da importância da Inglaterra dentro do sistema internacional, a consolidação da Pax

Britânica, marcada pelo Congresso de Viena, e as políticas impostas para sua manutenção até o início do século XX. Para tanto, será feita uma análise histórica dos elementos que diferenciaram os ingleses de outras nações que passavam pela transformação do modo de produção mercantil para o modo de produção capitalista entre os séculos XVII e XVIII para que fosse a Inglaterra a responsável por impulsionar a Revolução Industrial a partir das transformações tecnológicas associadas à manufatura têxtil. Depois, será investigada a importância da Índia para a consolidação do império inglês na Ásia, com holofote sobre a política da Companhia das Índias Orientais, que contribuiu para a instabilidade e posterior destituição dos governos de territórios indianos, dando controle formal da Índia à Coroa a partir de 1858. Por fim, será feito um apanhado das políticas capitalistas liberais impostas pela Inglaterra a fim de exercer dominação e influência dentro do sistema internacional.

## 2.1 A ASCENSÃO INGLESA AO POSTO DE HEGEMONIA MUNDIAL

A caminhada inglesa ao posto de hegemonia do sistema internacional é uma história de como esse país foi capaz de aproveitar as oportunidades de explorar povos e recursos em prol do seu desenvolvimento econômico e tecnológico. A Inglaterra não foi pioneira no estabelecimento de colônias, não possuía supremacia naval, rivalizando com a Holanda e nem produzia tecidos de qualidade indiana, mas logrou na adoção de estratégias que colocavam o estado e a burguesia inglesa em posição de atrapalhar as fontes de renda de seus concorrentes.

### 2.1.1 Pilhagem colonial e capitalismo incipiente

A trajetória inglesa de acumulação do capital necessário para financiar a Revolução Industrial e posterior afirmação de supremacia possui relação direta com o estabelecimento colonial e posterior expansão imperial. O impulso inglês para a colonização se deu, essencialmente, a partir dos anos 1560, e a expansão colonial era vista como uma fonte de riqueza, de *commodities*, de prestígio nacional e de segurança estratégica (Dalziel, 2006). A partir do sucesso do cultivo de tabaco na América Central, a percepção sobre a importância econômica da exploração além-mar contribuiu para a constante expansão britânica. A introdução do cultivo de açúcar, que necessitava trabalho extensivo, foi uma oportunidade tomada pela Inglaterra para se

sobressair sobre seus concorrentes europeus. Os ingleses foram os maiores responsáveis pela ampliação da escravatura à um sistema organizado, beneficiando-se de sua posição marítima e tecnologia disponível para se tornarem predominantes através do comércio triangular<sup>1</sup>, decorrente da utilização de mão-de-obra escravizada africana em colônias americanas.

O sucesso do colonialismo inglês pode ser associado com a experiência da Inglaterra em unificar as ilhas Britânicas. Nas palavras de Nigel Dalziel (2006, p. 16, tradução própria<sup>2</sup>): “A união e consolidação da Inglaterra, Escócia, Wales e Irlanda foram o prelúdio essencial para a expansão imperial britânica”. Dentre os elementos presentes para a unificação, a importância da religião deve ser destacada como um aparelho capaz de diferenciar a Inglaterra das outras nações Europeias e, posteriormente, como elemento do nacionalismo britânico.

Com a expansão do mercado decorrente da produção além-mar, a estrutura agrária inglesa começou a se transformar de um modelo feudal, de produção agrícola em comunidades isoladas para consumo e com pouca atividade comercial entre elas, para uma cadeia mais integrada, com maior divisão produtiva e conseqüente especialização do trabalho. Esta mudança influenciou as relações entre proprietários de terras e arrendatários, em que o pagamento em moeda para o uso do espaço substituiu a troca de trabalho ou bens. Assim, os efeitos mais importantes dessa especialização para a ascensão do capitalismo na Inglaterra foram o acúmulo de capital nas mãos de latifundiários e da burguesia inglesa (Hill, 1955), a introdução de uma nova moral religiosa, a valorização do lucro em detrimento do “outro” e o empobrecimento e êxodo dos trabalhadores do campo, decorrente do aumento dos preços de arrendamento e necessidade de mão-de-obra das fábricas incipientes.

Para além do que foi mencionado, o período entre a metade do século XVI e a metade do século XVII também apresentou mudanças no modelo de comércio interno na Inglaterra. A estrutura feudal com monopólios geridos por guildas, que impunham regulamentações acerca da qualidade e procedência das mercadorias e regravam pequenos espaços de mercado se tornou um obstáculo às atividades econômicas da classe burguesa. Como Christopher Hill (1955, p. 16,

---

<sup>1</sup> Padrão de comércio adotado durante o período colonial envolvendo a Europa, África e Américas no qual a Inglaterra se tornou predominante suprimindo seus concorrentes.

<sup>2</sup> No original: “In the British Isles the essential prelude to imperial expansion was the political union and consolidation of England, Scotland, Wales and Ireland” (Dalziel, 2006, p. 16).

tradução própria<sup>3</sup>) descreve no livro “*The English Revolution*”: “[...] o capitalista não estava interessado em saber onde seus produtos eram vendidos, contato que fossem vendidos com lucro”.

A Revolução Inglesa de 1640 foi relevante para consolidar leis e estrutura de governo que comportassem os interesses da classe burguesa, que buscava o desenvolvimento do capitalismo no ambiente rural inglês. Nesse sentido, a propriedade e a utilização da terra tiveram um papel central no conflito, em um embate do modelo de produção tradicional com o capitalista. O Estado, assim como a igreja, eram acusados pela burguesia de manter o controle de espaços não produtivos e proteger a nobreza feudal, que não possuía capital para investir no aumento da renda sobre a sua propriedade (Hill, 1956). No que tange a terra e o aumento da capacidade produtiva, no entanto, a Revolução Inglesa pode ser somente vista como um aumento de escala e não de produtividade ou técnica. Ela teve o papel de unir a classe burguesa e os proprietários de terras para subjugar o Estado e, assim, criar condições para a expansão da produção e do acúmulo de capital. Nesse sentido, o período entre 1640 e 1660 foi marcante para a consolidação de uma nova estrutura política na qual o capitalismo viria a se desenvolver e a se expandir. No que se refere aos efeitos da Revolução Inglesa para agentes externos a Inglaterra, os Atos de Navegação<sup>4</sup> de 1651 se tornaram o pilar da política externa inglesa, sintetizando a união do Estado inglês com a classe burguesa. Estes Atos representaram o enfrentamento e posterior dominação da marinha inglesa sobre a holandesa, além da maior arrecadação decorrente da exploração de suas colônias e da captação de recursos pelo uso de seus navios.

Ao mesmo tempo em que promovia reformas internas para endereçar as necessidades de uma classe em ascensão, a Inglaterra reforçava sua posição imperial no espaço americano através de disputas na América Central e América do Norte. O século XVII representou o crescimento dos espólios recolhidos nas colônias americanas, fruto das disputas territoriais na América Central somado ao domínio da marinha inglesa sobre o comércio de escravos para outros estados e pela disputa com a França sobre a Nova Inglaterra, resultando em quatro guerras. No fim destas guerras,

---

<sup>3</sup> No original: “[...] the capitalist was not interested in knowing where his products were sold, provided they were sold on profit.” (Hill, 1955, p. 16).

<sup>4</sup> Foram um conjunto de políticas adotadas pela Inglaterra para dominar o comércio internacional através do uso de navios ingleses, forçando outras potências a utilizarem embarcações inglesas para poderem manter relações comerciais com territórios britânicos. Teve como principal efeito a diminuição da importância da Holanda no transporte de mercadorias (Hill, 1956).

a Inglaterra anexou a Nova França via Tratado de Paris<sup>5</sup>, afirmando sua supremacia no espaço norte americano. Assim, é possível traçar uma linha do tempo sobre as prioridades inglesas no que tange a sua expansão colonial, começando pela unificação das ilhas britânicas, e posterior dilatação do império nas Américas. O quadro 1 mostra a transição de prioridades de conquistas de espaços do império colonial a partir da unificação das ilhas inglesas até o estabelecimento da última das treze colônias inglesas na América do Norte.

**Quadro 1** – Linha do Tempo da Expansão do Império Colonial Britânico nas Ilhas Britânicas e Américas entre 1536 e 1732 com Exclusão das Disputas com a França na América Do Norte

ILHAS BRITÂNICAS	AMÉRICA CENTRAL	AMÉRICA DO NORTE
<p>1536 União de Wales com a Inglaterra 1603 União das coroas da Inglaterra e Escócia</p> <p>1690 Derrota do Rei James pela Armada Protestante na Irlanda 1707 União política da Inglaterra e Escócia</p>	<p>1610 Estabelecimento da colônia de Nova Terra 1612 Anexação de Bermuda ao território da Virgínia</p> <p>1623 Início da colonização de São Cristóvão 1624 Início da colonização de Barbados 1628 Início da colonização de Nevis 1628 Início da colonização de Barbuda 1632 Início da colonização de Antigua</p> <p>1648 Início da colonização de Barbados 1650 Início da colonização de Anguila 1655 Invasão da Jamaica e das Ilhas Cayman</p> <p>1666 Início da colonização em Tórtola 1668 França cede controle sobre a colônia de Monserrate via Tratado de Breda 1670 Espanha cede controle das colônias da Jamaica e Ilhas Cayman via Tratado de Madrid 1680 Anexação das ilhas Anegada e Virgin Gorda</p>	<p>1607 Primeiro povoamento permanente na América do Norte (Virgínia) 1608 Estabelecimento de colônia na Carolina</p> <p>1620 Estabelecimento da colônia de Plymouth (Massachusetts) 1623 Estabelecimento de colônia em New Hampshire</p> <p>1632 Estabelecimento de colônia em Maryland 1636 Estabelecimento de colônia em Rhode Island 1639 Estabelecimento de colônia em Connecticut</p> <p>1664 Tomada da Nova Holanda 1664 Conquista de Delaware 1665 Estabelecimento de colônia em New Jersey</p> <p>1681 Estabelecimento de colônia na Pennsylvania</p> <p>1729 Divisão da Carolina em Carolina do Norte e Carolina do Sul 1732 Estabelecimento de colônia na Georgia</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

<sup>5</sup> O Tratado de Paris (1763) gerou trocas de colônias entre potências europeias. A Grã-Bretanha obteve o Canadá, Nova Escócia, São Vicente, Dominica, Tobago, Granada e Minorca (Marston, 2013).

### 2.1.2 Revoluções do final do século XVIII

A Revolução Industrial foi a descontinuidade europeia do século XVIII. Ela separou uma Europa com pequeno crescimento econômico daquela com um avanço econômico sustentado. As invenções inglesas do final do século proporcionaram uma posição de concorrência privilegiada à Inglaterra, contribuindo para a imposição de políticas liberais nos séculos subsequentes, assim como sua posição imperial nas Américas, na Ásia, na África e na Oceania. Essa revolução foi liderada, predominantemente, por empreendedores capitalistas e marcada pela invenção do motor a vapor, assim como o aumento expressivo do número de fábricas, o aperfeiçoamento da manipulação de ferro e a disseminação da especialização do trabalho. Cada uma dessas mudanças teve efeitos positivos duradouros para a economia inglesa, na época considerada uma das maiores da Europa, juntamente com a França.

Os motivos que levaram a Inglaterra ser pioneira na Revolução Industrial, e não a França ou a Holanda variam de acordo com a bibliografia. Autores, como Joel Mokyr (2009), argumentam que as ideias iluministas gestadas na Inglaterra a partir do século XVII foram as maiores responsáveis pelo impulso à indústria e à inovação, em especial no final do século XVIII. Para Mokyr (2009), a combinação do conhecimento técnico da mão-de-obra qualificada com o ambiente institucional que produzia os incentivos corretos para empreendedores foi fundamental para o desdobramento da Revolução Industrial. Além disso, Mokyr (2009) sugere que o diferencial da Inglaterra em relação aos seus pares europeus deveria ser em relação a oferta, visto que a Holanda, França e Espanha possuíam vantagens do que tange ao tamanho da economia, da extensão de terra e do número de colônias. Assim, a ideologia iluminista assumiria um papel duplo: de melhoria das capacidades institucionais e tecnológicas. Outra visão, proposta por Robert Allen (2009), tem como argumentos principais: 1) a estrutura econômica britânica, de altos salários, mas capital e energia muito baratos; 2) o alto custo do desenvolvimento de grandes invenções, que dificilmente se tornavam comercialmente viáveis e seriam somente possíveis em lugares em que o mercado era grande o suficiente para que o investimento retornasse ao investidor; 3) o lucro da adoção de invenções como a máquina de fiar faziam sentido na Inglaterra, mas não na França, e; 4) as tecnologias eram aprimoradas em processos de microinvenção que eram neutras em relação a quantidade de mão-de-obra, e não menos intensiva.

O trabalho de Nicholas Crafts (2010) “*Explaining the First Industrial Revolution: Two Views*”, explora essas visões sobre os motivos da revolução ter acontecido na Inglaterra durante o século XVIII. Em sua obra, o autor é capaz de evidenciar a consistência dos argumentos de Allen (2009) e Mokyr (2009), e conclui que o retorno sobre investimento necessário para implementar as invenções tecnológicas relacionadas a manufatura têxtil era substancialmente maior na Inglaterra em relação a França, mas que poderia ter sido rentável tanto na França, quanto nas colônias da América do Norte. Além disso, no que tange a relevância das ideias iluministas para as transformações do final do século XVIII, Crafts (2010) questiona a validade empírica do argumento de Mokyr (2009), que enxerga a o avanço da Revolução Industrial britânica em termos de uma transição para um avanço tecnológico sustentado pelas microinvenções.

Do lado da ciência política, Ekkehart Krippendorff (1979), argumenta que a Inglaterra possuía a seu favor a posição geográfica, o aumento substancial da população durante o século XVIII, e a concentração das manufaturas de lã e jazidos de carvão. No entanto, o autor questiona se seria possível promover a Revolução Industrial sem o capital comercial adquirido através da exploração colonial. Sob o efeito das inovações tecnológicas relacionadas à manufatura, a exportação de têxteis da Inglaterra quintuplicou em valor entre o início e final do século XVIII (Krippendorff, 1979) e, passou a representar 60% de toda exportação inglesa na metade do século XIX.

O papel do Estado inglês na promoção de políticas de incentivo às inovações tecnológicas e de proteção dessas invenções é, por vezes, subestimado em detrimento da relevância da classe burguesa. O Estado que emergiu após a Revolução Inglesa e a Restauração “(...) libertou a classe capitalista para o livre desenvolvimento dos seus interesses e lhe assegurou o necessário *hinterland* internacional por meios diplomáticos e sobretudo militares, protegeu além disso zelosamente as conquistas tecnológicas inglesas, ocultando-as da concorrência estrangeira” (Krippendorff, 1979, p. 107). Assim, as modificações da estrutura social que beneficiaram a burguesia e fomentaram a industrialização inglesa foram somadas a estratégia política protecionista do Estado para com os avanços tecnológicos. Dessa forma, houve a garantia da exclusividade de posse e da produção de máquinas, assegurando o crescimento econômico aparente no século seguinte. De fato, ainda no século XVII, a Inglaterra tinha se tornado a maior potência colonial em escala internacional e, com a Revolução Industrial no século XVIII, modificou as relações coloniais até então estabelecidas, transvertendo do capitalismo comercial para o industrial.

Adicionalmente, o final do século XVIII marcou a primeira grande perda colonial da Inglaterra. O espaço norte americano já havia sido palco de disputas com a França e Holanda, mas a Revolução Americana teve desdobramentos mais significativos. Esta revolução pode ser interpretada como o primeiro impulso anticolonial bem-sucedido nas Américas, servindo como inspiração para outros movimentos de independência no continente. As treze colônias eram uma parte vital do império colonial inglês, representando uma fonte de matérias-primas, receitas e mercado para os produtos britânicos. Dentre os motivos que desencadearam a guerra de independência estão os fatores intrinsecamente mercantilistas aplicados às relações com as colônias, como a falta de representatividade dos colonos sobre as leis e taxas a eles aplicados e os bloqueios comerciais característicos das relações entre metrópoles e colônias. Assim, o descontentamento social, embriagado dos ideais iluministas foram determinantes para a revolta e posterior independência dos Estados Unidos.

Apesar da experiência americana, foi a partir da Revolução Francesa que as ideias iluministas se expandiram na Europa, com a rejeição do Antigo Regime, e no continente americano, com uma série de movimentos de declaração de independência. A França do final do século XVIII representava o mercantilismo em seu ápice, com uma grande extensão territorial a seu dispor, população numerosa, estrutura governamental eficiente e império colonial considerável (Krippendorff, 1979). Ainda assim, as vitórias francesas, incluindo a da independência americana, não foram suficientes para distrair os cidadãos da versão capitalista atrasada imposta a eles pelo governo absolutista. As guerras, que poderiam ser utilizadas como exemplo do sucesso do Estado centralizado francês “(...) levaram à beira da exaustão as finanças do Estado e os recursos administrativos e deixaram à França reservas reduzidas” (Krippendorff, 1979, p.108) e “conduziram a uma crispação crescente da estrutura sócio-política de um regime absolutista que governava uma sociedade que ensaiava os primeiros passos na via o capitalismo industrial” (Krippendorff, 1979, p.108), minando a estabilidade política do Estado.

A Revolução Francesa, para o sistema mundial, expôs uma série de ideias, valores e normas que passaram a ser largamente aceitos dentro do mesmo, tendo impacto significativo na formação dos estados modernos com a legitimação da economia capitalista. Dentre estes estão a ideia de soberania do povo, a filosofia dos direitos dos homens, a consolidação de três ideologias modernas – conservadorismo, liberalismo e radicalismo –, e a legitimidade do conceito da normalidade de mudanças políticas (Wallerstein, 2011). Dessa forma, o conjunto dessas

revoluções teve consequências de larga escala para os impérios coloniais europeus, marcadamente com a independência do Haiti, mas também do México, Venezuela, Colômbia, Argentina, Chile, Peru e Bolívia até 1825.

O final da revolução em 1799 não marcou o término da agitação política na França ou na Europa. Pelo contrário, nesse momento de transição, a figura de Napoleão Bonaparte ganhou poder. O novo líder francês rapidamente consolidou seu poder como Primeiro Cônsul e, em seguida, se autoproclamou imperador, marcando o início das Guerras Napoleônicas. Essas guerras foram causadas por uma interação de fatores que incluem as transformações políticas e sociais resultantes da Revolução Francesa e do expansionismo de Napoleão (Gates, 2003).

As ambições territoriais francesas resultaram em conflitos com uma série de nações europeias, dentre elas a Áustria, a Prússia, a Rússia e a Suécia, e na expansão do império francês por meio de conquistas militares e imposição de novos governantes. A resistência local contra o domínio francês foi motivo de diversas revoltas. Dentre os objetivos da expansão territorial durante as Guerras Napoleônicas estava a diminuição do poder e influência britânica. Para tanto, a imposição do Bloqueio Continental<sup>6</sup> foi a medida adicional que deveria diminuir o poder econômico inglês na Europa e assegurar a área de domínio francês. Para David Gates (2003), o erro de Napoleão foi não parar a expansão do império. A invasão desastrosa da Rússia por Napoleão em 1812 enfraqueceu o exército e representou o início do fim da expansão francesa, que foi consolidada no ano seguinte em Leipzig.

O Congresso de Viena foi a tentativa de decidir sobre a paz que deveria governar a Europa ao final das Guerras Napoleônicas através da redefinição do balanço de poder dentro do continente. O objetivo era ajustar a estrutura dos estados de forma a maximizar os ganhos estatais, em especial daqueles que acumulavam capital dentro das suas fronteiras. A França foi obrigada a ceder territórios conquistados durante as guerras, e os governos prévios às invasões foram restituídos e reforçados para evitar uma nova tentativa de avanço militar (Wallerstein, 2011). O Congresso também buscou promover a cooperação internacional, a fim de estabelecer uma linha de trabalho conjunta para manutenção da paz.

Se por um lado o Congresso de Viena foi responsável por iniciar acordos e alianças que viriam a manter a paz em território europeu pelo próximo século, as disputas expansionistas

---

<sup>6</sup> O Bloqueio Continental foi um embargo comercial imposto em 1806 pela França à Grã-Bretanha e seus aliados para diminuir a importância dos produtos ingleses no mercado à França (Gates, 2003).

somente mudaram de continente. O século XIX representou uma nova expansão imperial europeia na Ásia e na África. Os choques entre potências e populações locais, assim como a sabotagem de governos não-europeus, foram recorrentes na corrida da reconstrução dos impérios além-mar, que haviam sido abalados pelas independências inspiradas nas ideias de autogoverno disseminadas a partir das revoluções americana e francesa. O boicote às mercadorias esteve presente da mesma forma, praticados especialmente pela Grã-Bretanha, de modo a eliminar concorrência e a forçar a abertura de mercados aos produtos ingleses.

Nesse contexto, a dominação da Índia pode ser considerada a maior conquista britânica em termos de recursos e mercado após a perda das treze colônias americanas. O território era fonte de cobiça desde o século XV e, por três séculos, os europeus não possuíam nada além de portos e pontos de trocas no litoral. Não obstante, a Inglaterra foi capaz de se projetar internamente, beneficiando-se de conflitos internos e sucessões fracas para submeter a população indiana ao seu domínio.

## 2.2 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS E A CONSOLIDAÇÃO DO IMPÉRIO NA ÁSIA

Desde o princípio das Grandes Navegações, a Índia representava a terra dos desejos dos países Europeus. A chegada de Vasco da Gama em Calicute foi a consolidação de um sonho compartilhado pelos povos que habitavam a região do Mediterrâneo e buscavam evitar territórios controlados pelos mulçumanos no comércio de especiarias que somente eram produzidas na Índia e Indonésia (Panikkar, 1959). A disputa europeia pelo lucro decorrente do comércio dos produtos vindos do oriente se fez notável a partir do estabelecimento de companhias destinadas somente ao estabelecimento de postos e controle de embarcações nos mares asiáticos.

Para os britânicos, a Índia e a economia atrelada aos negócios conduzidos no território tiveram uma importância crescente, primeiro servindo de impulso para a modernizar as embarcações da nação, que viria a se tornar hegemônica no mar e, mais tarde, como fonte de recursos naturais e econômicos que financiaram a Revolução Industrial. Nesse sentido, a Índia foi considerada a menina-dos-olhos da Inglaterra e a exploração desta foi fundamental para a manutenção da posição internacional inglesa até o século XX.

### 2.2.1 Da presença restrita ao domínio territorial

A Companhia das Índias Orientais foi a precursora do domínio britânico formal sobre a Índia, que viria a acontecer no século XIX, e foi criada no século XVII com o objetivo de consolidar o comércio na região do oceano Índico e competir com outras potências europeias como a Holanda e a França, que tinham suas próprias companhias determinando suas presenças no espaço asiático. O estabelecimento dessas entidades pelas potências europeias representou o início da imposição de uma economia comercial sobre as comunidades locais, as quais a vida não estava baseada no comércio internacional, mas na produção agrícola e trocas de curta distância (Panikkar, 1959). Até a metade do século XVIII, a companhia se concentrou em estabelecer presença em portos indianos, com destaque para Calcutá, comercializando os produtos asiáticos nas regiões do Mar Vermelho, Golfo Persico e Mediterrâneo (Davies, 2014).

A expansão do comércio britânico e holandês na Índia simbolizou também uma mudança dos tipos de produtos requisitados até então pelos portugueses. Ao invés das especiarias tradicionalmente exploradas, os ingleses tinham maior interesse nos tecidos, bens de luxo e salitre. Apesar da alta busca de produtos originários do oriente, a falta de reciprocidade desta era preocupante para os estados europeus. Isso porque as economias asiáticas, até o século XIX, poderiam ser consideradas autossuficientes e, mesmo com a tradição comercial, elas não eram baseadas no comércio, criando uma situação de desvantagem para o Ocidente.

A transição do caráter comercial para político da Companhia das Índias Orientais foi uma combinação de oportunismo, devido a instabilidades locais, a necessidade de expansão da influência britânica sobre novos territórios para o financiamento do desenvolvimento tecnológico em Londres e o descontentamento inglês com a estrutura econômica asiática. Ainda assim, em 1750, como demonstra a Figura 1, a posição das potências europeias na Índia ainda era muito similar àquela estabelecida a partir de 1515 e, mesmo que o comércio inglês houvesse aumentado substancialmente na primeira metade do século, a Inglaterra tinha domínio somente a ilha de Bombay, sendo dependente da permissão de governantes locais para construção de postos de comércio (Panikkar, 1959).

Figura 1 – Presença Britânica Na Índia Em 1750



Fonte: Maps Etc (2009).

A jornada da conquista de poder britânico sobre a Índia pode ser compreendida a partir da análise das rivalidades entre impérios existentes no território indiano somada a falta de uma autoridade política que inspirasse lealdade de governantes de pequenos territórios. O Império Marata era a estrutura política mais organizada dentro da Índia na metade do século XVIII, e não via os comerciantes de Bombay, Madras e Calcutá como possíveis rivais, concentrando-se em consolidar suas conquistas sobre os mogóis em Malva e na Índia Central. O Decão e Bengala possuíam vice-reis relativamente independentes e a região Canártica – ao sul do Decão – era controlada por um *nawab*<sup>7</sup>, uma liderança fraca, que não exercia autoridade sobre a população local (Panikkar, 1959). Outras áreas da Índia Central eram controladas por senhores de guerras mogóis leais à Asaf Jah<sup>8</sup>, mas, após a sua morte, os sucessores não inspiraram a mesma influência, similar ao que aconteceu em Bengala.

Com o cenário colocado, as disputas de sucessão em lugares onde a lealdade de vice-reis, assim como a da população, era sensível, foram um ingrediente importante para a penetração

<sup>7</sup> Um governante mulçumano nativo da Índia (Davis, 2022).

<sup>8</sup> Imperador Mogol de Hyderabad. Primeiro da dinastia Asaf Jah (Panikkar, 1959).

britânica na política indiana. Inicialmente, os comerciantes ingleses se aliavam a pretendentes que lhes oferecessem mais liberdade de comércio ou maiores concessões. Adicionalmente, o histórico de postos de trocas estabelecidos nas regiões costeiras contribuiu para a criação de uma classe indiana capitalista, que lucrava com a presença europeia na região, e que tomou iniciativa para que os britânicos ganhassem poder sobre lugares mais distantes da costa. Essa aproximação entre a nova classe capitalista e os britânicos gerou a aliança para que a Grã-Bretanha ganhasse controle sobre a região de Bengala após a Batalha de Plassey. Nas palavras de Panikkar (1959, p. 78, tradução própria<sup>9</sup>): “Plassey foi uma transação, não uma batalha, uma transação na qual os compradores de Bengala, liderados por Jagat Seth, venderam o *nawab* para a Companhia das Índias Orientais”.

Ao final do século XVIII, a Companhia ainda competia com três poderes dentro da Índia: o Império Marata; o *Nizam*<sup>10</sup> de Hyderabad e o sultão de Tipu. Foi justamente nesse período que o propósito britânico se transformou da presença comercial para o domínio da Companhia sobre o território indiano:

Com esse propósito era necessário ganhar controle de Mysore, para que as terras do Império Marata pudessem ser atacados do sul, neutralizar o *Nizam*, para que a ameaça da poderosa força organizada pelo francês Raymond tinha organizado pudesse ser eliminada e, acima de tudo, enfraquecer o governo central Marata plantando sementes de discórdia em Poona. (Panikkar, 1959, p. 80, tradução própria<sup>11</sup>).

Esse redirecionamento aconteceu logo após a perda das Treze Colônias na América do Norte, o que havia deixado a Grã-Bretanha numa posição de fragilidade relativa à obtenção de recursos materiais e financeiros para subsidiar as transformações produtivas relacionadas à Revolução Industrial. As figuras 2, 3, 4 e 5 exibem o avanço da dominação britânica sobre os territórios indianos a partir da dominação de Bengala até final da administração de Dalhousie, em 1856, que incluiu a anexação do Punjab ao domínio da Companhia em 1849.

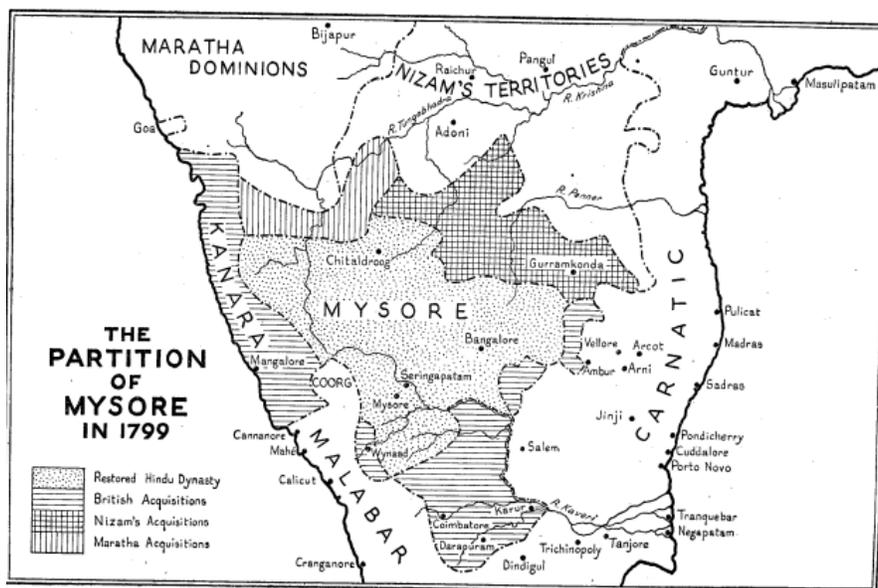
---

<sup>9</sup> No original: “Plassey was a transaction, not a battle, a transaction by which the compradors of Bengal, led by Jagat Seth, sold the nawab to the East India Company” (Panikkar, 1959, p. 78).

<sup>10</sup> Título que se refere ao governante de Hyderabad. O título era hereditário e passava de governante para governante na linhagem da família de Asaf Jah (Panikkar, 1959).

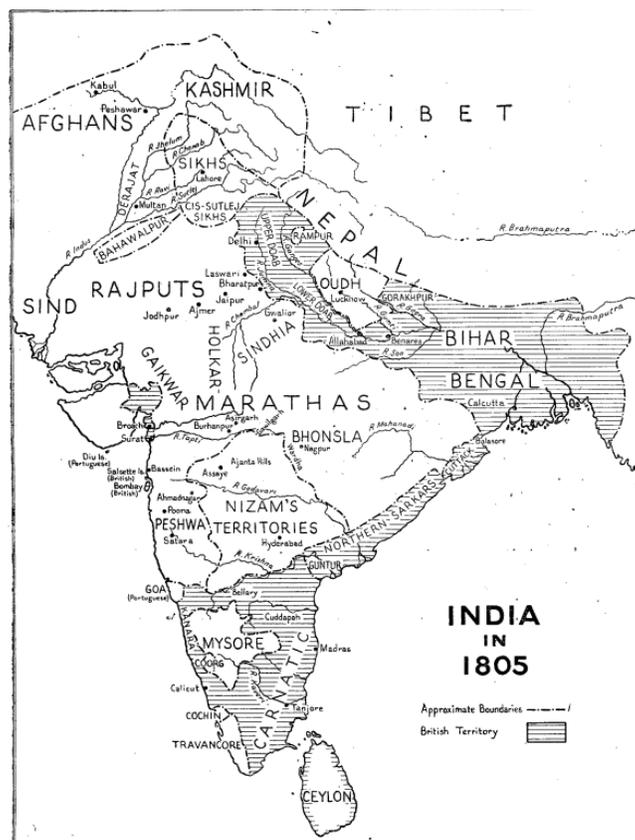
<sup>11</sup> No original: “For this purpose it was necessary to gain control of Mysore, so that the Maratha homelands could be attacked from the south, to neutralize the Nizam, so the threat from the powerful force which the Frenchman Raymond had organized could be eliminated, and above all to weaken the central government of the Marathas by sowing seeds of dissension in Poona”. (Panikkar, 1959, p. 80).

Figura 2 – Divisão da Região Mysore em 1799



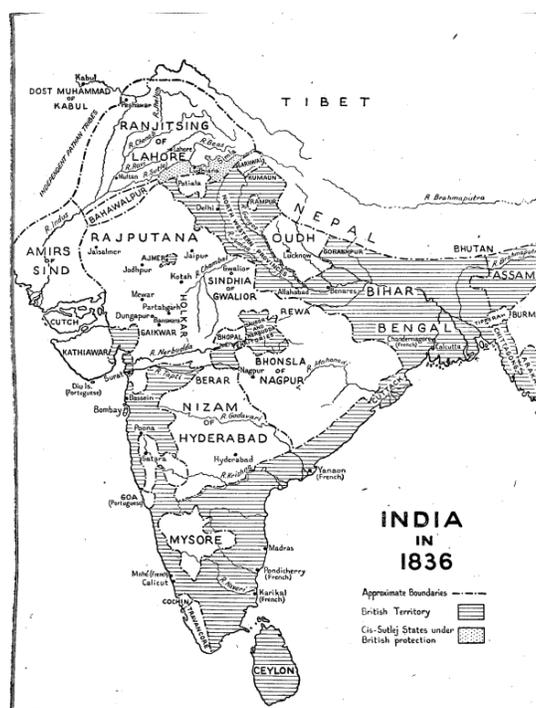
Fonte: DAVIES (1959. p. 59).

Figura 3 – Domínio Britânico na Índia em 1805



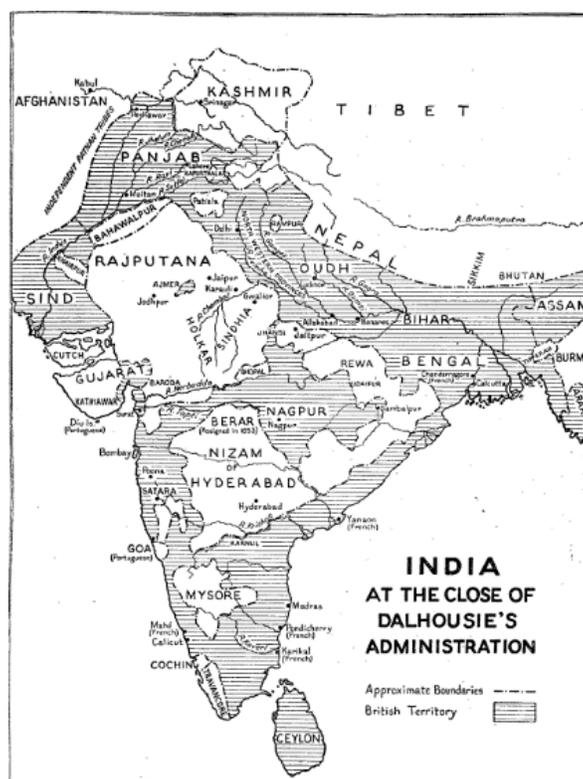
Fonte: DAVIES (1959. p. 59).

**Figura 4 – Domínio Britânico na Índia em 1836**



Fonte: DAVIES (1959. p. 61).

**Figura 5 – Domínio Britânico na Índia ao Final da Administração do Lorde Dalhousie (1856)**



Fonte: Davies (1959. p. 67).

O final da Rebelião Indiana de 1857 marcou o início do Raj Britânico na Índia e representou o último esforço da população em repelir o avanço inglês, numa tentativa de se opor às políticas britânicas que vinham sendo implementadas em regiões dominadas pela Companhia das Índias Orientais. O descontentamento político somado às transformações na estrutura da sociedade impostas pela exposição da economia local ao mercado internacional se consolidou em uma ofensiva que se espalhou por diversas províncias, incluindo Delhi, Lucknow, Kanpur e Jhansi. Segundo Panikkar (1959, p.17, tradução própria<sup>12</sup>):

No século XIX, a Europa, com suas estruturas social, política e econômica reorganizadas pelos desenvolvimentos industrial e revolucionários do final do século XVIII, representava a civilização em marcha. Ela desafiava as bases das sociedades asiáticas; ela impunha a essas sociedades as suas vontades e ela levou mudanças sociais e políticas de importância fundamental para a Ásia.

Os líderes locais, nobres e chefes militares indianos foram responsáveis pela mobilização, que foi repelida um ano mais tarde. Ainda, a represália britânica após a derrota indiana incluiu execuções em massa e confisco de propriedades. Por fim, os britânicos optaram por centralizar a administração colonial como forma de manter controle direto sobre o território. O governo estabeleceu o vice-reino da Índia em 1858, estabelecendo um sistema administrativo que respondia diretamente à coroa.

### 2.2.2 A economia britânica atrelada à Índia

Com a expansão do domínio britânico sobre territórios indianos, a extração dos recursos produzidos internamente foi ampliada. O método utilizado em Bengala pode ser considerado um precursor dos daqueles que viriam a ser utilizados na Índia Britânica durante o período de domínio colonial. Em uma carta endereçada ao Conselho inglês por alguns dos donos de terras indianos, as preocupações com as políticas britânicas foram relatadas:

Eles vendem [...] em todos os tipos de grãos, linho e qualquer outra *comodity* encontrada no país. Para comprar esses bens, eles forçam seu dinheiro nos *ryots*<sup>13</sup> e, tendo comprado

<sup>12</sup> No original: “By the nineteenth century, Europe, with its social, economic and political structure reorganized by the tremendous industrial and revolutionary upheavals of the end of the eighteenth century, represents indeed a civilization on the march. It challenged the basis of Asian societies; it imposed its will on them and brought about social and political changes in Asia” (Panikkar, 1959, p.17).

<sup>13</sup> Agricultores que não eram donos das terras em que produziam.

os bens a preços baixos com esses métodos opressivos, eles obrigam os habitantes e lojistas a comprá-los a preços altos, excedendo o que é pago nos mercados. [...] Agora tudo que sobrou no país é escasso (Khan, 1918, p.76, tradução própria<sup>14</sup>).

Nesse sentido, a exploração da Índia desempenhou um papel crucial no financiamento da Revolução Industrial na Inglaterra. Ela era fonte de matérias-primas, fornecendo algodão, juta, seda, especiarias e minerais necessários para abastecer as fábricas e indústrias têxteis britânicas. Além disso, em conjunto com outras colônias, oferecia mercados extensos para produtos manufaturados britânicos, impulsionando a produção e o crescimento industrial no Reino Unido. Os lucros obtidos com a exploração colonial foram reinvestidos na economia britânica, financiando o desenvolvimento da indústria, da infraestrutura e do transporte (Datta, 1959).

A partir de 1757, houve um aumento substancial de importações e exportações da Companhia das Índias Ocidentais, mesmo considerando a baixa demanda local por produtos europeus. Nesse contexto, a exportação de índigo, algodão e salitre merecem destaque. Ainda assim, as mudanças no caráter das exportações e importações passaram a ser mais perceptíveis ao final do século, quando a maior parte das trocas comerciais entre a Índia e a Europa passaram a ser administradas pelos ingleses. “A Inglaterra também passou a controlar a exportação de produtos indianos, tanto para si, quanto para reexportação para países continentais. De fato, a relação comercial da Grã-Bretanha com a Presidência de Bengala cobria aproximadamente um terço do total de exportações de Bengala” (Datta, 1959, p. 318, tradução própria<sup>15</sup>).

No entanto, a influência da ideologia liberal na Europa era considerada um problema para a manutenção do monopólio da Companhia sobre o comércio. Para remediar o impasse posto, durante a atualização do estatuto da Companhia em 1793, foi estabelecido que qualquer residente da Grã-Bretanha ou de outras localidades sob o domínio inglês situados na Europa seriam autorizados a exportar produtos para a Índia, assim como qualquer servidor da Companhia das Índias Orientais na Índia seria autorizado a importar bens de outras regiões (Datta, 1959).

---

<sup>14</sup> No original: “they trade [...] in short in all Kinds of Grain, Linen and whatever other Commodities are produced in the Country; That in order to purchase these Articles, they force their Money on the ryots, and having by these oppressive means bought their goods at a low Rate, they oblige the Inhabitants and Shopkeepers to take them at an high price, exceeding what is paid in the Markets [...] there is now scarce anything of worth left in the country.” (Khan, 1918, p.76).

<sup>15</sup> No original: “Great Britain also carried the bulk of Indian exports, both for her own use and for re-export to continental countries. In fact the export and import trade of Great Britain with the Bengal Presidency covered about one-third of the latter’s total foreign trade” (Datta, 1959, p. 318).

Os efeitos da nova legislação passaram a ser sentidos após o final das Guerras Napoleônicas, que haviam derrubado as exportações para outros países europeus visto que grande parte da produção indiana era de bens não essenciais e, a partir de 1806, também há de ser considerada a influência do Bloqueio Continental imposto pela França. O comércio de grãos, no entanto, não sofreu o mesmo efeito, a tendência dos preços de grãos foi crescente até o século XX (Clingsmith; Willianson, 2008). Como consequência da inclusão da Índia na economia mundial a partir do início do século XIX sob domínio da Companhia das Índias Orientais, a manufatura de tecido e da seda entrou em declínio, caracterizando um período de desmonte da produção indiana tradicional. Assim, a participação da Índia na exportação de manufaturas, que em 1750 representava 24,5% de todas as exportações globais, foi diminuindo gradualmente até a metade do século XX, dando cada vez mais espaço para os britânicos.

### 2.3 EXPANSÃO DO CAPITALISMO LIBERAL PARA A ÁSIA

O liberalismo econômico desempenhou um papel crucial na expansão do capitalismo para a Ásia ao moldar as dinâmicas econômicas da região. A ascensão desse pensamento, impulsionada por autores como Adam Smith e David Ricardo, coincidiu com o auge do imperialismo europeu no século XIX. A filosofia liberal foi utilizada pelas potências coloniais europeias, notadamente o Reino Unido, nas relações com as colônias na Ásia. A abertura de mercados, a facilitação do comércio e a remoção de barreiras comerciais foram fundamentais para integrar as economias asiáticas ao sistema capitalista global visando maximizar os lucros para os colonizadores e facilitar a exploração de recursos naturais, bem como criar mercados consumidores para produtos manufaturados europeus.

O liberalismo econômico teve impacto significativo nas estruturas econômicas internas dos países asiáticos. As reformas econômicas implementadas introduziram conceitos como propriedade privada, livre iniciativa e competição. Essas mudanças foram lideradas pelo conjunto administrativo colonial e elites locais para alinhar as economias asiáticas aos padrões capitalistas europeus. Além disso, a introdução de infraestrutura, como ferrovias, portos e sistemas bancários, contribuiu para a integração dessas economias na ordem econômica global. As potências coloniais buscavam criar estruturas que facilitassem a exploração eficiente dos recursos naturais e a exportação de produtos para os mercados europeus.

### 2.3.1 Bases do capitalismo liberal europeu

A Revolução Francesa e a derrota de Napoleão em 1815 foram elementos de destaque do poder inglês no final do século XVIII e início do século XIX. A maior preocupação decorrente da ascensão do pensamento revolucionário atrelado às ideias de Napoleão era a conciliação entre os conceitos de soberania popular e a necessidade contínua de acumular capital. O pensamento liberal foi, então, uma resposta para esse dilema. Segundo Wallerstein (2011), a ideologia liberal foi concebida como um conceito de centro-esquerda dentro do espectro político, e tinha como principal objetivo se contrapor às ideias conservadoras, ao mesmo tempo em que se colocava à direita de democratas e de radicais. Da ideologia veio a teoria econômica, que justificou políticas econômicas e sociais na Grã-Bretanha e em todos os territórios ingleses fora da Europa.

O liberalismo econômico foi uma das formas de embasar a ideologia liberal. Baseado nas ideias de autores como Adam Smith e David Ricardo, foi o movimento mais notável para a consolidação do capitalismo na Europa. Este, também, foi amplamente adotado como uma política incontestável para a administração imperial inglesa. Inicialmente decorrente do movimento iluminista, que buscava combater o poder eclesiástico e promover o estudo através de métodos científicos, o liberalismo clássico tem uma premissa simples: indicar meios para que as nações possam prosperar economicamente. Alguns dos conceitos proeminentes apresentados por Adam Smith são o de divisão do trabalho, de mão invisível do mercado e de livre mercado. No livro *A Riqueza das Nações*, Smith (1996) detalha como a divisão do trabalho seria benéfica para o aumento do aproveitamento da indústria e da especialização técnica de pessoas e países. O argumento do autor é de que a divisão do trabalho seria uma ferramenta para os países que começavam a passar pela revolução industrial. Já o conceito de livre mercado, *laissez-faire*, foi proposto de forma a condenar a intervenção estatal nos negócios privados da população. Em um mercado livre, as pessoas teriam acesso a uma diversidade de produtos e poderiam utilizar da razão para comprar o que fosse mais barato, fazendo com que as firmas entrassem em uma corrida de inovações com o objetivo de se manterem competitivas. Nesse modelo teórico, as curvas de oferta e demanda seriam os melhores balizadores de preços, de alocação de recursos e, em última instância, de crescimento econômico (Smith, 1996). Assim, a intervenção governamental na economia serviria – salvo raras exceções – para atrasar ou impedir tanto a especialização do

trabalho, quanto o processo de inovação essenciais para o barateamento dos bens finais, sendo também prejudicial para o desenvolvimento econômico das nações.

O livre mercado de Adam Smith se diferencia e se destaca pela característica de possuir uma “mão invisível”, capaz de fazer com que as pessoas mudem e ajam contra suas intenções iniciais. Esta seria a responsável pela autorregulação do mercado, alocando mais recursos em áreas com mais demanda e incentivando o processo de inovação das firmas. Assim sendo, no modelo de livre mercado proposto, os interesses individuais estão perfeitamente alinhados aos interesses da sociedade, conforme apresentado pelo autor:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (Smith, 1996, p. 438).

As ideias de Smith foram complementadas por David Ricardo a partir, principalmente, do conceito de vantagens comparativas. Na lógica ricardiana, os países se especializariam na produção de bens cujo custo de oportunidade é mais baixo, enquanto o lucro é maior quando comparado a outros países e produtos por eles vendidos. Dessa forma, o sistema como um todo poderia usufruir de um mercado sem interferências governamentais e atingir um maior nível de consumo, de desenvolvimento dos agentes envolvidos nas trocas e a especialização das produções no comércio internacional (Ricardo, 1996). Outra contribuição de Ricardo se refere a Teoria da Renda da Terra, que explica como a expansão da produção para terras menos férteis ou com menor potencial de retorno sobre investimento pressionariam os salários de subsistência para baixo ao elevar o valor nominal da produção com o objetivo de manter as taxas de lucro.

O conceito de salário de subsistência e o motivo pelo qual ele seria necessário podem ser considerados um alinhamento de ideias entre Ricardo, Thomas Malthus e John Locke. Os três autores discutem os meios de subsistência como forma de controlar o crescimento populacional. Ricardo enfatiza que nos países onde as terras são férteis, mas que a população é exposta à fome, o governo seria o responsável e, portanto, a troca de governantes e a educação da população seria suficiente para garantir aumento do capital maior do que o aumento da população (Ricardo, 1996). Além disso, se o crescimento populacional estivesse pressionando os meios de subsistência,

Ricardo aponta a diminuição da população ou utilização de reservas de meios de produção como soluções para que todas as classes não se tornassem igualmente pobres (Ricardo, 1996).

O trabalho de Thomas Malthus, “*An Essay on the Principle of Population*”, é mais alarmista acerca da hipótese de superpopulação, ressaltando que esta teria como consequências imediatas males como a fome, guerra e doenças. No entanto, sua teoria afirma que estes males seriam agentes que poderiam ser interpretados como mecanismos naturais para o controle populacional. O autor também propõe meios para assegurar que o aumento da produção pudesse acompanhar o índice de natalidade, enfatizando a restrição moral e autocontrole como ferramentas que as famílias deveriam adotar para não terem filhos até que fossem capazes de sustentar mais uma pessoa (Malthus, 2015). Por fim, Malthus expressa preocupação com programas de assistência aos pobres que, em sua visão, poderiam estimular o crescimento populacional, uma vez que aliviariam a pressão sobre as famílias. Com isso em mente, ele advogava por programas sociais limitados e condicionados de forma a não incentivar a reprodução. Como alternativa, Malthus apresentou as casas de trabalho, amplamente utilizadas no século XIX em domínios ingleses. Embora não tenha sido cunhado por Malthus, o conceito de Darwinismo Social pode ser largamente sustentado pelo trabalho do autor, visto que ele apontava pessoas pobres como um problema a ser resolvido e não como vítimas de desigualdade social e econômica. Dessa forma, o sofrimento dessa classe deveria ser a ela atribuída pela falta de restrições morais. Os elementos de competição e da sobrevivência dos mais fortes complementaram essa ideia já no século XIX, quando houve a combinação entre políticas de livre mercado e falta daquelas endereçando proteção social.

### **2.3.2 Laissez faire na Índia no final do século XIX**

A disseminação do pensamento liberal e a sua aplicação, sobretudo como uma imposição dos países industrializados ou em processo de industrialização para suas colônias, foi um experimento realizado a nível mundial pela Inglaterra entre os séculos XVIII e XX. Para os países que eram parceiros comerciais, a hegemonia global impunha fortes pressões para a desregulamentação dos mercados internos e abertura dos portos, além da redução de tarifas alfandegárias e a exclusão de medidas protecionistas (Wallerstein, 2011). Para tanto, a administração britânica buscava sucatear ou impedir a prosperidade econômica de possíveis

concorrentes. Os casos mais emblemáticos da atuação britânica para a abertura de mercados e destruição de concorrentes são a Índia e a China, com a destruição da manufatura indiana e a introdução do ópio na China (Davis, 2022). A política para as colônias possibilitava ações mais diretas para o esvaziamento industrial, controle da agropecuária locais e, por fim, a instauração do modo de produção capitalista com uma política econômica liberal.

Embora autores considerados mestres da economia moderna tenham admitido que os mercados devem ser regulamentados em algum nível para evitar abusos ou distorções, como os monopólios ou carteis, Karl Polanyi, em seu livro “*A Grande Transformação*”, foi capaz de endereçar críticas contundentes ao livre mercado e teoria das vantagens comparativas adicionando o contexto cultural à economia e sugerindo que há uma relação inversa entre o liberalismo e a proteção social:

Durante um século a dinâmica da sociedade moderna foi governada por um duplo movimento: o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cercava essa expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema de mercado (Polanyi, 2000, p. 161).

Dessa forma, Polanyi consegue apontar os efeitos negativos da adoção da política liberal para populações da periferia do sistema mundial. Ele aponta também que, antes da mudança para o modo de produção capitalista, as sociedades tinham organizações internas para armazenar e redistribuir suprimentos, garantindo proteção social à população, o que pode ser verificado no caso chinês dos armazéns públicos utilizados durante a dinastia Qing para apoiar a população durante períodos de seca ou baixa produtividade das colheitas (Davis, 2022). Outros sistemas de redistribuição foram utilizados em todos os Estados arcaicos, do Império Inca aos Reinos Indianos, com coleta de impostos em moedas e arrecadação de suprimentos para distribuição posterior (Thurnwald, 1933). Assim a perspectiva de Polanyi, Davis e Thurnwald sobre proteção social baseada em sistemas de redistribuição de recursos se opõe ao que Ricardo e Malthus propõem para o mundo capitalista ocidental.

Ainda no que diz respeito à mudança do modo de produção, Ajit Kumar Ghose (1982), em seu artigo “*Food Supply and Starvation: a Study of Famines with Reference to the Indian Sub-Continent*”, pontua como a economia agrária das sociedades pré-capitalistas estavam mais preparadas para os impactos econômicos decorrentes de desastres naturais visto que a posse de terras cultiváveis era mais distribuída. Ghose descreve como a organização dos tipos de emprego

e do poder de troca influenciam no decaimento da condição de vida de sociedades que adotam economias de trocas não monetizadas e economias monetizadas, em contramão do que acontece em sociedades com economias campesinas. Essa conclusão vai de encontro com as publicações de Mike Davis (2022), Amartya Sen (1981) e Karl Polanyi (2000) sobre as mudanças na estrutura econômica de colônias inglesas.

Na Índia, a substituição de uma economia campesina pelo capitalismo liberal foi coordenada pelos ingleses no início no século XVIII. O processo de remoção de barreiras tarifárias das importações britânicas, de desestruturação da manufatura indiana e do investimento para o escoamento de produção, impulsionado pela transformação do modo de arrendamento da terra no território controlado pela Companhia das Índias Orientais, se estendeu até o século XX. Esse fenômeno, segundo Davis (2022), promoveu a estagnação da renda per capita indiana. A baixa extensão da capacidade do Estado dentro de uma economia capitalista liberal influenciou diretamente a formulação de políticas de proteção social necessárias para amenizar o sofrimento da população durante estiagens. Segundo Stahl (2016, p.161, tradução própria<sup>16</sup>), o “aparato burocrático colonial era guiado pela visão utópica de que os mercados e o desenvolvimento econômico poderiam trazer prosperidade para o país no longo prazo”. Nesse sentido, as políticas públicas punitivas e, até mesmo, a proibição de caridade para amenizar o sofrimento eram justificadas dentro da lógica liberal. A sucessão de fomes no final do século XIX na Índia foram, sob essa ótica, um percalço no caminho rumo à subsistência mundial baseada no mercado.

A filosofia do combate à fome entre 1876 e 1900 seguiu três postulados: 1) abstenção do governo de medidas que pudessem interferir com o comércio privado; 2) implementação de um grande esquema de trabalho público e; 3) todos os campos de auxílio deveriam receber e apoiar famintos, preparando-os para o trabalho (Stahl, 2016). Os três são reflexos dos dogmas da escola liberal e das iniciativas utilizadas na Irlanda em 1840. Do ponto de vista administrativo, a utilização dessas premissas na disponibilização de auxílio à população levaria a uma melhor distribuição de recursos, escoando mais alimentos às regiões afetadas e evitando a dependência permanente das pessoas nas políticas públicas. Na prática, os preços dos grãos subiram tanto que o maior desafio enfrentado era a disposição de meios para obtenção deles. As secas empurraram agricultores para fora das terras cultiváveis e diminuiram substancialmente a renda daqueles que

---

<sup>16</sup> No original: “the colonial bureaucracy was guided by the utopian vision that markets and economic development could bring long run prosperity to the country.” (Stahl, 2016, p.161).

não trabalhavam diretamente com a produção de comida. A experiência da seca de 1876-78, apesar do alto número de mortos, não foi suficiente para que a administração britânica reformulasse as bases das políticas de prevenção e combate à fome no subcontinente indiano, deixando milhões de pessoas expostas aos riscos da inanição.

### **3 IMPACTOS DA ADMINISTRAÇÃO BRITÂNICA SOBRE A ECONOMIA E PROTEÇÃO SOCIAL INDIANOS**

Entre os anos de 1858 e 1947, quando a Índia declarou sua independência, a Inglaterra foi responsável pelo desenvolvimento da região, implementando uma série de mudanças estruturais na sociedade e economia local. A Índia Britânica, através das gestões de vice-reis, teve sua própria agenda de expansão imperial, sendo um instrumento fundamental para a projeção de poder da Inglaterra na Ásia (Panikkar, 1959). A economia local foi reestruturada para atender os interesses do Império, de forma que os recursos naturais passaram a ser explorados intensivamente para fornecer matérias-primas necessárias para o setor industrial inglês. Enquanto isso, o cultivo de alimentos decaiu em prioridade quando comparado aos produtos de exportação. Outro impacto da presença britânica e da Revolução Industrial foi o desmonte da manufatura indiana, que se deu em duas ondas e, embora tenha acontecido majoritariamente no final do século XIX, impactou diretamente a renda do campesinato indiano, deixando parte da população em situação de fragilidade social (Clinginsmith; Willianson, 2008).

Ao mesmo tempo em que promovia transformações de cunho econômico, a administração foi forçada a enfrentar diversos desafios climáticos, que colocaram em risco a vida de milhares de indianos. Somente durante o Raj Britânico, a Índia enfrentou quatro períodos de secas: 1776-1882, 1895-1900, 1908-1924 e 1937-1945 (Mishra *et al*, 2019). Mesmo com a estiagem e baixa produção quando comparada ao potencial do território, a colônia se consolidou como um dos maiores fornecedores de grãos e algodão para o mercado inglês, não parando de exportar nem em anos de seca. No entanto, os impactos das crises climáticas somados às modificações socioeconômicas impostas pelos britânicos sobre a qualidade de vida e nutricional da população indiana foram catastróficos. Dylan Sullivan e Jason Hickel (2022), no estudo “*Capitalism and Extreme Poverty: A Global Analysis of Real Wages, Human Height and Mortality Since the Long 16<sup>th</sup> Century*”, demonstraram que a expectativa de vida indiana caiu de 35.8, anos nos séculos XVI e XVII, para 22.8 anos, entre 1891 e 1900. Além disto, os autores demonstram que considerando a mortalidade

de 1880 como natural, somente nos últimos dez anos do século XIX haveria um excedente de 22 milhões de mortes. Esse número é aproximado do que o “The Lancet” publicou em 1901:

É estimado que houve 20 milhões de mortes a mais do que haveria em circunstâncias normais e, se contabilizarmos 1 milhão de mortes como decorrentes de pragas ainda sobram 19 milhões que podem ser atribuídas a fome ou a doenças correlatas. (Notes..., 1901, p. 1713, tradução própria<sup>17</sup>).

Diante do apresentado, este capítulo abordará a natureza e os impactos das transformações na estrutura econômica e social indianas para compreender como estas influenciaram as catástrofes humanitárias instaladas no território durante o Raj Britânico. Depois, serão analisadas as políticas contra a fome da administração britânica durante períodos de fragilidade social causado pelas falhas das monções no final do século XIX de forma a destacar a relação entre as práticas econômicas somadas às políticas coloniais e as consequências que estas tiveram para a população indiana.

### 3.1 A ÍNDIA COMO EXPORTADOR DE COMMODITIES

Se as políticas de exportação da Companhia das Índias Orientais pareciam extremas já em 1765, quase um século antes da instauração do domínio formal britânico sobre a Índia, elas foram um indicativo alarmante do plano econômico que viria a se desenvolver sob o Raj Britânico. A popularidade internacional das especiarias e têxteis indianos viria a ser substituída por produtos primários a partir do século XVIII, provocando dependência no comércio internacional de grãos sujeitos a flutuação do mercado para a estabilidade local. A Índia havia se tornado um mercado monopolizado pela Inglaterra a partir do século XIX, sendo então um terreno fértil para os investimentos em infraestrutura e produção agrária de larga escala, que substituíram as estruturas tradicionais. Para mais, a integração da Índia ao sistema capitalista era de vital importância para superar o obstáculo da falta de demanda asiática pelas mercadorias britânicas por meio da imposição da importação de produtos secundários.

Para que o cenário colocado fosse alcançado, a Inglaterra promoveu profundas modificações na estrutura econômica local. Primeiramente através da destruição da manufatura

---

<sup>17</sup> No original: “It is estimated that there were 20,000,000 more deaths than under ordinary circumstances there should have been, and if we put 1,000,000 deaths down to plague there remain 19,000,000 which can be attributed with some reason either to actual starvation or to the diseases arising therefrom.” (Notes..., 1901, p. 1713).

indiana, que era considerada uma concorrente de qualidade superior àquela que a Inglaterra produzia ao final do século XVIII. Concomitante a isso, ocorreu a transformação da economia campesina para uma semi-monetizada. Nela, os trabalhadores do campo passaram a ser compensados parte em dinheiro e parte em bens ou serviços (Ghose, 1982). A população expropriada de suas terras e meios de produção contribuiu para especialização do trabalho e para a fragilização social daqueles que não estavam diretamente envolvidos com a produção de comida. Por fim, houve a reestruturação da agricultura campesina que foi caracterizada pelo cercamento de terras e o arrendamento deste terreno para a produção, necessário para exportação em larga escala, similar ao anteriormente adotados em colônias americanas.

### **3.1.1 Destruição da manufatura indiana**

A estrutura de manufatura indiana até a metade do século XVIII era altamente descentralizada e baseada em comunidades de artesãos especializados. Muitas dessas atividades eram familiares, com habilidades transmitida de geração em geração. Embora os tecidos fossem os produtos manufaturados mais famosos por sua qualidade e riqueza de cores, as cerâmicas, joias e artesanato em metal também faziam parte da tradição local. Impulsionados pela alta produtividade da terra do sul da Índia, tecelões e artesãos pertenciam a parte da população com melhores condições de vida e de alimentação do que a média dos europeus (Davis, 2022).

Nos séculos seguintes, no entanto, a Índia passou por um intenso processo de desindustrialização, evidenciado no quadro 2, e empobrecimento daqueles ligados a produção. Este empobrecimento pode ser atribuído às pressões econômicas sofridas pelos artesões no curso da dominação britânica, e depois, ao esforço consciente do Império em priorizar a confecção inglesa em detrimento da indiana. Assim, a substituição do papel da Índia no mercado mundial foi conduzida por “políticas de arrecadação e irrigação que forçaram os agricultores a produzir para o consumo estrangeiro” (Davis, 2022, p. 275) e por medidas para expulsar artesãos de seus ofícios.

**Quadro 2** – Produção industrial mundial entre 1750 e 1938.

**World Manufacturing Output 1750-1938**  
(in percent)

<u>Year</u>	<u>India</u>	<u>China</u>	<u>Rest of the Periphery</u>	<u>Developed Core</u>
1750	24.5	32.8	15.7	27.0
1800	19.7	33.3	14.7	32.3
1830	17.6	29.8	13.3	39.5
1880	2.8	12.5	5.6	79.1
1913	1.4	3.6	2.5	92.5
1938	2.4	3.1	1.7	92.8

Fonte: Clingingsmith; Willianson, 2008, p.46.

Entre os séculos XVIII e XIX, a Índia sofreu dois picos de desindustrialização. O primeiro – entre 1750 e 1810 – foi uma consequência indireta da dissolução do Império Mogol. Os recursos necessários para tentar impedir o avanço britânico eram largamente provenientes dos impostos recolhidos da produção agrícola, implicando na diminuição da porcentagem de recompensa ao produtor de algodão e do interesse no investimento da produção. As disputas territoriais do final do século, assim como a dificuldade de transporte das mercadorias devido às guerras, contribuíram para o aumento dos preços dos bens primários (Clingingsmith; Willianson, 2008). Com o aumento dos preços da produção agrícola, que era voltada para a alimentação da população, e dos grãos de exportação, o valor nominal do salário<sup>18</sup> subiu, pressionando todos os setores da economia e impactando na competitividade dos produtos manufaturados. Assim, com o preço relativo dos tecidos em declínio em favor dos grãos, Clingingsmith e Willianson (2008) afirmam que com o efeito da redução da produtividade campo teriam impactado mais o valor das manufaturas do que das *commodities*, caracterizando um efeito de desindustrialização fraca<sup>19</sup>.

Após 1810, já com a maior parte do território indiano sob domínio da Companhia das Índias Orientais, houve pressão deliberada por parte da Inglaterra para a redução da produção manufatureira indiana. Dentre as medidas adotadas pela coroa estavam a isenção de impostos de importação de artigos do Lancashire, o incentivo à produção de algodão e do ópio para exportação – devido ao rápido retorno sobre investimento desse cultivo em detrimento da produção de

<sup>18</sup> O salário poderia ser pago com alimento, moeda local, bens, serviços ou uma mistura desses itens.

<sup>19</sup> A desindustrialização fraca é caracterizada pelo deslocamento da mão de obra para a agricultura pela diminuição da representação da indústria no emprego total (Clingingsmith; Willianson, 2008)

subsistência –, e a aplicação de tarifas punitivas sobre a manufatura têxtil, concorrente direta da metrópole. A ação britânica não se limitou a desestruturação da indústria existente, mas também a limitação da especialização, pois durante o Raj Britânico eles “deliberadamente impediram os indianos de se tornarem mecânicos habilidosos, recusaram contratos com empresas indianas que produziam materiais que pudessem ser importados da Inglaterra e obstruíram [...] a formação de uma estrutura industrial autônoma na Índia” (De Cecco, 1984, p. 30, tradução própria<sup>20</sup>). Para mais, havia restrições impostas sobre a propriedade de fábricas, beneficiando o empresariado britânico.

Ao final do século XIX, depois de ter promovido a desindustrialização indiana e chinesa a Inglaterra mantinha sua posição como supremacia financeira dentro do sistema mundial graças as importações asiáticas de produtos ultrapassados britânicos, mascarando seu declínio industrial em relação a países como a Alemanha e os Estados Unidos pela circulação triangular da moeda britânica de forma que

[O] Reino Unido pagava aos Estados Unidos pelo algodão com notas do Banco da Inglaterra. Os americanos levavam algumas dessas notas a Cantão e as trocavam por chá. Os chineses trocavam as notas pelo ópio indiano. Parte dessas notas era enviada à Inglaterra como lucro; outras eram levadas para a Índia, para comprar mais commodities, assim como para fornecer dinheiro para fortunas privadas na Índia e fundos para manter o governo colonial (Davis, 2022, p.276).

A trajetória da desindustrialização indiana é marcada por políticas intencionalmente destrutivas da Inglaterra no processo de integração da agricultura local ao mercado mundial e a adoção da agenda de expansão do império britânico na Ásia. Embora os fatores econômicos, como os embargos e preços internacionais forneçam dados cruciais para explicar o movimento da produção manufatureira para o plantio com ênfase em exportação, as políticas imperiais em relação a posse e utilização da terra aprofundam o entendimento sobre como uma camada da população extremamente próspera antes da colonização se tornou miserável ao decorrer do século XIX.

### **3.1.2 Introdução da economia semi-monetizada**

Durante o regime colonial britânico na Índia, a transição de uma economia campesina para uma semi-monetizada foi um dos aspectos cruciais que moldaram a estrutura econômica e social

---

<sup>20</sup> No original: “deliberately prevented Indians from becoming skilled mechanics, refused contracts to Indian firms which produced materials that could be imported from England, and generally hindered the formation of an autonomous industrial structure in India.” (De Cecco, 1984, p. 30).

do subcontinente. Sob a ordem do regime britânico, a Índia passou por mudanças significativas, impactando diretamente a vida cotidiana e as práticas econômicas dos indianos. Essa transformação prejudicou todas as camadas da população, dos agricultores de subsistência até a classe capitalista envolvida no mercado internacional, uma vez que envolveu a exploração da adoção do padrão ouro enquanto a rupia continuava fixada em prata. Essa mudança impôs não apenas uma mudança nas relações comerciais, mas também redefiniu o valor intrínseco das transações e expôs toda população aos choques de preços do mercado internacional e desestruturou o sistema de escambo pré-existente. Ao explorar os impactos dessa transição, é possível compreender melhor as complexidades dos desafios econômicos e sociais que a Índia passou a enfrentar no final da era vitoriana, sendo o principal deles a fome.

Ajit Ghose (1982), no estudo *“Food Supply and Starvation: A Study of the Famines with Reference to the Indian Sub-Continent”*, faz a distinção entre a falta de comida e a perda de acesso à comida que pode acontecer em períodos de seca. Para tanto, o autor trabalha com os conceitos de garantias de emprego<sup>21</sup> e de garantia de troca<sup>22</sup>, de forma a explorar o aumento da exposição da população indiana às crises sociais e econômicas decorrentes da fome. Anterior ao domínio britânico, a economia campesina indiana tinha como bases o escambo, as relações de obrigações entre castas<sup>23</sup> e a produção de subsistência com comércio de excedente. Nesse cenário, as propriedades eram maiores e mais distribuídas entre os camponeses, que eram expropriados de parte da produção para financiar obras e estocar alimentos, mas continuavam tendo direito sobre a terra e seu acesso a comida era diretamente associado a sua capacidade de produção. No caso de uma safra ruim, portanto, a probabilidade de uma família vir a sofrer com a fome dependeria exclusivamente da possibilidade de trocar bens não alimentícios por comida com outros membros da comunidade. Dessa forma, a população ficava protegida dos efeitos de falhas de colheitas, mas, mais importante, eram blindados das flutuações econômicas atreladas ao mercado internacional.

Diferente disso, em economias que possuem parte da população trabalhando com setores de serviços ou não diretamente com produção de comida – seja numa economia não-monetizada, semi-monetizada ou monetizada – podem ter parte da população afetada por fatores adicionais,

---

<sup>21</sup> Garantia de emprego é caracterizado pelo autor como a demanda pelo trabalho de alguém (Ghose, 1982).

<sup>22</sup> Garantia de troca é entendido pelo autor como o conjunto da garantia de emprego, do preço do trabalho ou serviço dos outros e do preço da comida (Ghose, 1982).

<sup>23</sup> Algumas delas são a participação em atividades comunitárias, contribuição para caridade e respeito à hierarquia social (Ghose, 1892).

como a impossibilidade da venda de trabalho, flutuações dos preços da comida e dos salários sem qualquer ocorrência de falhas em colheitas. Ghose (1982) faz a comparação da vulnerabilidade social com as economias campesina e não monetizada:

É possível ocorrer uma fome sem uma falha na colheita? No caso de uma economia camponesa pura, é claramente improvável. No caso de uma economia de troca não-monetizada, isso é teoricamente possível. [...] No entanto, mudanças drásticas como essas raramente ocorrem. Assim, mesmo em uma economia de troca não-monetizada, uma fome é improvável na ausência de uma falha na colheita. No entanto, em uma economia de troca monetizada, um aumento repentino e acentuado no preço do alimento, *ceteris paribus*, pode causar uma fome, sendo perfeitamente possível que o preço do alimento suba sem que haja uma falha na colheita. (Ghose, 1982, p. 372, tradução própria<sup>24</sup>).

A partir da expansão inglesa na Índia com a Companhia das Índias Orientais houve a criação progressiva de uma classe capitalista interna, que auxiliou no domínio do território. Ainda, com a instituição do Raj Britânico, as reformas atreladas à intensificação da produção agrícola não-alimentícia e ao aumento da exposição ao mercado internacional justificaram a transição da economia campesina para semi-monetizada.

Outra transformação implementada durante o domínio britânico foi o Sistema de Padrão Prata, em 1825 em comparação com o Padrão Ouro adotado pela Inglaterra. Quando adotado internacionalmente a partir de 1870, o mercado internacional se tornou inundado por prata desmonetizada, desvalorizando a rúpia indiana (Davis, 2022). Essa relação desproporcional das moedas inglesa e indiana era vantajosa para a Inglaterra, que tinha suas exportações e as *home charges*<sup>25</sup> cotadas em ouro, enquanto importava com preços fixados em prata, ou seja, com valor decrescente ao final do século XIX. Em adição a isso, ao impedir a Índia de acumular qualquer *superavit* em ouro, os bancos ingleses conseguiam empréstimos a 2% na colônia para reinvestir a 3% em Londres (Davis, 2022).

Embora somente a Fome de Bengala tenha sido denunciada como consequência das políticas britânicas para a Índia durante o período colonial, as evidências acerca da pluviosidade (Gráfico 1) e das temperaturas no subcontinente indiano na era tardo vitoriana não apontam uma

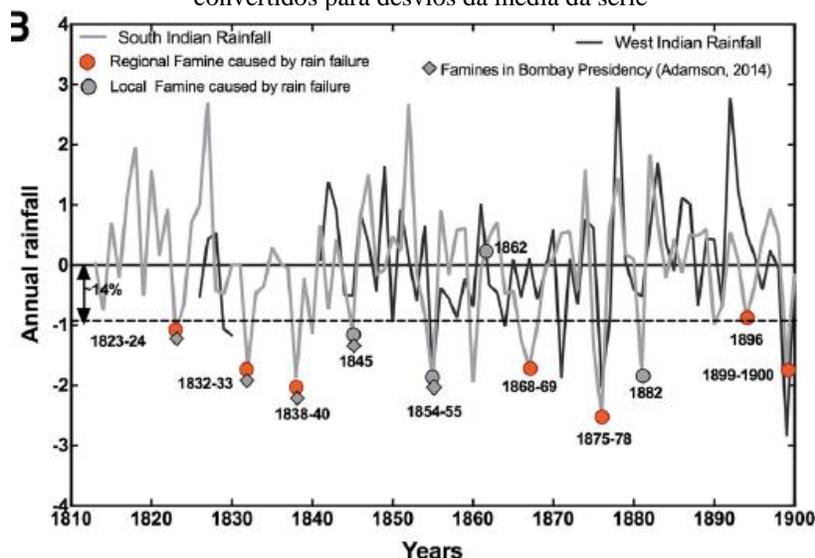
---

<sup>24</sup> No original: "Is it possible for a famine to occur without there being a crop failure? In the case of a pure peasant economy, it is clearly unlikely. In the case of a non-monetized exchange economy, it is possible in theory. Such drastic changes, however, rarely take place. Thus, even in a non-monetized exchange economy, a famine is unlikely in the absence of a crop failure. In a monetized exchange economy, however, a sudden and sharp rise in the money price of food can, *ceteris paribus*, cause a famine, and it is perfectly possible for the money price of food to rise without there being a crop failure." (Ghose, 1982, p. 372).

<sup>25</sup> Home charges são "pagamentos anuais para Londres pelas aposentadorias, pelas guerras de fronteiras, pela dívida pública, pelo escritório do secretariado de Estado e assim por diante" (Davis, 2022, p.279).

variação que justificasse o número de pessoas afetadas pela fome. Adicionalmente, o volume das exportações de grãos indianas do período (Quadro 3) explicita que a falha das colheitas não foi o maior fator a influenciar as crises humanitárias declaradas no último quarto do século XIX.

**Gráfico 1** – Relação entre a ocorrência de fomes e dados históricos de precipitação instrumental convertidos para desvios da média da série



Fonte: Ray *et al.* (2021, p.6).

**Quadro 3** – Exportações e importações líquidas de grãos alimentícios para a Índia - 1890-91 a 1913-14 (em milhares de toneladas).

(iii) (b).— Imports and Exports of Foodgrains into and from India.

Year	[Thousand Tons]		
	Imports	Exports	Net Imports (+) Net Exports (-)
I	2	3	4
<b>Part I—(Undivided India including Burma)</b>			
1890-91	12	2,557	-2,545
1891-92	26	3,319	-3,293
1892-93	15	2,245	-2,230
1894-95	24	2,164	-2,140
1895-96	15	2,383	-2,368
1896-97	53	1,591	-1,538
1897-98	54	1,544	-1,490
1898-99	3	3,071	-3,068
1899-1900	75	2,232	-2,157
1900-01	98	1,641	-1,543
1901-02	28	2,185	-2,157
1902-03	13	3,162	-3,149
1903-04	7	3,859	-3,852
1904-05	4	5,100	-5,096
1905-06	31	3,359	-3,328
1906-07	26	2,938	-2,912
1907-08	29	3,077	-3,048
1908-09	95	1,735	-1,640
1909-10	25	3,291	-3,266
1910-11	11	3,930	-3,919
1911-12	10	5,118	-5,108
1912-13	9	5,515	-5,506
1913-14	19	4,195	-4,176

Fonte: Census of India (1951).

### 3.1.3 Impactos da transformação da estrutura agrária na produção de alimentos e no acesso à comida

Na Índia pré-britânica, a economia das aldeias complementava a renda advinda das safras, artesanato e manufaturas com insumos extraídos das terras comuns e acessível à toda população. Todas as classes tinham direitos aos recursos como arbustos, madeira e esterco, e a liberdade de uso destes contribuía para a equidade no campo e subsistência das famílias. Além do uso das terras comuns, a Índia possuía tradição de agricultura seminômade, em que os trabalhadores se deslocavam constantemente “[...]nas práticas cotidianas de subsistência, para trabalhar a terra, para comercializar, combater, cuidar de rebanhos, fugir da seca[...]” (Ludden, 1985, p.23-24).

Tanto os domínios maratas quanto os mogóis tinham aspectos comuns sobre a utilização da terra para cultivo, produção, comércio e subsistência. A ordem social do Império Marata se baseava num campesinato livre e militarizado, que sustentava tanto o comércio regional quanto a subsistência local. Os direitos fundiários não estavam atrelados ao pagamento de impostos, com taxas variando de acordo com a safra escolhida (Davis, 2022). Nesse sistema – *balutedari* – as castas dominantes exerciam controle tanto sobre a produção agrícola, quanto da tecelagem de algodão, mas não eram proprietários, tendo deveres para com outras castas. As terras comuns, assim como melhorias na irrigação local, eram subsidiadas pela administração de forma que os agricultores eram incentivados a investir no aumento da produtividade agrícola. Por fim, os Maratas pregavam uma política de responsabilidade dos ricos para com os pobres, os obrigando a fazer caridade em caso de necessidade. Para os Mogóis não era muito diferente, pois tanto os aspectos de investimento no campesinato, quanto o auxílio, subsídio e proteção, deveriam ser estendidos para a camada mais pobre da população, pois “[e]xigir que os pobres trabalhassem para receber auxílio [...] era uma patente contradição com a premissa bengali de que o alimento devia ser dado de boa vontade, como um pai que dá comida aos filhos” (Greenough, 1985, p. 59, tradução própria<sup>26</sup>).

A primeira das mudanças significativas que os britânicos impuseram ao campesinato indiano foi o cercamento das terras comuns e das florestas, que foram transformadas em propriedades estatais ou privadas passíveis de taxaço. Portanto, os bens que antes eram de fácil

---

<sup>26</sup> No original: “Requiring the poor to work for relief [...] was in flat contradiction to the Bengali premise that food should be given ungrudgingly, as a father gives food to his children.” (Greenough, 1985, p. 59).

acesso para toda população campesina se tornaram mercadoria, aumentando as despesas com gado, combustível e materiais para produção. A perda de acesso aos recursos comuns afetou negativamente a produtividade agrícola e a fertilidade do solo. Como exemplo, o gado de arado, essencial para a agricultura, começou a declinar em qualidade e em número devido à falta de acesso a pastagens adequadas e alimentação. A escassez de recursos florestais também prejudicou a capacidade de manter a fertilidade do solo por meio do uso de folhas e detritos florestais como fertilizante. Os colonizadores estruturaram uma campanha contra os agricultores nômades através de taxas de pastagem e da expulsão de pastores, prejudicando as rotações de culturas extensivas e erodindo o solo. Para mais, os ingleses alienaram terras sem proprietários para europeus, com a esperança de que eles estabelecessem plantações nesses lugares (Panikkar, 1959).

O acesso à água, anteriormente comum aos agricultores, também passou a ser propriedade do dono da terra que possuísse a fonte, excluindo grande parte da população do recurso natural. Ainda, a administração britânica praticamente extinguiu o investimento para obras de irrigação, canais e drenagem (Davis, 2022). Mesmo após a Grande Seca, que ocorreu entre 1876 e 1878, os gastos públicos para a construção de infraestrutura de irrigação se mantiveram escassos e concentrados nas regiões do Punjab e das Províncias do Noroeste, que eram os principais produtores de algodão, de cana-de-açúcar, de trigo e de ópio – portanto, tinham maiores retornos financeiros. Enquanto essas políticas de investimento em irrigação localizadas pareciam oferecer vantagens econômicas imediatas para o mercado exportador indiano, elas também geraram uma série de consequências adversas para as comunidades (Davis, 2022). Os projetos frequentemente desviaram as águas de rios e corpos d'água locais, interferindo diretamente nos sistemas de irrigação já existentes, que haviam evoluído ao longo de séculos de práticas agrícolas tradicionais. Esse desvio resultou na deterioração desses sistemas, com canais antigos secando e comunidades dependentes deles enfrentando escassez de água.

No que tange a propriedade da terra, três sistemas parecidos foram implementados ao redor da Índia. No sistema *Kathedary*, as terras eram cedidas pela administração colonial a um *zamindar* —ou *jagirdar*— e poderiam ser sublocadas para outras pessoas, os *khatedars* ou *ryots*, que iriam ser responsáveis pelo cultivo e pagamento do aluguel da terra em forma de dinheiro ou porção da produção ou os dois. Os *zamindar*, diferentemente dos *balutedars*, não tinham as obrigações de reciprocidade, o que elevava o caráter exploratório da relação entre administrador da terra e

locatário. Assim, Davis (2022) explica como a imposição desse sistema deteriorou a qualidade de vida dos agricultores, artesãos e nômades indianos:

As arrecadações de impostos, assim como o comércio local das safras de algodão, acabavam nas mãos dos agiotas e negociantes de grãos, que se tornaram intermediários cruciais, controlando quase todas as transações entre o mundo da aldeia, Calcutá e Manchester. Nesse ínterim, os impostos punitivos sobre os produtos têxteis locais e um influxo de importações inglesas baratas, no rastro da chegada da ferrovia *Great India Peninsular*, destruíram as manufaturas domésticas e forçaram os artesãos arruinados a trabalhar nos campos como agricultores sem-terra. A ferrovia infligiu o mesmo destino à maioria dos *banjara*, o extrato colorido e etnicamente diverso de carregadores e carroceiros tradicionais. (Davis, 2022, p. 289).

Mesmo assumindo o cultivo das principais mercadorias de exportação do século XIX, os *khatedars* se encontravam estagnados socialmente em tempos de *boom* do algodão e do trigo, e endividados em tempos de seca, visto que os produtores não controlavam o preço de venda das safras, que era imposto pelo mercado internacional, quando não controlado diretamente pela Inglaterra. Para os proprietários de terra, negociantes de grãos e agiotas era vantajoso que o campesinato fosse inteiramente dependente da propriedade sublocada e, para tanto, não investia no aperfeiçoamento ou criação de sistemas de irrigação e drenagem, antigamente subsidiados. Por outro lado, havia muitos recursos destinados a construção de ferrovias para o escoamento da produção. A infraestrutura financiada pelos ingleses e pelos fundos da fome indianos beneficiava muito pouco a população campesina, que sofria com a pauperização rural decorrente da tributação sobre o uso da terra produtiva (Davis, 2022).

Os efeitos da adoção desse sistema são relevantes para a compreensão do fenômeno da diminuição da produtividade da terra e a falta de inovações no que tange a produção, visto que era um sistema explorador da mão de obra camponesa e sem investimento dos donos das terras para o aumento da eficiência das colheitas (Davis, 2022; Sen, 1981a). A implementação do Sistema *Khatedari* também pode ser associada ao empobrecimento e ao endividamento da população campesina no século XIX. Para mais, devido a aplicação de práticas de agriculturas ineficientes e sem a possibilidade de investimento, visto o volume pago pelo arrendamento da propriedade, a renda dos *Khatedars* dependia das monções anuais para assegurar a colheita e, por conseguinte, a falha dessas os empurravam para fora das terras cultiváveis (Davis, 2022; Ghose, 1982). Assim sendo, quando havia períodos de secas a população campesina era a primeira a enfrentar dificuldades relacionadas a escassez de liquidez e de alimentos. Essa segunda, no entanto, pode

ser tida como relativa, visto que não houve falha completa das colheitas em nenhuma das secas do período colonial (Mishra *et al.*, 2019).

A junção do modelo de exploração imposto pelo regime imperial britânico e a erosão do solo prejudicado, somados a expulsão do cultivo tradicional devem ser apontados como fatores essenciais para a fragilização da segurança alimentar do campesinato indiano. Esses fenômenos, além de acarretarem o declínio na base técnica da agricultura e no colapso ecológico, transformaram o “indivíduo em um escravo, destruindo a vida coletiva, que nem as guerras dos mogóis e maratas e que nem a fome, nem a pestilência perturbavam” (Davis, 2022).

### 3.2 POLÍTICAS CONTRA A FOME DO FINAL DO SÉCULO XIX

No final do século XIX, a Índia estava imersa em desafios socioeconômicos, sendo a fome uma das questões mais proeminentes. Ghose (1982) aponta que somente entre 1860 e 1910, a Índia Britânica sofreu com vinte grandes fomes. Nesse contexto, as políticas inglesas deveriam desempenhar um papel crucial na abordagem e na mitigação dessas crises humanitárias. No entanto, com uma administração que priorizava interesses econômicos em detrimento das necessidades básicas da população, a Inglaterra justificava a falta de investimento direto, assim como boicote de doações internacionais, com as ideias liberais não-intervencionistas (Stahl, 2016). Diante dessa realidade, as políticas inglesas contra a fome na Índia do final do século XIX eram, em grande parte, reativas. O governo britânico, em resposta a crises específicas, implementou medidas emergenciais para fornecer alívio imediato. Campos de trabalho público foram estabelecidos para criar empregos temporários e fornecer sustento às comunidades afetadas. Ademais, casas de auxílio também foram instaladas sob caráter emergencial para fornecer assistência gratuita para aqueles que não tinham condições de trabalhar (Davis, 2022).

Os pilares das políticas de proteção social britânica para a Índia no final do século XIX estavam ligados à dignificação da pessoa através do trabalho e à confiança de que as forças do mercado iriam levar alimentos para as regiões afetadas pelas falhas de safras como uma consequência do aumento dos preços na região (Stahl, 2016). Dessa forma, é possível compreender, adicionalmente, que toda a intervenção governamental para aliviar os efeitos da crise teriam que ser extremamente bem calculados para que a população não começasse a depender do auxílio do Estado para a sua subsistência (Stahl, 2016). No entanto, o que acontecia de fato é que durante as crises do final do século XIX, o campesinato indiano, necessitava de auxílio por não

dispor dos recursos necessários para a compra de alimentos (Sen, 1981a) e, mesmo com a alta produtividade em outras localidades dentro do território, a destinação das colheitas era o mercado internacional de grãos (Ghose, 1982). Nadja Durbach é mais incisiva acerca da responsabilidade britânica sobre a escassez de alimentos na Índia:

[...] foram as decisões políticas tomadas pelo Raj sobre posse de terra, tributação, circulação de capital, infraestrutura, desindustrialização e o valor de suas populações submetidas que transformaram a falha nas colheitas em escassez de alimentos para uma grande parte da população durante grande parte do século XIX (Durbach, 2020, p. 138, tradução própria<sup>27</sup>).

As iniciativas modernizantes apontadas como fundamentais para o combate à fome, como a construção de uma das maiores redes ferroviárias do mundo, tanques, rodovias e canais, não abordavam as causas estruturais subjacentes à fome, como a má distribuição de terras e recursos impostas pela administração britânica, o que contribuía para a repetição de medidas emergenciais, ao invés da implementação de um plano de proteção social de longo prazo. Isso porque essas medidas, mesmo que necessárias, seriam vistas com maus olhos pela administração colonial, assim como as *poor laws*<sup>28</sup> haviam sido Inglaterra. O governo britânico enfrentou críticas pela sua abordagem paternalista, que era vista como insuficiente para abordar as questões sistêmicas que contribuía para a fome persistente na Índia. Movimentos de resistência e líderes locais argumentavam que era necessário um enfoque mais amplo e sustentável, que levasse em consideração não apenas as crises imediatas, mas também a necessidade de reformas estruturais para garantir a segurança alimentar a longo prazo.

### 3.2.1 Qualidade nutricional da comida oferecida à população

O sistema de auxílio britânico para a contenção de crises humanitárias consistia em duas grandes iniciativas: os campos de trabalho e as casas de auxílio. Os campos de trabalho eram sítios que serviam como teste de distância e como local de trabalho para os famintos. A administração britânica reconhecia que o maior problema a ser endereçado em tempos de fome era a escassez de

---

<sup>27</sup> No original: "it was the political decisions made by the Raj about land tenure, taxation, the circulation of capital, infrastructure, deindustrialization, and the value of their subject populations that turned crop failure into food shortages for a wide swathe of the population during much of the nineteenth century." (Durbach, 2020, p. 138).

<sup>28</sup> As *Poor Laws* inglesas representaram um marco no tratamento da pobreza no século XIX. Instituído *workhouses*, essas leis buscaram criar uma assistência menos atraente do que o trabalho remunerado externo, refletindo o princípio do "menos favorecido" (Davis, 2022).

trabalho e não de alimento e os vice-reis se agarravam firmemente ao princípio de que “o auxílio devia ser amargamente punitivo no intuito de desencorajar a dependência do governo” (Davis, 2022, p. 56). Dentre as características impostas pelos britânicos à Índia, o mais cruel era o fato de os campos de trabalho não admitirem adultos e crianças fisicamente aptas, obrigando as pessoas a passarem por provações diárias para atestar que não poderiam realizar mais que pequenas tarefas. Ainda assim, o processo de desumanização ao qual os famintos eram submetidos também incluía a porção de alimento diária, que variava com as presidências e com as secas, e era tida como salário nos campos de trabalho.

O Salário Temple ficou conhecido como a medida diária mais famosa do final do século XIX. Richard Temple havia instituído o regime de recompensa nos campos de trabalho durante a fome de 1873-1874, além de ter instituído donativos gratuitos, evitando a morte de milhões de pessoas. Davis (2022) argumenta que a campanha de Temple no início dos anos 70 foi a única política de proteção social bem-sucedida da Inglaterra durante todo o século XIX, registrando apenas vinte e três mortes por inanição. Quando ele foi chamado para administrar a crise de 1876-78, no entanto, a abordagem de mitigação da fome mudou drasticamente na busca de endereçar as críticas sofridas por permitir que o salário dos campos de trabalhos fosse determinado pela necessidade de alimento que uma pessoa deveria consumir em um dia.

A política encabeçada por Temple em 1876 obrigava famintos a passagem pelo teste de distância, os fazia trabalhar como *coolies*<sup>29</sup> na construção de ferrovias e tabelou o salário em 450 gramas de arroz por dia, sendo menos da metade do valor nutricional indicado pelo governo indiano moderno e contrariando a dieta mínima fixada anteriormente em “500 gramas de arroz mais 450 gramas de *dal*<sup>30</sup>, carneiro, vegetal e condimentos” (Davis, 2022, p.38). Para mais, a quantidade de comida indicada pelo Salário Temple era a metade do que era distribuído dentro do sistema prisional indiano, reforçando o caráter punitivo da política. As iniciativas adotadas na Índia na Grande Seca haviam sido experimentadas na Irlanda em 1845, quando o trabalho em obras públicas se tornou o principal remédio fornecido pelo governo, que pregava que o auxílio indiscriminado era desmoralizante e levava a dependência permanente, além de desencorajar “trabalho duro” e autoajuda (Durbach, 2020). Para mais, Temple proibiu agentes particulares de

---

<sup>29</sup> O termo "coolie" é utilizado para descrever trabalhadores contratados durante o século XIX e carrega conotações pejorativas, estando associado a condições de trabalho precárias e exploratórias (Davis, 2022).

<sup>30</sup> Lentilhas.

prestarem auxílio a população por meio de doações monetárias, visando coibir ações que interferissem nos preços dos grãos, e advogou pela continuidade da cobrança de impostos sobre a terra nos distritos que sofriam com crises humanitárias.

Além dos campos de trabalho e, especialmente após 1860, as casas de auxílio e cozinhas públicas eram financiadas pelo Estado com o objetivo de alimentar a parte da população que não estava apta para trabalhar. Havia, no entanto, discordâncias na avaliação da condição que as pessoas precisariam estar para poderem receber o ajuda gratuitamente. Como regra geral, as crianças e mulheres eram admitidas nas casas de auxílio, mas “às vezes, em alguns lugares até mesmo pessoas capazes conseguiam auxílio gratuito quando não havia empregos disponíveis” (Durchbar, 2020, p.159, tradução própria<sup>31</sup>). Mesmo com as diferenças estabelecidas entre as presidências quanto a elegibilidade das pessoas a alimentação gratuita, em 1900 esse tipo de política havia sobreposto os campos de trabalho, que pagavam em grãos crus, demonstrando que a distribuição de refeições prontas havia se tornado a principal estratégia de contenção da fome na Índia Britânica.

Além do aumento progressivo da distribuição de refeições prontas, a tragédia humanitária causada pela fome entre 1876-1878 inspirou a criação da Comissão da Fome, responsável por redigir uma carta com recomendações para os administradores das presidências indianas assim como elaborar relatórios para endereçar as causas das profundas crises humanitárias do final do século XIX. Apesar da iniciativa nacional, cada presidência tinha seu próprio Código da Fome, o mais famoso deles sendo o Código da Fome de Madras de 1883, que era considerado o modelo para os documentos de outras províncias. Este estabelecia que o primeiro princípio da intervenção governamental deveria ser “salvar vidas, e para isso todas as outras considerações devem ser subordinadas” (Duchbar, 2020, p. 144, *apud* Famine Commission, 1883, p. I, tradução própria<sup>32</sup>) e que o sucesso dos esforços relacionados às estratégias de mitigação da fome não deveria ser submetido a estresses financeiros. Contudo, o discurso impresso no Código da Fome de Madras de 1883 foi frequentemente ignorado durante as secas de 1896-1897 e de 1898-1899 (Davis, 2022).

No que tange a qualidade nutricional da comida oferecida nas casas de auxílio e cozinhas públicas, assim como os requisitos de admissão a essas políticas, ela variava. Já em 1860, havia

---

<sup>31</sup> No original: “At some times and in some places, even the able-bodied were allowed access to gratuitous relief when no work was available.” (Durchbar, 2020, p.159).

<sup>32</sup> No original: “to save life, and to this end all other considerations must be subordinated.” (Duchbar, 2020, p. 144, *apud* Famine Commission, 1883, p. I).

estudos informando sobre a necessidade da inclusão de proteína nas dietas, conhecidas como comidas nitrogenadas, mas Temple barrou a distribuição desse grupo alimentar entre 1876 e 1878. Portanto, foi somente a partir de 1896 que a distribuição de legumes e carnes ricos em proteína se tornou uma prática padrão (Durchbar, 2020). Mesmo assim, durante a fome de 1896-1897, a alta mortalidade dos residentes das casas de auxílio fez com que a política para estas fosse modificada para considerar necessidades de dietas diferentes. A compilação das dietas oferecidas a partir dos anos 70 pode ser encontrada na Tabela IV, destacando a continuidade de políticas que desrespeitavam as necessidades de consumo humano.

**Tabela 1** – Porções diárias de alimentos recomendados no final do século XIX

Indicação do Governo Indiano (1870)	500g de arroz mais 450 gramas de <i>dal</i> , carneiro, vegetal e condimentos
Dieta média dos trabalhadores de Madras (1870)	900g de cereais mais 50g de leguminosas e gordura
Salário Temple (1876-1878)	450g de arroz
Código da Fome de Madras de 1883	450g de grãos somados a dinheiro para a compra de leguminosas e gordura
Indicação da Comissão da Fome em 1890	Entre 560g e 680g de arroz
Casas de Auxílio (1896-1897)	450g de arroz
Sistema Prisional (1870)	850g de arroz

Fonte: elaborado pela autora (2023)..

Joana Simonow (2023) é outra autora que escreve sobre a qualidade nutricional das dietas oferecidas pela administração britânica durante as crises humanitárias do final do século XIX. Ela destaca a comparação da dieta prisional aquela dos campos de trabalho, reforçando a afirmação de Davis (2022) de que os pobres preferiam a prisão à ida para os campos de trabalhos abertos pelo governo. A quantidade de comida oferecida nas prisões havia sido objeto de estudo cuidadoso por

William Cornish, que publicou “*The Sanitary Condition and Discipline of Indian Jails of 1860*”, trabalho que fornecia informações de bases empíricas para conservar a qualidade nutricional daqueles sob a custódia do Estado, enquanto a política de 1876-1878 era baseada na opinião de Temple do que deveria ser adequado para manter uma pessoa viva (Durchbar, 2020). As quantidades promovidas pela Comissão da Fome em 1890 foram alvo de críticas por serem “o suficiente para sobreviver”, mas “a distinção entre suficiente pra sobreviver e suficiente pra viver é delicada” (Duchbar, 2020, p. 166, *apud* Famine Inquiry Commision, 1898, p.38, tradução própria<sup>33</sup>). Nesse sentido, Simonow (2023) destaca ainda que os trabalhadores não conseguiriam comprar alimento suficiente com os salários pagos em moeda e não em comida.

Se a alimentação considerada suficiente pelos formuladores das políticas contra a fome já era passível de críticas, as dietas de mulheres e de crianças podem ser ditas ainda mais deficientes. No Código de Madras de 1883, a dieta de subsistência indicada para as mulheres era 10% menor do que a dos homens, estando fixada em 484 gramas de comida por dia. Para as crianças a porção diária variava de acordo com a idade, entre 140 gramas e 405 gramas. Além disso, a alimentação indicada por pessoa dependia também do tipo de trabalho exercido por ela e da produtividade esperada pelo empregador, de forma que o salário deveria estar na margem de “Alimentação Completa” e “Alimentação de Subsistência” evidenciados na Tabela 2. Esse sistema, portanto, teve o efeito de “estabelecer o pagamento por resultado, [...] que considerava o limite máximo diário que alguém poderia ganhar, mas não o mínimo” (Simonow, 2023, p. 30, tradução própria<sup>34</sup>) prejudicando massivamente aqueles que dependiam das safras para receberem salários. Mais tarde, em 1893, a administração colonial introduziu o “grão equivalente” para simplificar a administração de salários, o efeito prático dessa medida foi desvincular o preço da comida do salário-mínimo, expondo o trabalhador às flutuações de preços dos grãos (Simonow, 2023).

---

<sup>33</sup> No original: “[...] sufficient to support life, but the distinction is a delicate one between supporting life and living.” (Duchbar, 2020, p. 166, *apud* Famine Inquiry Commision, 1898, p.38).

<sup>34</sup> No original: “[...] payment by results that entailed a maximum limit to daily earnings but no minimum” (Simonow, 2023, p. 30).

**Tabela 2** – Descrição das Porções Indicadas Pelo Código da Fome de Madras de 1883

Descrição das porções (em gramas) <sup>35</sup>		Homens	Mulheres	Crianças
Completa	Farinha ou arroz	680	566	$\frac{3}{4}$ , $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ a depender da idade
	Leguminosas	113	113	
	Sal	15	15	
	<i>Ghi</i> <sup>36</sup> ou óleo	28	14	
	Condimentos e vegetais	28	28	
Mínima (subsistência)	Farinha ou arroz	453	396	$\frac{3}{4}$ , $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ a depender da idade
	Leguminosas	56	56	
	Sal	9	9	
	<i>Ghi</i> ou óleo	9	9	
	Condimentos e vegetais	14	14	
Penal	Farinha ou arroz	496	340	Não documentada
	Leguminosas	28	28	
	Sal	7	7	

Fonte: Simonow (2023, p.28)

Mesmo com a experiência da seca de 1878 e a divulgação do Código da Fome de 1883, as políticas assistencialistas britânicas continuavam a não considerar as necessidades nutricionais humanas para os campos de trabalho e casas de auxílio nas secas de 1896 e 1898. Além disso, a aplicação do “grão equivalente” permitiu arbitrariedade aos empregadores para o cálculo do salário a ser pago pelo trabalho humano, e a escassez de moeda por vezes obrigava pessoas que estavam empregadas a pegarem empréstimos com agiotas para comprar comida, aumentando a vulnerabilidade da população indiana (Simonow, 2023). As crianças e as mulheres sofriam também com a disparidade da alimentação recomendada, recebendo apenas uma porcentagem do que era indicado para um homem. Embora as quantidades de porções ainda variem de acordo com recomendações nutricionais atuais, os números absolutos do que era considerado uma alimentação completa em 1883 representa somente 57% do que a *Food and Agriculture Organization of the*

<sup>35</sup> Conversões consideram 1 onça como 28 gramas e 1 libra como 453 gramas.

<sup>36</sup> Ghi é uma forma de manteiga clarificada, usada na culinária indiana e em algumas outras cozinhas, onde a água e os sólidos do leite foram removidos, resultando em um produto com sabor e aroma característicos (Simonow, 2023).

*United Nations* (FAO) indica para a Índia (Tabela 3). Por fim, as distinções de dietas para pessoas em estágios diferentes de inanição ou pertencentes a castas com restrições alimentares passaram a ser consideradas somente em 1912, apesar dos protestos e da recusa de parte da população de trabalhar por comida ou de aceitar ajuda do Estado (Davis, 2022).

**Tabela 3** – Dieta Balanceada para Adultos com Nível de Atividade Moderada

Descrição das Porções	Homens	Mulheres
Cereais e outros grãos	450g	330g
Leguminosos	90g	75g
Leite e derivados	300ml	300ml
Raízes e Tubérculos	200g	200g
Vegetais de Folhas Verdes	100g	100g
Outros Vegetais	200g	200g
Frutas	100g	100g
Açúcar	30g	30g
Gordura	30g	25g

Fonte: National Institute of Nutrition, 2011, p.86.

### 3.2.2 Impactos da cultura local sobre a efetividade das casas de auxílio

Ao enfrentar as crises de fome no final do século XIX, as políticas britânicas na Índia encontraram resistências profundas enraizadas em barreiras culturais complexas. Analisando os trabalhos de Mike Davis (2022), Nadja Durbach (2020), Joanna Simonow (2020) é possível observar a interseção entre fatores culturais, sociais e religiosos, bem como a manifestação de preconceitos da administração colonial e população britânica em publicações de caráter social darwinista que continuavam a desumanizar indianos.

Além de empregar a população afetada pela fome em campos de trabalho considerados “verdadeiros cemitérios arrasados por doenças, onde a maioria dos refugiados morria rapidamente” (Davis, 2022, p. 45), o Estado colonial britânico fornecia assistência gratuita durante

os períodos de escassez. Essa ajuda gratuita, manifestada em refeições, doações em dinheiro<sup>37</sup> e alimentos não cozidos, oferecidos gratuitamente ou a preços subsidiados, revela a relação entre a suposta necessidade de trabalho árduo para merecer ajuda e a aplicação de ideias social-darwinistas, em que apenas os merecedores eram considerados dignos de assistência. O Código Provisório de Fome de 1883, por exemplo, listava “idiotas e lunáticos”, “aleijados”, “pessoas cegas” e pais cuidando de um bebê doente como beneficiários adequados. A distribuição gratuita de alimentos por meio de cozinhas próximas a obras públicas buscava auxiliar os dependentes dos trabalhadores da fome, mas também refletia o preconceito e a segregação social. A promoção de trabalhos leves em instituições destinadas a controlar os pobres mostra como as políticas buscavam não apenas aliviar a fome, mas também impor visões discriminatórias de produtividade e merecimento social (Simonow, 2023).

A distribuição de refeições em vez de doações de dinheiro ou grãos pretendia facilitar a identificação das necessidades por meio de outro mecanismo de controle social. Contudo, essa estratégia revela uma falta de compreensão das complexidades das normas de casta na Índia e reforça a ideia de que a aceitação da assistência exigia a violação deliberada dessas normas, perpetuando preconceitos e desrespeitando as tradições culturais

Como as castas regulavam o consumo de alimentos na Índia de maneiras complexas não totalmente transparentes para o estado, oficiais coloniais assumiam que a oferta de refeições exigia que aqueles que buscavam ajuda nas instituições governamentais arriscassem violar as normas de casta. Ao fazer isso, os oficiais coloniais frequentemente negligenciavam outras razões para a relutância generalizada em aceitar a assistência governamental, que variavam desde a insuficiência das rações até o medo de serem mantidos involuntariamente em *poorhouses*, além das medidas punitivas gerais empregadas pelo estado colonial para administrar o alívio nessas instituições (Simonow, 2023, p.33, tradução própria<sup>38</sup>).

Embora os funcionários da administração coloniais mencionassem preconceitos de casta para fazer a diferenciação de que pessoas receberiam refeições prontas daqueles que receberiam grão crus e dinheiro, a prática de fornecer refeições preparadas foi gradualmente repensada para

---

<sup>37</sup> A doação privada em dinheiro havia sido proibida durante 1876-1878, mas foi encorajada nas secas de 1896-1897 e de 1898-1899 (Davis, 2022; *India's terrible...*, 1897).

<sup>38</sup> No original: “Since caste regulated the consumption of food in India in complex ways that were not always transparent to the state, colonial officials assumed that the provision of meals required those seeking help in government institutions to risk violating caste norms. In doing so, colonial officers commonly overlooked other reasons for the widespread reluctance to accept government relief that ranged from the insufficiency of rations and the fear of being kept in poorhouses involuntarily, to the overall punitive measures employed by the colonial state to administer relief in these institutions.” (Simonow, 2023, p.33).

considerar as tradições religiosas hindus. A Comissão de Fome Indiana de 1898 sancionou exceções para evitar a exclusão de pessoas das políticas de proteção social contra a fome com base nesses preconceitos de casta, que motivavam parte da população a recusar o auxílio colonial pelo medo de não serem mais aceitos dentro das suas classes. No entanto, a insistência em servir refeições cozidas no decorrer de todas as fomes do século XIX destaca como o contato cultural desintegrador<sup>39</sup> persistiu influenciando as estratégias coloniais de combate à fome.

No final do século XIX, houve uma ênfase crescente nas dietas das crianças durante as fomes, revelando uma abordagem paternalista fundamentada na ideia de que as matriarcas indianas não eram aptas para cuidar de seus filhos (Durbach, 2020). A estratégia de fornecer refeições diretamente às crianças, em vez de através dos pais, evidencia a visão colonial de que as crianças precisavam ser moldadas para garantir a produtividade futura, reforçando a narrativa de superioridade cultural britânica. A propaganda desempenhou um papel crucial na moldagem da narrativa em torno do alívio à fome infantil. Funcionários britânicos retrataram os pais indianos, especialmente as mães, como inerentemente incapazes e negligentes (Durbach, 2020). O discurso reforçou estereótipos das famílias indianas como inerentemente deficientes. Mesmo assim, a alimentação fornecida às crianças era baseada em percentuais de refeições adultas, não considerando necessidades específicas do desenvolvimento humano.

A cultura social e religiosa indiana foi profundamente afetada pela instauração do Raj Britânico e pelo desprezo às características locais na formulação de políticas de proteção social nas fomes do final do século XIX. Essas barreiras foram utilizadas pela administração colonial como argumento para propagar a ideia de que a população indiana não aceitava ajuda estatal e que as famílias eram displicentes e incapazes de cuidar de suas crianças. Davis (2022) pontua que depois de vender todo o gado, a terra, os bens e a roupa do corpo, as pessoas não possuíam meios de alimentar a si e às crianças, que também não podiam trabalhar em campos de trabalho, estando à mercê das cozinhas e do auxílio colonial. No início do século XX, as diferenças de alimentação e restrições culturais indianas passaram a ser consideradas nos planos de combate à fome, mas

---

<sup>39</sup> O conceito de "contato cultural desintegrador" refere-se a situações em que a interação entre diferentes culturas resulta em efeitos negativos, fragmentando ou desagregando elementos fundamentais das identidades culturais envolvidas. Esse tipo de contato cultural pode levar à perda de valores, tradições e coesão social dentro de uma ou ambas as culturas em interação. No caso das colonizações, a imposição cultural do colonizador leva a desvalorização e marginalização de elementos culturais locais (Polanyi, 2000).

pode ser argumentado que essas medidas foram insuficientes e adotadas tarde demais considerado o alto número de crises humanitárias entre 1860 e 1900.

### 3.2.3 Influência da agenda expansionista imperial no combate à fome

Mesmo antes da Inglaterra estabelecer a administração colonial na Índia, os cofres locais passaram a financiar a agenda de expansão imperial britânica na Ásia, atendendo às ambições de da Companhia das Índias Orientais, e, posteriormente, dos vice-reis em exercício, para aumentar sua zona de influência. Entre 1858 e o final do século XIX, a Índia esteve envolvida em conflitos constantes na fronteira com o Afeganistão, de forma que os recursos previstos no orçamento administrativo para o combate à fome foram esvaziados para financiar as investidas militares coloniais. Com o desafios da Pax Britânica a partir dos anos 1870, a Inglaterra se viu mais dependente da relação monopolista que exercia sobre a Índia e a China para compensar os *déficits* comerciais acumulados com os Estados Unidos e Alemanha. Ainda, os custos militares associados aos conflitos envolvendo a Inglaterra no final do século foram pagos por Calcutá.

Além dos ensaios de guerra com a Rússia e as invasões do Afeganistão a Índia pagou por investidas distantes da sua fronteira, como a ocupação do Egito, a conquista do Sudão e a Segunda Guerra dos Bôeres na África do Sul. “Como resultado, os gastos militares nunca eram menos de 25% (ou 34% se incluirmos a polícia) do orçamento anual da Índia” (Davis, 2022, p. 278). Em comparação, a Inglaterra, no mesmo período, nunca gastou mais que 3% do seu PIB com o exército, expropriando esses custos para outras localidades. A concomitância do declínio de poder britânico dentro do sistema internacional, resultando em conflitos mais dispendiosos, somado a expansão imperialista europeia para a África, marcado pela Conferência de Berlim<sup>40</sup> em 1885, e as graves secas na Índia no período foi uma combinação que motivou a administração colonial a desprezar a necessidade de auxílio à colônia.

Durante a seca de 1876-1878, a Índia tinha um fundo contra a fome, que deveria ser utilizado para financiar as iniciativas governamentais para alívio da crise humanitária. Contudo, esse fundo foi admitidamente utilizado como fachada para aumentar a quantidade de impostos cobrados dos *khatedars* para saldar tarifas do algodão e financiar a invasão do Afeganistão em

---

<sup>40</sup> A Conferência de Berlim de 1884-1885 foi uma reunião internacional realizada para discutir e regular a o comércio e nas bacias do Congo e do Níger e definir critérios para a ocupação e colonização na costa África. (General Act of the Berlin Conference on West Africa, 1885).

1878 (Davis, 2022). Além de desviar os recursos do fundo, a administração colonial chefiada pelo vice-rei Robert Lytton, esteve firmemente postada como defensora das leis liberais, proibindo doações privadas que fossem socorrer a população indiana e mantendo os altos impostos sobre a camada assalariada e os donos de terras, apesar da escassez de liquidez e de trabalho.

Em 1898, quando a seca mais devastadora do período imperial atingiu a Índia, a colônia era governada pelo vice-rei George Curzon, que demonstrava o mesmo desprezo apresentado por Lytton no que tange políticas assistencialistas. Sob esse regime, as porções diárias oferecidas para a população foram diminuídas e os critérios para admissão em *poorhouses* endurecidos, tornando a administração britânica arquiteta de mais uma fome “brilhantemente organizada” (Davis, 2022, p.155). Simonow (2023) argumenta que as decisões sobre o combate à fome a partir de 1898 foram fortemente influenciadas pelas guerras na África do Sul entre 1899 e 1902, e na China entre 1899 e 1901, dois conflitos que desafiavam os interesses ingleses e o primeiro deles extremamente caro. Diferentemente de 1876, quando doações privadas eram proibidas, e 1896, quando estas fizeram parte do financiamento do auxílio aos famintos, em 1898 toda a mídia britânica estava concentrada em arrecadar fundos para a Guerra dos Bôeres. Enquanto isso, o fundo “londrino lançado para ajudar as vítimas da fome na Índia arrecadou meros 7% do fundo para a Guerra do Sul da África” (Davis, 2022, p.155). Assim, a maior parte das doações arrecadas tinham como origem os Estados Unidos. O *The New York Times*, entre 1896 e 1900, teve mais de cem entradas sobre a situação catastrófica na Índia, com denúncias do enfrentamento de crises britânico, pedidos de doações e atualizações sobre as monções.

De fato, é possível traçar uma relação inversa entre o humanitarismo nas ações promovidas pela administração britânica e as investidas militares inglesas, mesmo sem o envolvimento direto da Índia nos conflitos. Essa relação pode ser observada a partir da fome que afligiu o noroeste indiano entre 1868-1870 após a crise em Orissa entre 1865-1866. Esse foi o primeiro momento que um vice-rei declarou que o Estado deveria ser responsável pela população desamparada independentemente das contribuições privadas e que o governo deveria intervir para salvar vidas (Durbach, 2020). Assim, a posição oficial do governo entre 1873-1874 foi a de salvar vidas a todo custo, gerando pesadas críticas da mídia ocidental e da coroa pelo excesso de gastos destinados à assistência social, mas mostrando que era possível salvar vidas indianas com investimento inglês. O comportamento britânico mudou em 1876, quando houve a instauração do Salário Temple,

desvios do Fundo da Fome para o financiamento da invasão do Afeganistão e o discurso liberal conservador de Lytton foi implementado nas políticas de combate à fome (Davis, 2022).

A resposta às denúncias sobre o descaso da administração britânica no final dos anos 1870 foi consolidado com a instauração de mais comissões da fome e a publicação do Código da Fome de Madras de 1883, que enfatizava a prioridade governamental de proteger a vida acima, inclusive, de preocupações orçamentárias. No entanto, o enfrentamento das crises nos anos 1890 sofreu com o declínio gradual da importância de assistir a população indiana. A política de Curzon enfatizava que a administração deveria prevenir mortes com o menor custo para a comunidade pagadora de impostos (Durbach, 2020). Ainda assim, com a iminência da Guerra dos Bôeres, o vice-rei autorizou a redução de salários e desviou de fundos destinados ao auxílio social para financiar o conflito, estendendo o estado de calamidade por dois anos após o fim da seca (Durbach, 2020; Mishra *et al.*, 2019).

### 3.3 OS EFEITOS DURADOUROS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL COLONIAIS PARA A ÍNDIA

A era tardo vitoriana na Índia foi marcada por uma intrincada rede de eventos que ecoariam por décadas, moldando o destino econômico, político e social do subcontinente. Sob o domínio britânico, as políticas implementadas exerceram influência profunda no processo de empobrecimento da população, implementação da agricultura de larga escala para exportação, exclusão de indianos do acesso aos sistemas legais do império, entre outros.

No curto prazo, a presença britânica agravou as crises climáticas que a Índia enfrentava. O estudo “*Drought and Famine in India, 1870-2016*”, aponta que no final do século XIX, o território indiano foi submetido a dois grandes períodos de seca: 1876-1882 e 1895-1900 (Mishra *et al.*, 2019). Entre 1860 e 1910, ocorreram vinte eventos de fome na colônia inglesa (Ghose, 1982), sendo que os de 1876-1878 e 1899-1900 foram os mais graves em termos de número de mortos. O estudo crítico sobre as políticas britânicas contra a fome durante o Raj Britânico acontece desde o século XIX, com destaque para o livro “*Prosperous British India*” de Willian Digby, mas ganhou importância no decorrer do século XX, com a necessidade de uma abordagem global para o enfrentamento da fome com a maior capacidade de estudos sobre os efeitos da desnutrição.

Dylan Sullivan e Jason Hickel (2022), no estudo “*Capitalism and Extreme Poverty: A Global Analysis of Real Wages, Human Height, and Mortality Since the Long 16<sup>th</sup> Century*”,

avaliam que houve um aumento significativo do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza de necessidades básicas<sup>41</sup> na Índia a partir de 1810. Em conjunto ao empobrecimento da população houve o aumento do número de mortes no subcontinente. Somente entre 1880 e 1920, ou seja, excluindo a seca de Bihar nos anos 60 e a Grande Seca Indiana (1876-78), e considerando a mortalidade de 1880 como padrão, há um excedente de mortos na ordem de 50 milhões<sup>42</sup> (Sullivan; Hickel, 2022). Autores como Davis (2022) e Sen (1981) apontam a tanto a fome, como doenças decorrentes como causas desse aumento, e acusam a Inglaterra de negligência no enfrentamento à fome e do cólera.

### 3.3.1 Impactos de longo prazo da desnutrição

Dentro da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), o segundo dos dezessete busca endereçar a preocupação global com a fome e os riscos associados à desnutrição, que é responsável por 55% das mortes de crianças no mundo (Sawaya, 2006). Entre as metas propostas pela organização estão “acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoais em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” e “adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos” (Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2019). A preocupação internacional com o combate a fome coloca em evidência os perigos da desnutrição e as consequências pessoais e coletivas dessa doença.

Em um primeiro plano, a desnutrição deixa uma marca na saúde física dos indivíduos. A carência de nutrientes vitais, como proteínas, vitaminas e minerais, resulta em uma miríade de problemas, desde retardo no crescimento até condições mais graves, como anemia, podendo, inclusive, levar a morte. No entanto, no âmbito do desenvolvimento cognitivo os impactos da

---

<sup>41</sup> Alternativa a paridade do poder de compra que considera uma linha da pobreza de necessidades básicas, em que uma pessoa que consegue consumir 2100 calorias por dia, incluindo 50 gramas de proteína, 34 gramas de gordura, além de vitaminas e minerais, comprando da variedade mais barata disponível (Sullivan; Hickel, 2022).

<sup>42</sup> Os autores consideram essa estimativa baixa, visto que a mortalidade indiana em 1880 era bem maior que os padrões internacionais. (Sullivan; Hickel, 2022).

desnutrição se revelam mais preocupantes. Especialmente nas fases iniciais da vida, a falta de nutrientes essenciais prejudica o desenvolvimento cerebral, comprometendo habilidades fundamentais como aprendizado, memória e concentração (Kar; Rao; Chandramouli, 2008). As crianças desnutridas frequentemente enfrentam desafios significativos em seu percurso educacional, perpetuando um ciclo de desvantagens que se estende até a vida adulta.

O comprometimento do sistema imunológico é outra dimensão crítica da desnutrição. A falta de nutrientes essenciais mina a capacidade do corpo de se defender contra infecções e doenças, tornando os indivíduos mais suscetíveis a patógenos. “É bem conhecido também o ciclo vicioso consumo inadequado de alimentos/aumento de doenças: perda de peso, crescimento deficiente, baixa imunidade, danos na mucosa gastrointestinal, perda de apetite, má absorção do alimento, alterações importantes no metabolismo” (Sawaya, 2006, p.148). A exposição contínua a dietas e baixa qualidade nutricional está também associada ao aparecimento de doenças como a diabetes, obesidade e hipertensão.

Embora as necessidades nutricionais humanas não fossem claras ao final do século XIX, e por grande parte do século XX, em 1860 já havia estudos médicos sobre a importância de uma dieta que incluísse carboidratos, gorduras e proteínas e, no início do século XX, a descoberta das vitaminas possibilitou avanços para combater a desnutrição não associada necessariamente ao indicador peso-altura<sup>43</sup>. Apesar dos avanços científicos na área de nutrição, estes raramente foram utilizados para moldar as políticas de combate a fome da Índia do final do século XIX. “Na verdade, o conhecimento científico foi frequentemente ignorado ou reinterpretado quando não se adaptava às políticas e/ou práticas que já haviam sido consideradas convenientes” (Durbach, 2020, p. 385, tradução própria<sup>44</sup>).

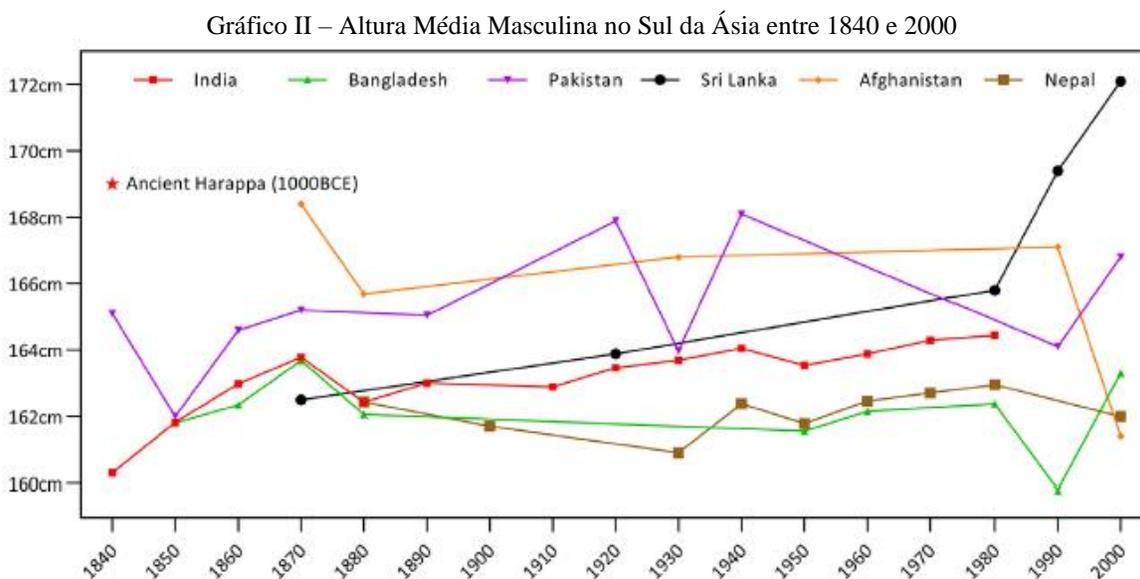
Um dos indicadores mais utilizados para medir a qualidade nutricional da alimentação consumida por uma determinada população é a estatura média, visto que há uma relação direta entre a desnutrição e o retardo no crescimento. No caso indiano, há dados sobre estatura média da população a partir dos anos 1840, dificultando a análise do impacto da presença britânica a partir

---

<sup>43</sup> A desnutrição tem três vertentes, sendo elas a subnutrição, que inclui o retardo no crescimento, emagrecimento e baixo peso para a idade; a desnutrição relacionada a micronutrientes, que engloba deficiências de micronutrientes ou excesso de micronutrientes; e sobrepeso, obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas à dieta (World Health Organization, 2021).

<sup>44</sup> No original: “In fact, this scientific knowledge was frequently ignored or reinterpreted when it did not suit the policies and/or practices that had already been determined to be expedient” (Durbach, 2020, p. 385).

do domínio de Bengala em 1757, mas há evidências acerca da altura da civilização Harappa<sup>45</sup>, que era maior que a de média de todos os países do sul da Ásia durante o período colonial. O gráfico 2 aponta que somente na República Democrática Socialista do Sri Lanka, houve a recuperação da estatura média da população para padrões como o da sociedade Harappa, o que pode ser atribuído ao sucesso das políticas sociais após a independência, em 1948 (Sen, 1981a).



Fonte: Sullivan; Hickel (2022, p.12).

No que tange o desenvolvimento indiano, às vésperas da fome de Bengala, Gangulee (1939, p. 26, tradução própria<sup>46</sup>) apontou que “os resultados de vários levantamentos locais de dietas mostram que as comunidades indianas não foram capazes de ajustar suas necessidades alimentares às circunstâncias de sua vida e trabalho”. Ademais, embora conhecidas, as demandas nutricionais não eram economicamente viáveis nem para a população urbana, nem para a campesina. No entanto, não havia o esforço governamental de mapear a composição das dietas das comunidades indianas e o impacto da desnutrição crônica, apesar das evidências apontando que a maior parte das doenças que afligiam a população eram consequência direta de má nutrição (Gangulee, 1939).

<sup>45</sup> Civilização antiga do subcontinente indiano existente entre 3300 a 1300 a.C na região do Punjab (Sullivan; Hickel, 2022).

<sup>46</sup> No original: “The results of a number of local surveys of dietaries show that the Indian communities have not been able to adjust their food requirements to the circumstances of their life and labour.” (Gangulee, 1939, p. 26).

### 3.3.2 Hiato de desenvolvimento indiano

A presença britânica na Índia a partir da Batalha de Plassey inaugurou um longo período no qual a renda per capita indiana não aumentou (Davis, 2022), diferente dos países da Europa Ocidental e Oriental, que estiveram em crescimento quase ininterrupto até o século XX. Os dois séculos pelos quais a Índia esteve sob influência e posterior domínio britânico foram responsáveis pela separação das rendas a nível internacional.

Quando a Bastilha estava sendo tomada, as divisões verticais de classes no interior das principais sociedades do mundo não foram reconsideradas como dramáticas diferenças de renda entre sociedades. As diferenças de padrão de vida, digamos, entre um sans-culotte francês e um agricultor do Decão eram relativamente insignificantes se comparadas ao abismo que separava ambos de suas classes dominantes. Ao final do reinado da rainha Victoria, a desigualdade entre os países era tão profunda quanto a desigualdade entre as classes. A humanidade havia sido irrevogavelmente dividida. (Davis, 2022, p. 15).

A drenagem da riqueza foi política constante da Inglaterra para a Ásia e era exercida através do domínio político ou militar. Na Índia, a pressão para a desindustrialização, a substituição do sistema tradicional do manejo de terra e a introdução dos latifúndios de *commodities* provocaram a concentração da renda que era destinada à população local. “A posse da terra no sistema agrário existente é desigual e injusta. Mais de cinco sétimos da área cultivável estão nas mãos de menos de um terço dos donos de terra” (Gangulee, 1939, p.23, tradução própria<sup>47</sup>) e, além disso, havia o esforço da administração local de impedir o crescimento da indústria indiana, mantendo o monopólio e dependência do mercado inglês para o consumo na Índia. Nem os *booms* de exportação do final do século XIX foram capazes de provocar melhora das condições de vida do trabalhador do campo. Pelo contrário, eles trouxeram o declínio da produtividade agrícola devido à erosão causada pelo cultivo do algodão, o aumento da insegurança alimentar devido a expulsão de safras alimentícias em prol das de exportação e o baixo crescimento dos salários em comparação ao preço dos aluguéis e da comida.

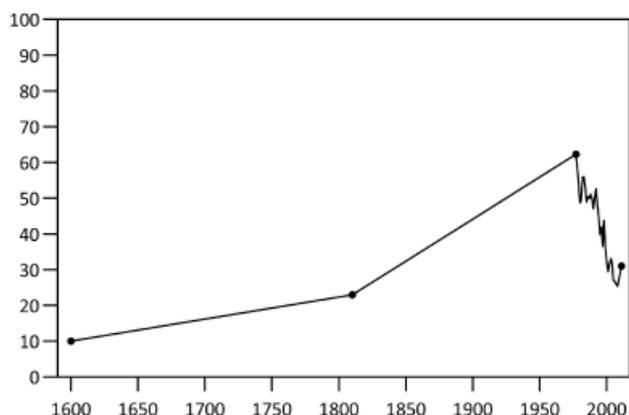
Somada às políticas imperialistas exploratórias, no mesmo período, a Índia estava sendo forçosamente empurrada para dentro do sistema capitalista mundial, agravando o processo de pauperização rural. A exposição dessa população ao livre mercado anulou os possíveis benefícios das obras de modernização inglesa para a infraestrutura indiana pois milhões morreram ao lado

---

<sup>47</sup> No original: “The ownership of the land under the existing agrarian system is unequal and unjust, more than five-sevenths of the cultivable land being in the hands of less than one-third of the landowners.” (Gangulee, 1939, p.23).

dos trilhos e às portas dos grandes armazéns de cereais (Davis, 2022). O problema, para Polanyi (1944), era que o povo não podia comprar o trigo aos preços praticados durante as fomes e que, portanto, a alta mortalidade era uma consequência da nova organização do mercado imposta aos indianos, e o elemento climático, assim como a exploração de mão-de-obra, seriam secundários a isso. Sullivan e Hickel (2022) aprofundam o que foi proposto por Polanyi, mencionando o hiato do desenvolvimento indiano em meio a adoção do capitalismo e demonstrando como a pobreza aumentou constantemente a partir do século XIX, com recuperação somente após 1960 (Gráfico 3).

**Gráfico 3** – População Indiana Vivendo em Pobreza Extrema<sup>48</sup> entre 1600 e 2011



Fonte: Sullivan; Hickel, 2022, p. 4.

O efeito da queda da renda proporcionado pela transformação do modo de produção havia sido observado também na Europa Ocidental, com a fundamental diferença de que o colapso da estrutura agrária foi compensado pela rápida expansão industrial. Na Índia, o trabalho continuou sendo pouco produtivo e barato, fazendo com que fosse pouco vantajoso implementar o uso de maquinário no país (Gangulee, 1939). Para mais, as contas da expansão imperial inglesa e as *home charges* foram pagas pelos cofres indianos. Os britânicos se utilizavam da sua posição para pressionar os preços de exportação da produção indiana, restringindo o comércio internacional. Por fim, a incapacidade do campesinato de pagar pela subsistência seria ainda aumentada pela depreciação da rupia devido ao novo padrão-ouro internacional, que elevou o custo das importações enquanto manteve o preço de venda estáveis (Davis, 2022).

<sup>48</sup> Abaixo da linha de pobreza de necessidades básicas.

#### 4 A IMAGEM INDIANA E A MANUTENÇÃO DA PAX BRITÂNICA

O término do período conhecido como Pax Britânica foi precedido por uma série de desafios à hegemonia. De crises econômicas a perda de efetividade em conflitos nos quais se envolvia, o início do século XX anunciava o desgaste de um Estado que dependia cada vez mais da extorsão e taxações impostas às suas colônias e áreas de influência para exercer poder dentro do sistema internacional. Tanto a Alemanha, como os Estados Unidos construíram indústrias de ponta, de petróleo, química e elétrica, enquanto a Inglaterra continuava produzindo mercadorias e tecnologias ultrapassadas (Davis, 2022).

Para a Índia, a derrota industrial inglesa frente aos novos concorrentes representou uma maior evasão de capital, de forma a sustentar a balança comercial inglesa frente às outras economias. Como enfatiza Arrighi (2010, p. 287, tradução própria<sup>49</sup>): “o grande *superavit* na balança de pagamentos indianos se tornou o pivô da reprodução ampliada dos processos de acumulação britânicos em escala mundial e do domínio das finanças mundiais por Londres”. Assim, o comércio com a China e com a Índia ao final do século XIX sustentaram os *déficits* britânicos em relação a outros países europeus e norte-americanos.

Em meio a importância do comércio entre a Índia e a Inglaterra, houve o agravamento das crises climáticas indianas, com dois eventos de *El Niño*<sup>50</sup> marcando a virada do século e contabilizando milhares de mortes na mais importante das colônias britânicas. Mesmo com diversas publicações fazendo duras críticas às políticas de proteção social adotadas pela Inglaterra entre 1896 e 1900, o discurso inglês vindo do vice-rei George Curzon e vice-rei Elgin II refletia a imagem indiana construída durante o Raj Britânico: de que a Índia era um lugar pobre, superpopuloso e propenso a desastres naturais (Basu; Kanbur, 2008). Dessa forma, do ponto de vista da coroa, as características inerentes à colônia eram responsáveis pelo alto número de mortos a cada falha de monção.

Esse capítulo abordará a transformação da imagem da Índia e do povo indiano durante os períodos da Companhia e do Raj Britânico, e como o discurso inglês buscou diminuir, quando não

---

<sup>49</sup> No original: “the large surplus in the Indian balance of payments became the pivot of the enlarged reproduction of Britain’s world-scale processes of capital accumulation and of the City’s mastery of world finance” (Arrighi, 2010, p.287)

<sup>50</sup> El Niño pode ser definido como “o extremo quente da ENSO (*El Niño South Oscillation*), que é associado às secas em boa parte dos trópicos de monções e no norte da China” (Davis, 2022, p.17)

eximir inteiramente, a responsabilidade da coroa frente as crises humanitárias do final do século XIX. Para mais, buscará comparar os relatórios da Comissão da Fome de 1898 e 1901 com os arquivos de fontes não oficiais, de forma a investigar como as fomes indianas eram retratadas para o público internacional. Por fim, será feita uma avaliação da importância da exploração colonial para a manutenção da posição de poder britânica dentro do sistema mundial a partir do aumento da concorrência com a Alemanha e com os Estados Unidos.

#### 4.1 A NORMALIZAÇÃO DA TRAGÉDIA

A única grande fome registrada na Índia no século XVIII foi registrada em 1770 em Bengala, região que sofreu repetidamente com esse fenômeno até a independência indiana. O século seguinte, no entanto, descrito como a era de ouro e de paz regida pela Pax Britânica, registrou pelo menos vinte eventos desse tipo (Davis, 2022). O discurso colonial, principalmente no final do século XIX, buscou enfatizar que o declínio da oferta de alimentos causado pela falha das monções era o maior responsável pelas crises localizadas, mas também pelas que se expandiram por mais de três presidências do território. Em adição a isso, “os oficiais coloniais buscavam refúgio atrás de alegações de que a Índia havia sofrido com pobreza desde os tempos imemoriais e que novos arranjos burocráticos haviam sido estabelecidos pelo Estado colonial desde a década de 1870 para fornecer auxílio em caso de fome” (Basu; Kanbur, 2008, p. 5, tradução própria<sup>51</sup>).

As ideias malthusianas sobre o aumento populacional também estiveram presentes em discursos oficiais, justificando políticas estruturadas para que o crescimento populacional fosse podado. O que aconteceu realmente na Índia em termos de crescimento populacional no final do século é bem diferente da realidade projetada por Curzon em 1902, quando disse que “pedir a qualquer governo para prevenir o acontecimento de fomes num país com as condições meteorológicas aqui encontradas e com a população crescendo no ritmo atual é pedir para que nós tiremos a chave do universo das mãos de Deus” (Curzon, 1905, p. 170, tradução própria<sup>52</sup>). Davis

---

<sup>51</sup> No original: “colonial officials took refuge behind claims that India had suffered poverty since time immemorial, and that novel bureaucratic arrangements had been put in place by the colonial state since the 1870s to provide famine relief.” (Basu; Kanbur, 2008).

<sup>52</sup> No original: “to ask any Government to prevent the occurrence of famine in a country, the meteorological conditions of which are what they are here and the population of which is growing at its present rate, is to ask us to wrest the keys of the universe from the hands of the Almighty” (Curzon, 1905, p. 170)

(2022) argumenta que o motor demográfico do país quase parou entre 1891 e 1921, e que em muitas partes da Índia houve uma estabilidade populacional por cinquenta anos. O início do século XX representou a diminuição em áreas de plantio total, reforçando também a visão de Joshi (1912), que passava a questionar a lei malthusiana do crescimento geométrico da população em relação ao crescimento aritmético da produção no caso indiano:

Ela [Índia] possui vastas extensões, como as Províncias Centrais e Burma, Assam e os Punjab Doabs, capazes de sustentar uma população muito maior do que a atual; ela possui uma reserva de cerca de 78 milhões de acres disponíveis para o cultivo de alimentos [...]. Ela possui uma grande área destinada a culturas não alimentares, adequada para cultivar fibras, corantes e sementes oleaginosas em quantidades tão grandes quanto o mundo inteiro requer; ela exporta até agora 28 milhões de toneladas métricas de arroz e 8 milhões de toneladas métricas de trigo para países estrangeiros. Ela também possui suas valiosas minas de carvão e ferro ainda não exploradas. Mas, acima de tudo, ela tem, se apenas for permitido que ela se beneficie, a ciência, habilidade e capital da Europa à sua disposição para fins de sua expansão industrial. Nessas circunstâncias, o Economista Político Indiano não pode concordar com a doutrina malthusiana e admitir que o aumento do número de habitantes neste país deve necessariamente ser o mal que se diz ser. (Joshi, 1912, p. 774, tradução própria<sup>53</sup>)

Mesmo com as condições expostas por economistas locais, a imagem indiana foi permanentemente manchada pelo discurso inglês. O clima, a população e as tradições indianas foram extensamente questionadas como forma de desviar a atenção dos efeitos das políticas liberais adotadas a partir do estabelecimento britânico na Índia, que foram agravados a partir de fenômenos climáticos.

#### 4.1.1 Corrupção e abandono parental na fome de 1989

Dentre os elementos utilizados pela Inglaterra para justificar a mortalidade das secas de 1896 e de 1898, o preconceito contra a família, especificamente as mães, e a especulação sobre corrupção dos nativos dentro das casas de auxílio merecem destaque. O discurso de proteção da infância utilizado serviu de base para biopolíticas de controle da população (Durbach, 2020). Além

---

<sup>53</sup> No original: “She has large tracts like the Central Provinces and Burma, Assam and the Punjab Doabs, capable of supporting a much larger population than now exists; she has a reserve of about 78 million acres available for food-crop cultivation, as her prosperity and population increase. She has a large non-food -crop area fitted to grow fibers and dyes and oil seeds in as large quantities as the whole world requires; she exports even now 28 million cwts. of rice and 8 million cwts. of wheat to foreign countries. She has also her valuable mines of coal and iron yet unworked. But, above all, she has if she is only allowed to avail herself of it-the science and skill and capital of Europe at her command for purposes of her industrial expansion. Under these circumstances, the Indian Political Economist cannot subscribe to the Mathusian doctrine and admit that increase of numbers in this country must necessarily be the evil it is said to be.” (Joshi, 1912, p. 774)

disso, a dita corrupção e incompetência das *poorhouses* contrastavam com a eficiência da campanha de arrecadação militarizada, que não diminuiu impostos durante em 1899 (Davis, 2022).

No que tange a priorização da alimentação infantil, a administração britânica buscou utilizar a retórica de que os pais indianos eram inerentemente ruins e que, para remediar esse fato, o governo deveria intervir para salvar as crianças (Durbach, 2020). Para tanto, a partir de 1890, o sistema de subsídios utilizado previamente para direcionar recursos às famílias foi substituído. Os Códigos da Fome provinciais afirmavam que, devido à experiência que mostrava que pais famintos muitas vezes não podiam ser confiáveis para cuidar de seus filhos, era essencial fornecer uma oferta diária de alimentos cozidos com supervisão adequada. Assim, sob o olhar dos empregados do Estado, a Inglaterra passava a investir na futura geração de trabalhadores indianos (Durbach, 2020).

Além do esforço nutricional, entre 1889 e 1907, medidas foram aprovadas para prevenir crueldade contra crianças e submetê-las a exames para assegurar uma nova geração de cidadãos imperiais saudáveis. Os oficiais coloniais usaram os corpos das crianças indianas como evidência de negligência ou crueldade parental, apesar de desconsiderar a mortalidade das fomes do final do século e manter as dietas adultas insuficientes. A emaciação das crianças foi considerada prova da negligência dos pais, e a interpretação dessa negligência desgastou os laços familiares indianos (Durbach, 2020). Isso permitiu que a atenção se voltasse para o sofrimento da população infantil da Índia, consolidando o direito do governo colonial de atuar *in loco parentis* em relação às crianças, mesmo quando os pais estavam presentes, não tinham abandonado seus filhos e eram capazes de tomar decisões em seu nome.

Apesar das mudanças nas políticas britânicas para as casas de auxílio para a alimentação das crianças, Simonow (2023) traz à luz as deficiências do processo adotado. Um estudo feito em 1935 apontou que pelo menos 35% das crianças de Bellary<sup>54</sup> sofriam com deficiência de vitamina A, resultando em um retardo do crescimento. Desse fato podem ser tiradas duas conclusões principais, sendo a primeira delas a falha colonial do *in loco parentis* praticado a partir de 1890, visto que mesmo com supervisão, a dieta entregue pela administração colonial era insuficiente para manter crianças saudáveis; e que a definição de fome utilizada durante o período colonial era enganosa, visto que as pessoas ingressavam o programa de auxílio governamental pelo menos três vezes, com duração de seis meses, antes de atingir a idade adulta. Assim, a propaganda britânica

---

<sup>54</sup> Província da Presidência de Madras (Simonow, 2023).

enfrentava novamente a restrição de fundos para o alívio da fome e, mesmo para seus súditos mais importantes, a “oferta de dietas projetada para impedir a morte imediata, mas não adaptada para manter a saúde, teve sérias consequências para o desenvolvimento das crianças” (Simonow, 2023, p. 20, tradução própria<sup>55</sup>).

Outro argumento utilizado dentro do discurso britânico na busca de justificar a ineficiência das políticas de combate à fome foi a corrupção dos nativos. Nesse sentido, tanto a tradição hindu, quanto os empregados da administração nas casas de auxílio foram alvo de críticas adicionadas de percepções racistas sobre a população e territórios indianos difundidos pelos ingleses. Mobasher Akbar (2022) aponta que o Raj queria indianos britânicos na sua estrutura sem conceder a eles direitos britânicos. “O protótipo do funcionário público logo se tornou reconhecível. Sedentário por inclinação, loquaz por preferência [...] o *babu*<sup>56</sup> buscava confiantemente favores por meio de sua habilidade em *shaheb-dhara*<sup>57</sup>” (Akbar, 2022, p.140, tradução própria<sup>58</sup>). A construção da imagem do indiano no imaginário inglês é alvo da provocação de David Gilmour (2018) no livro “*The British in India: A Social History of the Raj*”, em que descreve como os britânicos buscaram transmitir visões preconceituosas sobre os indianos para os recém-chegados, fazendo-os ignorar características semelhantes apresentadas pelos seus compatriotas.

Da mesma forma que o discurso britânico na Índia incitava uma separação entre britânicos e indianos, os *sahibs*<sup>59</sup>, podendo ser considerados parte de uma nova casta dentro da sociedade (Akbar, 2022), havia o esforço contínuo consolidar a narrativa de que os ingleses haviam salvado os hindus do fanatismo mulçumano em Bengala, de forma a dissuadir a resistência à colonização. Na percepção de Bhudev Mukhopadhyay, que estudou em uma universidade hindu, os ingleses frequentemente sugeriam que quando os mulçumanos possuíam poder político em Bengala, eles perpetravam opressão religiosa (Naoroji, 1901).

O preconceito incorporado a cultura britânica na Índia impactou de formas diversas a resposta administrativa à fome no período colonial. As práticas exploratórias inauguradas na fome de 1770 em Bengala, que matou entre um terço e metade da população do sul da região (Akbar,

---

<sup>55</sup> No original: “The provision of diets designed to prevent (immediate) death but not tailored to maintain health had serious consequences for children’s development.” (Simonow, 2023, p. 20,).

<sup>56</sup> Indianos da região de Bengala que trabalhavam como funcionários públicos para o governo britânico (Akbar, 2022).

<sup>57</sup> Expressão que significa “pescar favores junto aos britânicos” (Akbar, 2022).

<sup>58</sup> No original: “The prototype of the government employee was soon recognizable. Sedentary by inclination, garrulous by preference, the babu confidently fished for favors through his skill at shaheb-dhara” (Akbar, 2022, p.140).

<sup>59</sup> Senhor, senhorio ou chefe, frequentemente associados aos britânicos no período colonial (Akbar, 2022).

2022), continuaram como norma nas crises do século seguinte. A manutenção dos impostos sobre as terras, a supressão dos salários e a repetida implementação de políticas públicas que desconsideravam a religião e as tradições locais são exemplos da contrariedade entre as ações implementadas pela administração britânica e “priorização da vida” descrita nos códigos da fome. “A insensível Companhia agravou tal crime com total indiferença em relação a qualquer forma de auxílio durante a fome. Os famintos foram deixados à própria sorte” (Akbar, 2022, p. 17, tradução própria<sup>60</sup>). Adicionado a isso estava a tendência de culpar os pobres pela sua situação, acentuando a negação da responsabilidade governamental pela condição de vida da classe camponesa (Hall-Matthews, 1998).

#### 4.1.2 Clima hostil ou secas fabricadas?

As presidências de Madras, Bombay e Bengala foram duramente afetadas pela fome entre o período da Companhia e colonial. Embora as políticas públicas promovidas pelo Raj Britânico tenham sido frequente alvo de críticas contemporaneamente aos acontecimentos, como demonstram Digby (1901) e Joshi (1912), o discurso inglês, que caracterizava o clima indiano como hostil, prevaleceu até a metade do século XX. A Seca de Bengala, em 1943, foi a primeira a ser denunciada como uma completa falha da administração colonial na distribuição de recursos. Amartya Sen (1981a) expõe que a explicação mais comum para a fome era em termos do declínio de comida disponível, visto que houve perda parcial das safras de arroz em 1943 provocada por um ciclone e o corte das importações de Burma, invadida pelos japoneses em 1942. No entanto, o autor segue para apontar que “[o] suprimento atual para 1943 foi apenas cerca de 5% menor do que a média dos cinco anos anteriores. Na verdade, foi 13% maior do que em 1941, e, é claro, não houve fome em 1941.” (Sen, 1981a, p. 58, tradução própria<sup>61</sup>). Dessa forma, a teoria do declínio de comida disponível, embora utilizada pela administração britânica para justificar a fome em Bengala, pode ser descartada (Sen, 1981a).

---

<sup>60</sup> No original: “The callous Company compounded such crime by total indifference towards any form of famine relief. The starving were left to their own device” (Akbar, 2022, p. 17).

<sup>61</sup> No original: “The current supply for 1943 was only about 5 per cent lower than the average of the preceding five years. It was, in fact, 13 per cent higher than in 1941, and there was, of course, no famine in 1941.” (Sen, 1981a, p. 58).

Embora o caso de 1943 tenha sido amplamente explorado, e a conclusão de Sen (1981a) acerca das garantias de trocas e emprego ofereça uma perspectiva distinta daquela oficializada em 1944, o ponto comum entre as fomes do período colonial é a atribuição do declínio de comida disponível a um evento climático. Nesse sentido, Mishra *et al.* (2019) e Ray *et al.* (2021) têm abordagens distintas para avaliar o impacto desses eventos climáticos sobre as safras indianas e sobre as fomes declaradas pelo governo britânico. Para mais, a contribuição de Mike Davis (2022, p. 29) ao destacar como “a extraordinária sucessão de secas tropicais e monções fracas em 1896-1897, 1899-1900 e 1902” foram efeitos do aquecimento do Pacífico oriental provocado pelo El Niño é relevante à medida que isola esses acontecimentos do que seria o clima esperado na Índia.

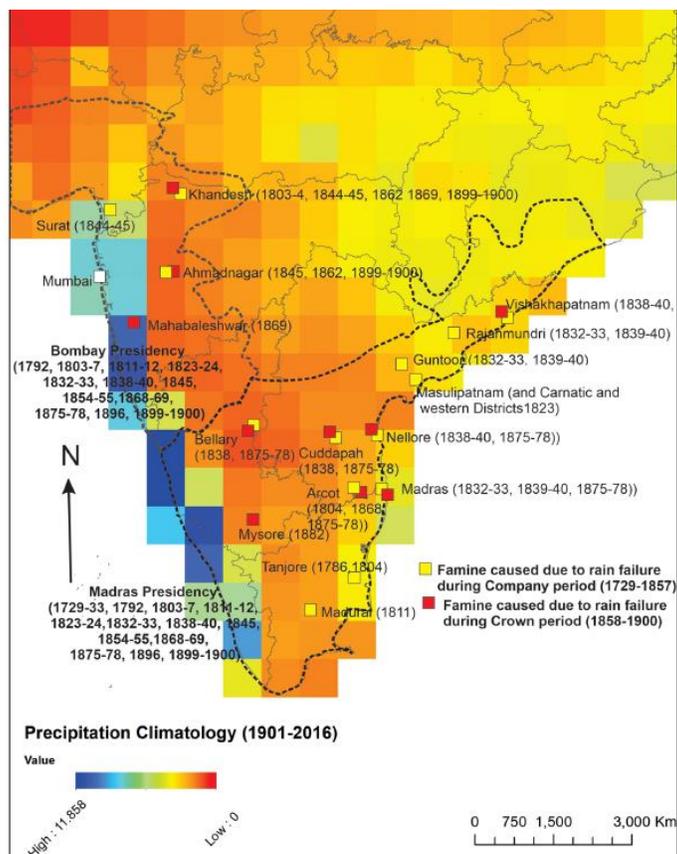
O estudo “*Extreme Rainfall Deficits were not the Cause of Recurring Colonial era Famines*” busca compreender como a variação climática nos séculos XVIII e XIX afetou a ocorrência de fomes nas regiões semiáridas do Sul da Índia. Em uma primeira parte, através de documentos oficiais, os autores puderam mapear os períodos de seca e compará-los a ocorrência do fenômeno estudado (Figura 6). Segundo Ray *et al.* (2021, p. 5, tradução própria<sup>62</sup>) havia uma sequência de acontecimentos iniciada por uma falha em monção, que era seguida pela “falha das safras, pico nos preços de grãos, falta de comida e migração de agricultores”. Além disso, o estudo de Ray (2021) corrobora aquilo que Sen (1981a) havia apresentado acerca da situação agravada pela falta de garantias de empregos para pessoas que não trabalhavam diretamente com a produção de alimentos. Por fim, ao analisar as médias pluviométricas e reconstruir de parâmetros de umidade relativa, pode ser concluído que “em nenhum dos episódios de fome nas regiões semiáridas do sul da Índia nos séculos XVIII e XIX a precipitação anual regional reduziu mais do que três pontos de desvio padrão, ou seja, os déficits extremos de chuvas não foram uma condição necessária para as fomes da região” (Ray *et al.*, 2021, p. 8, tradução própria<sup>63</sup>)

---

<sup>62</sup> No original: “to crop failures followed by the grain price hike, food scarcity and farmer migration”. (Ray *et al.*, 2021, p. 5).

<sup>63</sup> No original: “during none of the instances of famine in the SIS during the eighteenth and nineteenth centuries, did regional annual precipitation reduce more than 3 SD i.e. extreme rainfall deficits were not a necessary condition for famines in the region.” (Ray *et al.*, 2021, p. 8).

**Figura 6** – Mapeamento das Fomes na Região Semiárida Indiana entre 1729 e 1900



Fonte: Ray *et al.* (2019, p. 4).

Vimal Mishra (2019) também escreveu sobre as secas na Índia durante o período colonial, mas fazendo uma reconstrução das condições de umidade do solo. Apesar do escopo do trabalho “*Drought and Famine in India, 1870-2016*” ser menor, as conclusões dos autores convergem ao que havia sido proposto por Sen (1981b) em termos da responsabilidade da administração britânica sobre as políticas de combate à fome do século XIX. No entanto, os estudos de Mishra (2019) e Ray (2021) avançam a discussão acerca do papel do clima na ocorrência de fomes durante o período colonial. No caso das crises humanitárias ocorridas no final dos anos 1890, há uma convergência acerca da gravidade das secas enfrentadas a partir de dois episódios de El Niño, entre 1896-97 e 1899-1900. Ainda assim, tanto Davis (1999), quanto Mishra (2019) pontuam que a mortalidade da última fome do século foi agravada pela demora na recuperação das áreas afetadas pela seca mais branda de 1896, em que a falta de umidade do solo foi mais relevante que a falta de precipitação, o que poderia ter sido evitado com maiores obras para irrigação.

## 4.2 UM VICE-REI LEGITIMAMENTE IMPERIALISTA

Com a passagem da seca de 1876-78, a Índia esteve livre de crises sociais que abrangessem todo o território por toda a década de 80. Um novo fundo havia sido estabelecido, já em 1878, para financiar políticas de combate à fome sem pôr em perigo o orçamento colonial. Com a construção de novas ferrovias, a administração do vice-rei Elgin II buscava assegurar maior eficiência no transporte da produção, garantindo a segurança alimentar da população agrária. Assim, “[a] modernização dos meios de comunicação, particularmente com o uso de ferrovias, possibilita que possamos lidar com a escassez de uma forma que estava fora do poder dos oficiais em outros tempos” (Davis, 1999, p. 6 *apud* Pande, 1986, p. 131, tradução própria<sup>64</sup>). No entanto, com a ocorrência de uma monção fraca na primavera de 1896, o sistema de transporte fez com que os preços dos grãos subissem tanto nos distritos não afetados por falhar de safras, quanto naqueles que foram (Davis, 1999).

O vice-rei, seguindo os passos de Lyton em 1876, Elgin II demorou até o outono para abrir campos de trabalho em algumas áreas do país, tomando essa iniciativa “[...] quase que de forma relutante” (London..., 1897, p.15, tradução própria<sup>65</sup>). Para mais, o vice-rei proibiu as presidências de adiantarem dinheiro para que grãos fossem importados de regiões não afetadas. Dessa forma, o sistema de transporte ampliado no decênio anterior não foi utilizado para levar o excedente de produção para regiões famintas, mas para a Europa. Assim como a implementação de lugares de trabalho público, a administração colonial recorreu novamente a instalação de casas de auxílio, as quais eram evitadas por parte da população, pois “o ódio às casas de auxílio se mostrou, em diversas instâncias, maior e mais forte que o medo da morte” (Loveday, 1914, p.88, tradução própria<sup>66</sup>). Em adição à fome, a presidência de Bombay começou a sofrer com uma crise de peste bubônica no final de 1896, provocando o êxodo da população europeia da região. Dessa forma, além das doenças que seguiam a desnutrição, como a desinteria e cólera, o governo teve que se encarregar da quarentena e triagem daqueles infectados com peste negra (Davis, 1999). Em 1897, Elgin II estimou que 4,5 milhões de pessoas haviam morrido, mas a mortandade seguiu pelo ano

---

<sup>64</sup> No original: “the improvement of the means of communications particularly by railway makes it possible to cope with scarcity now in a way that was out of the power of the officers of former days” (Davis, 1999, p. 6 *apud* Pande, 1986, p. 131).

<sup>65</sup> No original: “[...] it would almost seem reluctant” (The New York Times, 1897, p.15).

<sup>66</sup> No original: “The hatred of the poorhouse has in many instances proved more strong than the fear of death” (Loveday, 1914, p.88)

de 1898 devido à retração das medidas de auxílio e aumento da ocorrência de doenças correlatas à fome. No que tange o orçamento governamental, o relatório da Comissão da Fome de 1898 menciona um sucesso econômico das políticas adotadas (England, 1898), com o investimento per capita inferior ao recomendado em 1883.

A economia local, dos donos de terras aos descascadores de arroz, não havia se recuperado das falhas de safras de 1896 quando outra monção ruim, dessa vez mais aguda, ocorreu em 1899. A persistência dos governantes e agiotas em não perdoar dívidas adquiridas nos anos anteriores não permitiu que houvesse qualquer acúmulo de excedentes para proteger os produtores de alimento e a redução da colheita foi acompanhada de uma seca que atingiu 85% do território afetado pela fome, impactando quase 60 milhões de pessoas (Mishra *et al.*, 2019). A inflexibilidade ideológica de mais um vice-rei, dessa vez George Curzon, restringiu auxílio às comunidades afetadas diminuindo a quantidade de comida oferecida em *poorhouses* e estabelecendo novos testes de distância para os campos de trabalho sob a justificativa de que

qualquer governo que pusesse em risco a posição financeira da Índia em prol de uma filantropia pródiga estaria sujeito a sérias críticas; mas qualquer governo que, por meio de esmolas indiscriminadas, enfraquecesse a fibra e desmoralizasse a autoconfiança da população, estaria cometendo um crime público. (Ramage, 1977, p. 5, tradução própria<sup>67</sup>).

Apesar dos danos provocados pela sequência de secas no final do século, e a alta mortalidade associada a esses eventos, “uma das principais conclusões do Relatório da Comissão da Fome de 1901 foi que o auxílio distribuído foi excessivo” (Davis, 1999, p. 20, tradução própria<sup>68</sup>). Essa afirmação, assim como declarações feitas pelo vice-rei e secretário de Estado indiano, inspirou diversas denúncias em veículos não-oficiais.

#### 4.2.1 Denúncias da fome

Enquanto a fome assolava as comunidades indianas, um fenômeno paralelo ganhava destaque: a emergência de uma cobertura midiática que, de maneira mais consistente do que tinha

---

<sup>67</sup> No original: “[...] any Government which imperiled the financial position of India in the interests of prodigal philanthropy would be open to serious criticism; but any Government which by indiscriminate almsgiving weakened the fiber and demoralized the self-reliance of the population, would be guilty of a public crime” (Ramage, 1977, p. 5).

<sup>68</sup> No original: “A principal finding of the Report of the 1901 Famine Commission was that the relief distributed was excessive”. (Davis, 1999, p. 20).

acontecido nas secas anteriores, lançava luz sobre as condições enfrentadas pela população indiana, contrariando, muitas vezes, os discursos e relatórios oficiais britânicos (Notes..., 1901; Cosmopolitan, 1897). Jornais e revistas da época desempenharam um papel fundamental na divulgação da realidade das condições de vida da Índia sob as políticas de proteção social britânica e, podiam ser considerados fonte de informação, agentes de conscientização e, por vezes, mobilização. Algumas publicações ocidentais, tinham repórteres baseados na Índia para acompanhar a realidade local. Havia, também, os agentes de publicidade britânica, responsáveis por disseminar um discurso preconceituoso acerca da cultura e hábitos indianos. As fontes não-oficiais contribuíram para criar nuance sobre a narrativa britânica acerca da responsabilidade de auxílio e estabelecer comparativos entre políticas imperiais e suas consequências no centro e periferia do império. Para mais, foram responsáveis pela arrecadação de doações privadas, tanto na Inglaterra quanto em outros países, com destaque para os Estados Unidos.

O *The New York Times* é um dos periódicos que fez uma cobertura extensa da fome na Índia entre 1896 e 1900. A primeira menção de uma possível escassez é de outubro de 1896, coincidindo com a época em que os primeiros campos de trabalho foram abertos, mas menciona apenas que “a não ser que a chuva caia logo, a fome será inevitável” (Wheat..., 1896, p. 1, tradução própria<sup>69</sup>) e que há risco de escassez de trigo em alguns distritos do noroeste indiano. Menos de um mês depois, o jornal destaca que apesar da perda das safras de outono, “o governo está numa posição mais forte da que jamais esteve. Mais rotas ferroviárias estão abertas, mais obras de irrigação forma concluídas [...] foi a falta de instalações como essas que tornaram as fomes de Orissa e Mysore tão destrutivas” (The New York Times, 1896, p. 1, tradução própria<sup>70</sup>).

Ao longo dos quatro últimos anos do século XIX, o periódico cobriu as fomes da Índia através de pedidos de doações, denúncias contra a administração e nativos, e com números das exportações estadunidenses para a região. A primeira das diversas matérias que questionaram as ações da coroa britânica no combate à fome enfatiza a relutância administrativa em abrir uma investigação independente para descobrir o porquê da vulnerabilidade social enfrentada pela população mesmo com as medidas já adotadas para mitigar os efeitos da crise (London..., 1897). O jornal também expôs críticas às casas de auxílio, questionando a honestidade das pessoas

<sup>69</sup> No original: “unless rain shall fall soon a famine will be inevitable”. (The New York Times, 1896, p. 1).

<sup>70</sup> No original: “The Government is now in a stronger position than it has ever before. More miles of railway are open, more irrigation works have been completed [...] It was in the absence of such facilities as these that the great Orissa and Mysore famines were so destructive to human life”. ” (The New York Times, 1896, p. 1).

responsáveis pela distribuição de comida (The Indian..., 1897; India's plague..., 1897). Quando houve a falha das monções em 1898, uma carta ao editorial contestou as afirmações do correspondente na Índia sobre a culpabilidade da coroa sobre as mortes na colônia afirmando que “o grande problema da Índia é o aumento da população decorrente da proteção britânica e leis sanitárias. [O problema] é tão grande que se tornou um motivo de deliberação sobre se não seria melhor não controlar o avanço da doença e assim, controlar o aumento populacional” (Defends..., 1898, p.18, tradução própria<sup>71</sup>).

A revista *The Cosmopolitan* dedicou parte da sua publicação de maio de 1897 a fazer uma ampla denúncia das condições de saúde nas quais parte da população indiana se encontrava em decorrência da estiagem. O enviado dedicado à matéria, Julian Hawthorne, buscou descrever a deterioração da vida na Índia, a fome e as pragas e o auxílio prestado pelo governo colonial. A imagem descrita pelo enviado da Cosmo é de uma comunidade inglesa que “está fazendo tudo que a inteligência e experiência podem aconselhar, e a energia heroica e a devoção podem desculpar para combater e diminuir esta calamidade estupenda; eles não estão economizando tempo, dinheiro nem a própria vida” (Hawthorne, 1897, p. 370, tradução própria<sup>72</sup>). Apesar disso, o jornalista admite que os meios de transporte não eram adequados para levar alimento às regiões mais necessitadas, e que o contingente inglês na Índia não tinha capacidade de fiscalizar a adequação dos campos de trabalho e *poorhouses* aos padrões estabelecidos pelos Códigos da Fome de cada presidência. A subnotificação de mortes é outro tópico evidenciado pelo repórter e atribuído à falta de pessoal na estrutura da administração para coletar dados para contabilizar comunidades afetadas e o número de pessoas mortas. Segundo Hawthorne, os únicos que teriam a capacidade de estimar com precisão as perdas humanas decorrente da fome e da peste seriam os missionários que viajavam pelo subcontinente (Hawthorne, 1897).

Ao mesmo tempo em que Hawthorne destaca a alta carga de trabalho dos agentes da administração inglesa responsável pela coleta de dados e fiscalização dos padrões de trabalho e alimentação nas regiões atingidas pela fome, ele também culpa os indianos pela corrupção, pelo desvio de comida e pela alta mortalidade associado a falha das colheitas. As acusações apontam

---

<sup>71</sup> No original: “The great trouble in India is the increase of the population; so much so that it has become a matter of deliberation whether it is not better to let the disease go unchecked, and so keep down the increase.”

<sup>72</sup> No original: “are doing all that wisdom and experience can advise, and heroic energy and devotion can excuse, to combat and diminish this stupendous calamity; they are sparing neither time, money nor life itself.” (Hawthorne, 1897, p. 370).

que qualquer esforço do governo “[...] é anulado pelo menos parcialmente devido à necessidade de empregar subordinados nativos; no momento em que suas costas brancas estão viradas, os subordinados nativos embolsam uma parte” (Hawthorne, 1897, p. 370, tradução própria<sup>73</sup>). Para mais, a sugestão proposta para ajudar a população comum seria doar dinheiro para missionários, pois somente eles conheciam a realidade na Índia (Hawthorne, 1897).

A cobertura midiática durante as fomes do final do século XIX desempenhou um papel importante para evidenciar as deficiências administrativas que a administração colonial ainda enfrentava, apesar dos discursos de que medidas haviam sido adotadas para prevenir impactos tão grandes sobre a vida da população como havia ocorrido no final dos anos 1870. Com o final da estiagem, a fome e a pestilência na Índia ainda estiveram presentes até 1902 (Davis, 2022), mas outros autores independentes e organizações utilizaram os dados coletados por repórteres para contrapor os relatórios oficiais da fome de 1898 e 1901 acerca das políticas adotadas para o combate à fome e o número de mortos divulgado oficialmente pela coroa. O quadro 4 traz a comparação feita por publicações contemporâneas as secas. Para Davis (2022, p.19), “O número total de mortos nessas três ondas de seca, fome e doença certamente passa dos 30 milhões. Cinquenta milhões de mortos talvez não seja um número tão irrealista”.

**Quadro 4 – Mortalidade Estimada por Fome**

Índia	1876-1879	10,3 milhões	Digby
		8,2 milhões	Maharatna
		6,1 milhões	Seavoy
	1896-1902	19,0 milhões	<i>The Lancet</i>
		8,4 milhões	Maharatna/Seavoy
		6,1 milhões	Cambridge
Índia Total		12,2-29,3 milhões	

Fonte: Adaptado de Davis, 2022, p. 19

<sup>73</sup> No original: “is voided of a moiety or more of its effect by the strict necessity they are under to employ native subordinates. The moment their white backs are turned, the native subordinates pocket a part.” Hawthorne, 1897, p. 370).

#### 4.2.2 Relatórios da Comissão da Fome de 1898 e 1901

A Comissão da Fome Indiana foi instituída durante a Grande Seca Indiana com o objetivo de mapear e padronizar a resposta governamental à fragilidade social causada pela fome através de relatórios periódicos. A iniciativa foi motivada pela alta mortalidade registrada entre 1876 e 1878, quando uma sequência de monções fracas impactou a produção e o preço dos alimentos indianos. O primeiro relatório da Comissão da Fome, datado de 1880, foi amplamente elogiado pelas publicações britânicas. A *Nature* dedicou parte de um editorial para divulgar o documento “cheio de sugestões com alto valor prático para as fomes na Índia” (*Nature*, 1880, p. 553, tradução própria<sup>74</sup>). Ele explorou as condições geográficas, populacionais e climáticas indianas, chegando “à conclusão inevitável de que todas as fomes devastadoras que atingem as províncias indianas eventualmente podem ser relacionadas com a ocorrência de temporadas de secas incomuns, [...] que levam a falha das safras responsáveis pela subsistência da população” (*Nature*, 1880, p. 553, tradução própria<sup>75</sup>).

Esses relatórios eram redigidos por comissões apontadas pelo secretário de Estado indiano a partir de afinidades políticas e ideológicas sobre a economia indiana. Willian Digby (1901), jornalista, relatou no livro “*“Prosperous” British India*” as suas tentativas de integrar a equipe responsável por avaliar e relatar os efeitos das falhas das safras e da fome. Em 1900, seu pedido foi rejeitado devido às suas “[...] opiniões firmes sobre certos aspectos da administração indiana” (Digby, 1901, p. 63, tradução própria<sup>76</sup>) e, concluiu que “aparentemente, a admissão de conhecimento em um assunto muito complexo e altamente importante relacionado à Índia desqualifica um homem e o torna inadequado para pesquisar sobre esse assunto” (Digby, 1901, p.18, tradução própria<sup>77</sup>).

---

<sup>74</sup> No original: “[...] into Indian Famines is of great practical value and full of suggestiveness [...]” (*Nature*, 1880, p. 553).

<sup>75</sup> No original: “[...] The Commission, of course, could not but come to a conclusion that the devastating famines to which the provinces of India have from time to time been liable are in all cases to be traced to the occurrence of seasons of unusual drought [...] leading to the failure of the food crops on which the subsistence of the population depends.” [...]” (*Nature*, 1880, p. 553).

<sup>76</sup> No original: “[...] to hold strong views on certain features of Indian administration.” (Digby, 1901, p. 63).

<sup>77</sup> No original: “Apparently, admitted knowledge on a very complex and highly important subject concerning India disqualifies a man and renders him unfit to inquire concerning that subject.” (Digby, 1901, p. 18).

As implicações da proximidade entre a administração britânica e os encarregados de registrá-la são evidentes nas observações do Relatório de 1998, que apontam o sucesso das medidas de auxílio à população:

O governo local demonstrou atividade incessante e vigilância constante, um entendimento contínuo da situação, habilidade em combinar todas as formas de auxílio e um grande poder em mobilizar os serviços dos líderes da sociedade local. [...] Concordamos com o veredicto geral de que o resultado foi um sucesso notável e um grande feito administrativo (England, 1898, p.149, tradução própria<sup>78</sup>).

Os relatórios de 1898 e 1901 trazem uma análise por presidência da quantidade de pessoas que estavam sendo atendidas pelas políticas públicas de combate à fome, assim como da mortalidade por inanição, cólera e varíola. Nesse sentido, os documentos apontam para predominância das doenças sobre a inanição e que as mortes decorrentes de fome foram baixas frente àquelas por pestilência (Indian Famine Commission, 1898; England, 1901). Portanto, os discursos dos vice-reis e chefes de Estado podem ser interpretados como prévias do que viria a ser afirmado nos relatórios finais após os períodos de estiagem. Em 1900, George Curzon afirmou que, no ano de 1899, a Índia havia apresentado um excesso de mortalidade de aproximadamente setecentos e cinquenta mil, mas que um terço desse número havia perecido em decorrência de doenças e, portanto, apenas quinhentas mil pessoas haviam morrido, direta ou indiretamente por desnutrição. (Índia is..., 1900).

Conforme o apresentado, os relatórios das Comissões da Fome, que eram redigidos a partir da declaração de um estado de emergência em mais de uma presidência sob a administração britânica, serviam como meio oficial de divulgação das pesquisas sobre a fome no território indiano. A precisão dos dados apresentados neles, no entanto, foi questionada tanto por fontes favoráveis às políticas britânicas de combate à fome, quanto pelas que teciam críticas às casas de auxílio e campos de trabalho (The Cosmopolitan, 1897; Digby, 1901; Sen, 1981a; Ray, 2021). Ainda assim, os baixos números de mortes nas secas dos anos 1890 publicados pela Comissão da Fome foram atribuídos ao sucesso das medidas descritas pelos Códigos da Fome formulados no decênio anterior, enquanto as mortes decorrentes de doenças intimamente relacionadas à desnutrição não inspiravam debates acerca da prevenção e tratamento para reabilitação de pessoas

---

<sup>78</sup> No original: “the local government showed incessant activity and watchfulness, a constant grasp of the situation, skill in combining all forms of relief, and a great power of enlisting the services of leaders of native society. [...] We agree in the general verdict that the result was a conspicuous success and a great administrative feat.” (Indian Famine Commission, 1898, p.149)

atingidas. Após 1901, nenhuma outra crise atingiu o território indiano como as secas dos anos 1870 e 1890. Assim, as próximas Comissões da Fome foram nomeadas somente a nível distrital ou dentro das presidências, diminuindo a repercussão sobre mortalidade da desnutrição e pestilência.

#### 4.3 O LONGO COLONIALISMO BRITÂNICO

O colonialismo propagado pela Inglaterra precedeu a hegemonia do país, e a sustentou quando os competidores europeus e americanos passaram a crescer em ritmo mais acelerado (Davis, 2022). A influência britânica sobre a maior parte dos continentes garantiu posição privilegiada de exploração de recursos e abertura de mercados, que foi aproveitada, na sequência, por todos os países que eram incluídos no sistema de comércio global baseado numa economia capitalista liberal. Em conjunto à expansão colonial, o imperialismo inglês foi instrumento utilizado para coagir outros países do Sistema Internacional a abertura de portos, tratados desiguais e concessões aos produtos britânicos.

Em termos da presença colonial britânica, a investida no ambiente americano financiou a expansão para a Ásia e consolidou o domínio sobre o mar de forma que a Inglaterra passou a coordenar o comércio no oceano Atlântico e agir como intermediador do tráfico de escravos. Nas treze colônias, a exploração de recursos e mercado garantiu o acúmulo de capital para cofres ingleses. Na Índia, a presença imperial britânica representou não apenas exploração econômica, mas também o aprofundamento das desigualdades entre classes. A exploração dos recursos indianos, sobretudo durante a Revolução Industrial britânica, inundou a Inglaterra com as matérias-primas necessárias para a expansão da produção em escala. Em conjunto a esse movimento, a imposição do monopólio, falta de investimento em indústrias, evidenciado por Joshi (1912), e a destruição da manufatura indiana provocada pela retirada de impostos sobre importação de tecidos ingleses provocaram uma estagnação econômica ao nível de renda per capita de quase dois séculos (Davis, 2022).

Na China, o imperialismo britânico, notadamente com a introdução do ópio advindo da Índia, teve como maior consequência as Guerras do Ópio e a consolidação dos tratados desiguais, que tinham como grande objetivo a abertura do mercado chinês a outros produtos britânicos. Esse processo de expansão do império para a Ásia intensificou a exploração econômica e desestabilizou a ordem social tradicional, expondo a população às oscilações climáticas e de produção de comida

(Davis, 2022). A submissão chinesa aos tratados refletiu a imposição da lógica capitalista, onde a metrópole controlava os meios de produção e comercialização.

Diferente do que pode ser observado na América, na Ásia e na África, o imperialismo britânico na Europa, com a adoção de medidas protecionistas para evitar a evasão tecnológica no século XIX, forjou as relações entre Estados de forma a estabelecer uma vantagem econômica considerável frente aos seus pares. O acúmulo e investimento de capital privado em outras regiões permitiu que a Inglaterra criasse alianças comerciais, controlasse rotas marítimas e construísse infraestrutura de transportes e telecomunicações. Para mais, culturalmente, a expansão do idioma tornou-se parte integrante da influência exercida pela Grã-Bretanha sobre outras nações europeias (Dalziel, 2006).

#### **4.3.1 Desafios do final do século XIX**

A manutenção da Pax Britânica era intrinsecamente vinculada ao imperialismo como ferramenta de expansão do capitalismo. O controle sobre rotas comerciais, recursos naturais e mercados estratégicos não apenas garantia a supremacia britânica, mas também alimentava a acumulação de capital e a reprodução ampliada das relações capitalistas. O desgaste da hegemonia britânica se deu por motivos econômicos, como o aumento das tensões internacionais devido ao avanço tecnológico estadunidense e alemão, mas também os altos custos da manutenção do império, e as investidas militares do final do século XIX (Krippendorff, 1979). O despertar do nacionalismo indiano, assim como as revoluções na China ao final da era vitoriana foram uma resposta a incorporação desses agentes ao império inglês e às transformações as quais as populações foram submetidas nesse processo.

Embora a hegemonia britânica tenha prevalecido durante boa parte do século XX, o poder de dissuasão inglês declinou substancialmente a partir da virada do século. As dificuldades atreladas a expansão da capacidade militar necessária para conter a crescente animosidade no continente europeu, somada a estagnação industrial frente aos seus concorrentes fragilizou a posição econômica inglesa. A Depressão de 1873 teve repercussões especialmente fortes para a Inglaterra. Com a economia britânica no centro dos mercados internacionais, a contração do comércio global afetou mais profundamente o segundo e o terceiro setor, provocando um aumento na taxa de desemprego e agitações sociais. O impacto socioeconômico da crise revelou algumas

das deficiências da política de livre mercado e inspirou a adoção de medidas protecionistas nas outras nações europeias, contrariando a doutrina britânica (Darwin, 2009).

Em meio as mudanças de direcionamento das políticas comerciais e monetárias na Europa, a política econômica liberal continuou a prevalecer como uma imposição nos domínios coloniais e nas áreas de influência dos impérios. No final do século XIX, a Guerra dos Bôeres e a Revolução dos Boxers representaram a resistência à crescente intervenção externa na África do Sul e na China. A Guerra dos Bôeres eclodiu no contexto da expansão imperial britânica e do desejo de consolidar o controle sobre os territórios ricos em minerais das repúblicas bôeres sul-africanas e sobre as rotas de navegação do Cabo. Para mais, o governo britânico temia que outras nações europeias fomentassem alianças de forma a ameaçar a hegemonia marítima inglesa na região (Mommsen, 2014). Na China, a implementação dos tratados desiguais a partir do final da Guerra do Ópio representou a abertura de portos e mercados chineses aos produtos europeus. Segundo Davis (2022, p. 252): “[o] papel dominante da Inglaterra no comércio internacional chinês, construído por narcotraficantes vitorianos com canhoneiras” desestabilizou a estrutura socioeconômica previamente existente na região provocou dependência em agentes comerciais externos. A resistência à presença estrangeira e o cristianismo na China foram as principais motivações do Levante Yihetuan -conhecido no ocidente como Revolução dos Boxers (Davis, 2022).

Embora a Inglaterra tenha sido bem-sucedida em assegurar seus interesses na Ásia e na África, os conflitos de interesses com outras nações europeias ameaçavam a estabilidade militar dentro do continente. Somado a isso, esteve a avaliação do exército indiano enviado à África do Sul, que seria incapaz de combater oponentes de primeira classe devido a “[...] pobreza intelectual; falta de competência do pessoal; a idade e debilidade dos comandantes de batalhão; a falta de profissionalismo entre os oficiais; sobretudo a falta de poder de controlar os movimentos de um exército muito maior do que o de uma expedição colonial usual.” (Darwin, 2009, p. 258, tradução própria<sup>79</sup>). O início do século XX foi marcado pela escalada da rivalidade entre o Reino Unido e a Alemanha, que buscava competir com o poder marítimo inglês e francês. A busca pela supremacia naval impulsionou o sistema de alianças concorrentes e elevou os gastos militares britânicos numa

---

<sup>79</sup> No original: “the poverty of intelligence; the shortage of staff skills; the age and infirmity of battalion commanders. The absence of professionalism among officers; above all the lack of any means to control the movements of an army much larger than the usual colonial expedition” (Darwin, 2009, p. 258)

economia que estava decrescendo em termos de capacidade produtiva frente aos seus rivais (Darwin, 2009).

Por fim, adicionados aos desafios econômicos e militares que começaram a emergir no último quarto do século XIX, a Inglaterra enfrentou mais uma fome na Índia. O despreparo inglês para endereçar todas as demandas do império pareceram emergir junto à morte da rainha. As políticas econômicas coloniais, que ainda viriam a sustentar a hegemonia durante boa parte do século XX, blindaram a Grã-Bretanha das deficiências concorrenciais que aumentavam, em especial, na marinha e na indústria (Darwin, 2009). Dessa forma, a continuação da exploração, sobretudo da Índia, foi fundamental para garantir a posição central da Inglaterra dentro do comércio internacional e financiar os *déficits* decorrentes da desaceleração do seu desenvolvimento.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos da anexação da Índia ao império britânico sobre a dinâmica de proteção social indiana e compreender a mudança da imagem internacional indiana, de um lugar alvo de ambições comerciais pela qualidade de seus tecidos e especiarias para um país faminto. Com maior ênfase na transformação da estrutura da economia campesina e nas políticas públicas de combate à fome na era tardo vitoriana, buscou-se investigar uma relação de causalidade entre a inserção da Índia no sistema capitalista liberal e a mortalidade evidenciada no último quarto do século XIX e, portanto, refutar a narrativa britânica sobre o clima e população da colônia.

Com esse propósito estabelecido, o segundo capítulo explora as condições presentes na Inglaterra que possibilitaram a sua ascensão ao posto de hegemonia mundial, destacando importância da marinha inglesa para estabelecer o domínio sobre o comércio triangular no oceano atlântico e as revoluções burguesas, que impulsionaram o investimento para a expansão colonial britânica. Depois, em meio a independência americana, o redirecionamento da atenção britânica do espaço americano para o asiático foi destacado através do esforço da Companhia das Índias Orientais em destituir governos nativos indianos em prol do controle formal do território. Com a possibilidade de ditar a produção de algumas regiões, a Companhia passou a impor a produção para exportação, transformando tudo em mercadoria (Khan, 1918). Somado a isso, outras políticas liberais foram progressivamente adotadas para diminuir o papel do Estado na redistribuição de recursos entre a população e incentivar o direcionamento da atividade econômica para áreas com maior lucro no mercado internacional.

Os impactos diretos da adoção de uma política econômica liberal para a Índia foram abordados no terceiro capítulo. Em um primeiro momento, a desestruturação da manufatura indiana, anteriormente conhecida pela sua qualidade superior aos produtos ingleses, foi afetada pela remoção de tarifas sobre a importação dos tecidos produzidos pelo Lancashire somada à adoção de impostos punitivos à produção manufatureira e pelo incentivo à migração dos trabalhadores para o campo devido à maior recompensa associada ao preço internacional do algodão (De Cecco, 1984). No setor primário, as relações de trabalho e com a terra foram profundamente afetadas para suportar a demanda internacional por grãos. O sistema *Kathedary*

coibiu evolução da produtividade do campo, o que deixou as comunidades campesinas dependentes dos recursos governamentais para obras de irrigação e dos preços internacionais para a venda das safras. A prioridade da coroa, no entanto, era investir para o escoamento das mercadorias, representado pelo interesse na construção de ferrovias. Decorrente do comércio, os pagamentos por bens e serviços passaram a ser feitos por meio de moeda, substituindo o escambo. Esse movimento teve como consequência principal a exposição crescente da população a volatilidade dos preços dos alimentos e materiais necessários para agricultura e artesanato, visto que as obrigações entre arrendadores e locatários de terras haviam sido extintas, os campos comuns cercados e, o meio para obtenção de comida e insumos para trabalho modificado (Ghose, 1982; Davis, 2022).

Sen (1981a) explica como essas mudanças na estrutura econômica e social tornaram a população indiana vulnerável aos eventos climáticos do El Niño que afetaram a Índia no último quarto do século XIX. As respostas governamentais para esses momentos foram retratadas ainda no capítulo três e expuseram, em um primeiro momento, a falta de preparo da administração colonial de lidar com a fome que atravessasse barreiras distritais. Depois, com o redirecionamento das diretrizes coloniais, as políticas assistenciais adotadas na seca de 1873-74 foram consideradas um sucesso por Davis (2022) e Simonow (2023). A contradição entre as medidas adotadas entre a metade e o final dos anos 1870 evidenciam que, apesar do conhecimento e ferramentas necessárias para amenizar os efeitos das secas e aumento dos preços dos grãos, a coroa britânica não tinha vontade econômica de garantir a qualidade vida de seus súditos na Índia. Isso fica claro quando se coloca em perspectiva os seguintes fatores: 1) a diminuição do Salário Temple; 2) a introdução dos testes de distância; 3) a desconsideração de influências culturais e religiosas nas dietas oferecidas pelas *poorhouses*; 4) a paralização do governo frente ao aumento dos preços internacionais de grãos, justificado por uma política de livre mercado; 5) a manutenção das exportações de grãos alimentícios; 6) a imposição dos pagamentos de impostos sobre a terra e a produção nas regiões atingidas e; 7) a proibição de doações privadas para ajudar pessoas que estavam passando por necessidades (Davis, 2022; Simonow, 2023; Census of India, 1951; Hall-Matthews, 2016; Durbach, 2020).

Ao final de 1878, a coroa britânica admitiu que a resposta administrativa à Grande Seca Indiana havia sido falha e instituiu uma Comissão da Fome, para prevenir que a tragédia

humanitária apresentada não se repetisse. A adoção das iniciativas descritas pelo Código da Fome foi descrita como um sucesso em 1901, mas estimativas não oficiais acerca do número de mortos apontam para subnotificação de casos. Mesmo assim, o número oficial, de 6,5 milhões, não inspirou um grande número de doações britânicas e nem uma revisão das políticas de combate à fome. Apesar de utilizar a quantidade de óbitos como métrica para compreender a extensão da miséria na Índia, os efeitos duradouros da desnutrição a qual a população foi exposta durante o período colonial tiveram consequências sobre o desenvolvimento humano apresentado na colônia. Sobre esse tópico, as dietas das comunidades indianas não eram nutricionalmente suficientes nem em períodos considerados ‘normais’ pela coroa, e os estudos sobre as necessidades mínimas de comida para manutenção de uma vida saudável foram ignorados pela administração para a formulação do salário mínimo e das políticas públicas de combate à fome (Gangulee, 1939; Durbach, 2020). Assim sendo, a desnutrição era uma constante da vida dos súditos indianos, não uma exceção.

O capítulo quatro analisa a narrativa britânica sobre a Índia e sua população para tentar compreender por que as crises humanitárias entre 1896 e 1900 motivaram relatórios tão discrepantes no que tange a óbitos e qualidade das políticas de auxílio e como a Inglaterra agiu para se eximir da responsabilidade sobre as políticas aplicadas. Nesse sentido, o racismo inglês tem um papel fundamental. Akbar (2022) descreve como os britânicos trabalharam para disseminar a diferenciação do ‘eu’ inglês e do ‘outro’ indiano através da sua estrutura administrativa e benefícios sociais e monetários. Com a consolidação desses conceitos, os vice-reis Lord Curzon e Elgin II perpetraram a ideia de que os nativos eram corruptos e preguiçosos, fatores que diminuía a eficiência dos campos de trabalho e *poorhouses*, além de justificar a pobreza na Índia (Nature, 1880; Davis, 2022). Agindo de forma complementar ao preconceito estavam as doutrinas malthusianas acerca do crescimento populacional, que legitimaram a falta de políticas para contenção do avanço do cólera e varíola. Por fim, o clima indiano foi utilizado dentro da narrativa britânica como causador da escassez de alimentos evidenciada no final do século XIX (Ray *et al*, 2021).

Cada um dos argumentos ingleses acerca da responsabilidade sobre a alta mortalidade na Índia entre 1896 e 1900 foi analisado de forma a expor que a situação de vulnerabilidade social na colônia em períodos de seca era um resultado direto do hiato de desenvolvimento e da

pauperização da população somada a expropriação da renda e propriedade na Índia, e que o fator climático, embora presente, não afetava as safras de forma a causar escassez de alimentos (Polanyi, 2000; Ray *et al*, 2021). O que faltou à população indiana no final do século XIX não foi a comida, mas o dinheiro necessário para comprá-la.

A narrativa britânica, no entanto, possibilitou que a coroa permanecesse lucrando com o comércio internacional de grãos e, dessa forma, financiando uma guerra na China, outra na África do Sul e equilibrando os déficits crescentes na sua balança comercial na relação com os Estados Unidos e Alemanha, enquanto os indianos morriam de fome. Além da posição econômica frente aos seus competidores, o exemplo de sucesso britânico com a adoção políticas econômicas liberais seria extensamente questionado se essas mesmas políticas fossem admitidas como responsáveis pelo empobrecimento em países que passavam pelo processo de integração ao sistema capitalista liberal. Nesse sentido, as justificativas britânicas para as 21 milhões de mortes excedentes - somente entre 1890 e 1900- sustentaram as doutrinas liberais e a posição comercial da Inglaterra frente ao sistema internacional (Hickel; Sullivan, 2022).

À luz do apresentado durante esse trabalho acerca da remodelação da imagem indiana e dos processos aos quais a população da Índia foi submetida sob o Raj Britânico, que resultaram na morte de 50 milhões de pessoas entre 1880 e 1920<sup>80</sup>, pode-se fazer uma revisão das hipóteses anteriormente levantadas. Sen (1981a) e Davis (2022) mencionam o papel da diminuição da renda da população no acesso à comida durante o Raj, ponto reforçado do ponto de vista climatológico pela bibliografia de Mishra *et al.* (2019) e Ray *et al.* (2021), confirmando, dessa forma, as duas primeiras hipóteses do trabalho. No que tange a terceira, buscou-se investigar como a Índia foi retratada pelos vice-reis Lytton, Elgin II e Curzon em períodos de crise, confirmando que o discurso inglês buscou culpar elementos intrínsecos ao território e população pela alta mortalidade. Para mais, a fonte oficial da administração britânica apresentou números excessivamente baixos quando comparados a pesquisas independentes.

Tendo isso em vista, levanta-se a necessidade do reconhecimento inglês sobre os efeitos que o colonialismo teve sobre a população e economia indianos. O hiato de desenvolvimento

---

<sup>80</sup> Esse número considera a mortalidade de 1880 como 'normal', mas pode chegar a 165 milhões de mortes excedentes, se considerarmos a mortalidade da Inglaterra no século XVI e XVII como ponto de partida (Sullivan, Hickel, 2022).

econômico ao qual a Índia foi submetida entre os quase 200 anos de presença inglesa agravaram as desigualdades sociais internas, levaram à estagnação do PIB per capita local, destruição da indústria e, ultimamente, à fome, tópico que segue como um desafio para o governo indiano no século XXI. Shashi Tharoor (2015) defende que a Inglaterra deve reparações à Índia, mesmo que não de forma monetária, como forma de reconhecimento dos efeitos negativos do colonialismo britânico sobre os súditos da coroa. A admissão de culpa, portanto, seria uma forma de retratação, colocando a experiência colonial na Índia junto ao holocausto e outros crimes contra a humanidade pois

se os cortiços dickensianos permaneceram no currículo da história mundial, as crianças famintas de 1876 e 1899 desapareceram. Quase sem exceções, os historiadores modernos que escrevem sobre a história mundial do século XIX sob um ponto de vista metropolitano privilegiado têm ignorado as megassecas e fomes vitorianas tardias que envolveram o que hoje chamamos de “Terceiro Mundo” (Davis, 2022, p.21).

Este trabalho complementa teorias propostas no século XX sobre o descaso britânico na formulação de políticas de combate à fome na Índia na era tardo vitoriana do ponto de vista climatológico e nutricional à medida que traz evidências que ajudam a medir a influência da estiagem do final do século XIX sobre a disponibilidade de alimentos para a população. Ainda, os efeitos de longo prazo da desnutrição é um tema pouco explorado pela bibliografia histórica e econômica presente nesse estudo, mas que segue sendo um problema enfrentado pela população indiana.

Em decorrência do recorte temporal dessa pesquisa, que se insere junto aos trabalhos de Amartya Sen (1981a) sobre a Seca de Bengala e de Mike Davis (2022) sobre a Grande Seca Indiana, contribuindo para a compreensão da causa da alta mortalidade nos períodos 1876-78, 1896-7, 1898-9 e 1943, as crises do início do século XX não foram exploradas. Embora não haja relatórios de comissões especiais entre 1902 e 1920, Dylan e Sullivan (2022) apontam que existiu 29 milhões de mortes excedentes mesmo sem qualquer evento climático extremo. Esse número, somado a ausência de documentação nacional sobre a fome ou qualquer outra tragédia de larga escala na Índia no período pode ser um ponto de partida para a continuidade da investigação das políticas de proteção social na Índia Britânica e do discurso inglês sobre a joia da coroa.

## Referências

AKBAR, M. J. **Doolally Sahib and the Black Zamindar Racism and Revenge in the British Raj**. Londres: Bloomsbury Publishing India Pvt. Ltd., 2022.

ALLEN, Robert C. **The British Industrial Revolution in Global Perspective**. Oxford: Cambridge University Press, 2009. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/the-british-industrial-revolution-in-global-perspective/29A277672CCD093D152846CE7ED82BD9>. Acesso em: 22 out. 2023.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century: money, Power and the Origins of Our Times**. Londres: Verso, 2010.

BASU, Kaushik; KANBUR, Ravi. **Arguments for a Better World: Essays in Honor of Amartya Sen**. Oxford: Oxford University Press, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/9111>. Acesso em: 9 dez. 2023.

CECCO, Marcelo De. **The International Gold Standard**. New York: Burns & Oates, 1984.

CENSUS OF INDIA. Appendices to the Census Report, 1951. v. 1, p. 311-312, 1951. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/ideologie/data/CensusIndia/CensusIndia1951/CensusIndia1951AllIndiaPartIb.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2023.

CLINGINGSMITH, David; WILLIAMSON, Jeffrey G. Deindustrialization in 18th and 19th Century India: Mughal decline, Climate Shocks and British Industrial Ascent. **Explorations in Economic History**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 209-234, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0014498307000447>. Acesso em: 30 out. 2023.

CRAFTS, Nicholas. Explaining the first Industrial Revolution: two views. **European Review of Economic History**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 153-168, 2010. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/european-review-of-economic-history/article/explaining-the-first-industrial-revolution-two-views/9B64D4C5BC42BF81FC8BB5FBE7DC66EB>. Acesso em: 22 out. 2023.

CURZON, George Nathaniel. **Speeches**. Calcutá: Office of the Superintendent of Government Printint, 1905. Disponível em: [https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.51502/2015.51502.Speeches-By-Lord-Curzon-Of-Kedleston-Vol3-1902-1905\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/in.ernet.dli.2015.51502/2015.51502.Speeches-By-Lord-Curzon-Of-Kedleston-Vol3-1902-1905_djvu.txt). Acesso em: 9 dez. 2023.

DALZIEL, Nigel. **The Penguin Historical Atlas of the British Empire**. London: Penguin, 2006.

DARWIN, John. **The Empire Project the Rise and Fall of the British world-system, 1830-1970**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DATTA, K. K. India's Trade with Europe and America in the Eighteenth Century. **Journal of the Economic and Social History of the Orient**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 313-323, 1959. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3596192>. Acesso em: 23 out. 2023.

DAVIES, C. Collin. **An Historical Atlas of the Indian Peninsula**. Oxford: Oxford University Press, 1959. Disponível em: <https://ambrishgupta.files.wordpress.com/2020/05/historical-atlas-of-indian-peninsula.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

DAVIS, Mike. A World's End: Drought, Famine and Imperialism (1896–1902). **Capitalism Nature Socialism**, [New York], v. 10, n. 2, p. 3-46, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10455759909358856>. Acesso em: 9 jul. 2023.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. São Paulo: Veneta, 2022.

DEFENDS Great Britain. **The New York Times**, Dec. 11, 1898. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1898/12/11/102129079.html?pageNumber=18>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DIGBY, William. **“Prosperous” British India**. Londres: T. Fisher Unwin, 1901. Disponível em: <http://digital.library.yale.edu/digital/collection/rebooks/id/130541/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DR. Shashi Tharoor - Britain Does Owe Reparations. Dr. Sashi Tharoor Official. Oxford: Oxford Union Society. 27 ago. 2017. 1 vídeo (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mCgBQFhQGf0>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DURBACH, Nadja. **Many Mouths: the Politics of Food in Britain from the Workhouse to the Welfare State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/many-mouths/91432D024B45FB0F7AFA153EB4C27C16>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ENGLAND. **Report of the Indian Famine Commission**. 1898. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.31175008913256&view=1up&seq=1>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ENGLAND. **Report of the Indian Famine Commission**. 1901. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=chi.57757067&view=1up&seq=14>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GANGULEE, Nagendranath. **Health and Nutrition in India**. Londres: Faber and Faber LTD, 1935.

GATES, David. **The Napoleonic Wars 1803-1815**. Londres: Pimlico, 2003.

**GENERAL ACT OF THE BERLIN CONFERENCE ON WEST AFRICA**. 26 February 1885. Disponível em: <https://loveman.sdsu.edu/docs/1885GeneralActBerlinConference.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GHOSE, Ajit Kumar. Food Supply and Starvation: a Study of Famines with Reference to the Indian Sub-Continent. **Oxford Economic Papers**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 368-389, 1982. Disponível em: <https://academic.oup.com/oep/article-abstract/34/2/368/2360942>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GILMOUR, David. **The British in India: a Social History of the Raj**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

GREENOUGH, Paul R. **Prosperity and Misery in Modern Bengal: Famine of 1943-1944**. New York: Oxford University Press, 1985.

HALL-MATTHEWS, Davis. The Historical Roots of Famine Relief Paradigms. *In*: O'NEILL, Helen; TOYE, John (org.). **A World without Famine? New Approaches to Aid and Development**. Londres: Macmillan Press LTD, 1998. p. 107–127.

HAWTHORNE, Julian. India Starving. **The Cosmopolitan**, [s. l.], v. 23, p. 369-384, 1897. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015057257753&view=1up&seq=474>. Acesso em: 23 jul. 2023.

HILL, Christopher. **The English Revolution, 1640: An Essay**. Michigan, USA: Lawrence and Wishart, 1955. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hill-christopher/english-revolution/>. Acesso em: 12 out. 2023.

INDIA'S PLAGUE and famine. **The New York Times**, Jun. 22, 1897. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1897/06/22/103389162.html?pageNumber=4>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INDIA'S TERRIBLE Famine.; The Relief Fund Not Mounting as Rapidly as Was Expected. **The New York Times**, Jan. 31, 1897. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1897/01/31/archives/indias-terrible-famine-the-relief-fund-not-mounting-as-rapidly-as.html?searchResultPosition=550>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INDIA IS herself again. **The New York Times**, Dec. 23, 1900. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1900/12/23/105756715.html?pageNumber=14>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável**. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods2.html>. Acesso em: 3 dez. 2023.

JONES, Mary Evelyn Monckton. **Warren Hastings in Bengal, 1772-1774, with appendixes of hitherto unpublished documents**. Oxford: Oxford Clarendon Press, 1918. Disponível em: <https://archive.org/details/warrenhastingsi00jone/page/76/mode/2up>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JOSHI, Ganesh Vyankatesh. **Writings and Speeches of Hon Rao Bahadur G.V. Joshi**. Poona: Arya Bhushan Press, 1912. Disponível em: [https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.\\$b575112&seq=7](https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.$b575112&seq=7). Acesso em: 9 dez. 2023.

- KAR, Bhoomika R.; RAO, Shobini; CHANDRAMOULI, Balasubramanian. Cognitive development in children with chronic protein energy malnutrition. **Behavioral and Brain Function**, [S.l.], v. 4, n. 31, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1744-9081-4-31>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- KHAN, M. R. Letter from Mohamed Reza Khan, Received on October 4, 1765. In: JONES, Mary Evelyn Monckton. **Warren Hastings in Bengal, 1772-1774**. Oxford: Clarendon Press, 1918. Disponível em: <https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupid?key=ha002090254>. Acesso em: 22 out. 2023.
- KIPPENDORFF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. São Paulo: Antídoto, 1979.
- LONDON was alarmed; a Cholera-Scourged Ship in Plymouth Sound – Mystery of the Benin Massacre Not Yet Explained – Indian Famine and Plague. **The New York Times**, Jan. 17, 1897. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1897/01/17/archives/london-was-alarmed-a-cholerascourged-ship-in-plymouth-sound-mystery.html?searchResultPosition=540>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- LOVEDAY, Alexander. **The History & Economics of Indian Famines**. Londres: London, G. Bell and Sons Ltd., 1914. Disponível em: <https://archive.org/details/historyeconomics00loveuoft/page/88/mode/2up>. Acesso em: 9 dez. 2023.
- LUDDEN, David E. **Peasant History in South India**. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- MALTHUS, Thomas. **An Essay on the Principle of Population and Other Writings**. Londres: Penguin UK, 2015.
- MAPS ETC. **India at the beginning of British East India Control, 1750**. 2009. Disponível em: <https://etc.usf.edu/maps/pages/3600/3671/3671.htm>. Acesso em: 29 out. 2023.
- MARSTON, Daniel. **The Seven Years' War**. United Kingdom: Routledge, 2013.
- MISHRA, Vimal; TIWARI, Amar Deep; AADHAR, Saran; SHAH, Reepal; XIAO, Mu; PAI, D. S.; LETTENMAIER, Dennis. Drought and Famine in India, 1870-2016. **Geophysical Research Letters**, [S.l.], v. 46, n. 4, p. 2075-2083, 2019. Disponível em: <https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1029/2018GL081477>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- MOKYR, Joel. **Enlightened Economy : an Economic History of Britain 1700-1850**. New Haven: Yale University Press, 2009.
- MOMMSEN, Wolfgang J. Introduction. In: WILSON, Keith (org.). **The International Impact of the Boer War**. Oxon: Routledge, 2014. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=253gBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=bo>

er+war&ots=gpgZHRnzgK&sig=TKcy92YaFGSZWfBbMaMeZ03zywY&redir\_esc=y#v=onepage&q=boer%20war&f=false. Acesso em: 11 jan. 2024.

NAOROJI, Dadabhai. **Poverty and un-British Rule in India**. Londres: London S. Sonnenschein, 1901. Disponível em: <https://archive.org/details/povertyunbritish00naoruoft/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10 dez. 2023.

NATIONAL INSTITUTE OF NUTRITION. **Dietary Guidelines for Indians – A Manual**. Hyderabad: Indian Council of Medical Research, 2011. Disponível em: <https://www.nin.res.in/downloads/DietaryGuidelinesforNINwebsite.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

NOTES FROM INDIA. **The Lancet**, *online*, v. 157, n. 4059, p. 1713-1714, 1901. Disponível em: [https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673601892126?fr=RR-2&ref=pdf\\_download&rr=82bed7e31ff701a8](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673601892126?fr=RR-2&ref=pdf_download&rr=82bed7e31ff701a8). Acesso em: 18 nov. 2023.

PANNIKAR, K. M. **Asia and Western Dominance: a Survey of the Vasco Da Gama Epoch of Asian history**. Londres: Allen & Unwin, 1959.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Compus Ltda, 2000.

RAMAGE, Colin S. **The Great Indian Drought of 1899**. Boulder: Aspen Institute for Humanistic Studies, 1977.

RAY, Ranjini; BHATTACHARYA, Atreyee; ARORA, Gaurav; BAJAJ, Kushank; HORTON, Keyle; CHEN, Shi; CHAKRABORTY, Supriyo; BAZAZ, Amir. Extreme Rainfall Deficits Were Not the Cause of Recurring Colonial Era Famines of Southern Indian semi-arid Regions. **Scientific Reports**, *online*, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2023.

RICARDO, David. **Princípios De Economia Política E Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SAWAYA, Ana Lydia. Desnutrição: Consequências em Longo Prazo e Efeitos da Recuperação Nutricional. **Estudos Avançados**, [S.l.], v. 20, n. 58, p. 147-158, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/xSsBVLZ4qGK8RH7JGnhcF4x/?lang=en>. Acesso em: 22 set. 2023.

SEN, Amartya. **Poverty and Famines: an Essay on Entitlement and Deprivation**. Oxford: Oxford University Press, 1981a.

SEN, Amartya. Public Action and the Quality of Life in Developing Countries. **Oxford Bulletin of Economic and Statistics**, Oxford, v. 43, n. 4, p. 287-319, 1981b. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0084.1981.mp43004001.x>. Acesso: 3 dez. 2023.

SIMONOW, Joanna. The Limits of Famine Relief: Colonialism, Nutritional Science, and the Indian Social Service Movement, 1890s-1930s. *In*: SIMONOW, Joanna. **Ending Famine in India: A Transnational History of Food Aid and Development, c. 1890-1950**. Leiden: Leiden

University Press, 2023. p. 23-48. Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/jj.4876484.7?seq=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações : Investigação Sobre Sua Natureza E Suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

STAHL, Rume. The Economics of Starvation: Laissez-Faire Ideology and Famine in Colonial India. In: THORUP, Mikkel (org.). **Intellectual History of Economic Normativities**. Aarhus: Springer, 2016. p. 169-184. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1057/978-1-137-59416-7>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SULLIVAN, Dylan; HICKEL, Jason. Capitalism and Extreme Poverty: a Global Analysis of Real Wages, Human Height, and Mortality since the Long 16<sup>th</sup> Century. **World Development, online**, v. 161, n. 106026, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2022.106026>. Acesso em: 14 jun. 2023.

THE INDIAN FAMINE COMMISSION. **Nature**, [s. l.], v. 22, n. 572, p. 553-554, 1880. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/022553a0>. Acesso em: 2 jan. 2024.

THE INDIAN FAMINE FUND. **New York Times**, May 27, 1897. Disponível em:  
<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1897/05/27/105945557.html?pageNumber=7>. Acesso em: 15 jan. 2024.

THURNWALD, Richard. Economics in Primitive Communities. **The Economic Journal**, [s. l.], v. 43, n. 170, p. 326, 1933. Disponível em: Acesso em: 31 jul. 2023.

TIMESMACHINE: Saturday October 17, 1896. **The New York Times**, New York, 17 out. 1896. p. 1. Disponível em:  
<https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1896/10/17/issue.html>. Acesso em: 20 set. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel M. **The Modern world-system. IV, Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914**. London: University of California Press, 2011.

WHEAT Scarce in India.; Danger of a Famine in Some Districts – American Wheat on Sale. **The New York Times**, Oct. 17, 1896. Disponível em:  
<https://www.nytimes.com/1896/10/17/archives/wheat-scarce-in-india-danger-of-a-famine-in-some-districts-american.html?searchResultPosition=520>. Acesso em: 15 jan. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Malnutrition**. *Online*, 2021. Disponível em:  
[https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/malnutrition#:~:text=Malnutrition%20refers%20to%20deficiencies%2C%20excesses,low%20weight%2Dfor%2Dage\)%3B](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/malnutrition#:~:text=Malnutrition%20refers%20to%20deficiencies%2C%20excesses,low%20weight%2Dfor%2Dage)%3B). Acesso em: 3 dez. 2023.